



MANDATO 2019-2024

BALANÇO DO TRABALHO DOS DEPUTADOS DO PCP NO PARLAMENTO EUROPEU





,10

**ORÇAMENTO E CONTROLO
ORÇAMENTAL**

,38

**MERCADO INTERNO E DEFESA
DO CONSUMIDOR**



,12

EMPREGO E ASSUNTOS SOCIAIS

,39

COMÉRCIO INTERNACIONAL



,16

INDÚSTRIA, INVESTIGAÇÃO E ENERGIA

,40

ASSUNTOS EXTERNOS

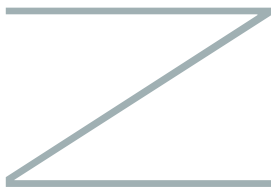


,20

TRANSPORTE E TURISMO

,43

**LIBERDADES CÍVICAS, JUSTIÇA
E ASSUNTOS INTERNOS**



,23

**AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

,45

ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS



,26

PESCAS

,47

DESENVOLVIMENTO

,28

**AMBIENTE, SAÚDE PÚBLICA
E SEGURANÇA ALIMENTAR**

,48

**SEMINÁRIOS, AUDIÇÕES,
MESAS-REDONDAS EM PORTUGAL**

,04

**BALANÇO DO TRABALHO
DOS DEPUTADOS DO PCP
NO PARLAMENTO EUROPEU
MANDATO 2019-2024**

,32

**DIREITOS DA MULHER E IGUALDADE
ENTRE HOMENS E MULHERES**

,03

**OUTRAS ACTIVIDADES
DOS DEPUTADOS DO PCP NO PE
EM PORTUGAL**

,35

CULTURA E EDUCAÇÃO

,51

**GRUPOS DE VISITANTES QUE
SE DESLOCARAM AO PARLAMENTO
EUROPEU A CONVITE
DOS DEPUTADOS DO PCP**

,07

**ASSUNTOS ECONÓMICOS
E MONETÁRIOS**

,37

DESENVOLVIMENTO REGIONAL



BALANÇO DO TRABALHO DOS DEPUTADOS DO PCP NO PARLAMENTO EUROPEU

OS DEPUTADOS DO PCP NO PE REALIZARAM CERCA DE 1559 INICIATIVAS DIFERENCIADAS, NÃO SENDO ESTE O NÚMERO TOTAL DE INICIATIVAS EFECTIVAMENTE REALIZADAS AO LONGO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, POIS MUITAS DAS QUAIS TIVERAM LUGAR MAIS DO QUE UMA VEZ, COMO ACONTECEU COM A REALIZAÇÃO DE MAIS DO QUE UMA VISITA OU DESLOCAÇÃO À MESMA EMPRESA OU LOCALIDADE, ENTRE OUTROS EXEMPLOS.



A intervenção do PCP no Parlamento Europeu (PE) caracteriza-se por uma profunda ligação à realidade nacional e aos problemas do povo e do País, à luta dos trabalhadores e das populações pelos seus direitos e anseios, assim como pela defesa dos interesses de Portugal, da soberania e da independência nacionais.

No mandato que agora cessa, os deputados do PCP intervieram na denúncia e no combate às imposições e constrangimentos que a União Europeia (UE) e as suas políticas impõem a Portugal, comprometendo o seu desenvolvimento soberano e a necessária resposta aos problemas do povo e do País, agravados pela situação pandémica e, mais recentemente, pelas sanções e a guerra. Ao mesmo tempo, intervieram para que possam ser usados todos os meios, recursos e possibilidades a favor do desenvolvimento e progresso de Portugal e do bem-estar do povo.

O presente balanço de trabalho, para além do cumprimento de um compromisso, constitui uma oportunidade e um instrumento para apresentar ao povo português aquela que foi a intensa e incomparável actividade dos deputados do PCP desde as eleições para o PE em 2019. Um trabalho que foi protagonizado pelos deputados João Ferreira, Sandra Pereira e João Pimenta Lopes (que substituiu João Ferreira em Julho de 2021), apoiados num amplo e empenhado colectivo – em Portugal, mas também em Bruxelas e em Estrasburgo – que é garante do carácter distintivo deste trabalho.

Esta é uma prestação de contas face aos compromissos assumidos com os trabalhadores e o povo, que se desenvolve em seis eixos fundamentais e que se integra na luta por uma política patriótica e de esquerda e por um Portugal com futuro, que é indissociável da luta por uma Europa de cooperação entre Estados soberanos e iguais em direitos, de progresso social e de paz, de uma Europa dos trabalhadores e dos povos:

- Por uma Europa de direitos laborais e sociais;
- Por uma Europa respeitadora do direito dos povos de todos os países ao desenvolvimento económico e ecologicamente sustentável;
- Por uma Europa de igualdade, liberdade, e democracia, que promova a cooperação entre Estados soberanos e iguais em direitos e relações mutuamente vantajosas;
- Por uma Europa que promova a paz e efectivas relações de amizade, de cooperação, de solidariedade com todos os povos do Mundo;
- Por uma Europa respeitadora do meio ambiente;
- Por uma Europa que respeite e promova a cultura, a diversidade e o intercâmbio cultural.

Este é um balanço inevitavelmente marcado por desenvolvimentos como o aprofundamento da crise económica e social, incluindo os impactos e aproveitamentos da pandemia de COVID-19, a guerra e as consequências das sanções, o aumento do custo de vida, o agravamento da exploração, das injustiças, das desigualdades.

A abnegada, intensa e muito ampla intervenção dos deputados do PCP no PE traduz-se concretamente em centenas de intervenções em comissões especializadas e em plenário, em debates, na elaboração e acompanhamento de relatórios e pareceres, na apresentação de milhares de propostas de alteração a textos legislativos e não legislativos, perguntas à Comissão Europeia e ao Conselho, declarações de voto, declarações escritas, além de iniciativas muito diversas em Portugal e no Parlamento Europeu. Uma intervenção que reflecte a profunda ligação à realidade e que traduz no Parlamento Europeu, como nenhuma outra, a expressão dos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo. Uma intervenção que é inseparável de um trabalho quotidiano desenvolvido em Portugal, em

todo o território nacional, desde logo pelas organizações do PCP, que inclui centenas de visitas, reuniões, debates, contactos com os trabalhadores e as populações, entre outros, abrangendo os mais diversos sectores da vida económica, social e cultural do País. Destacando-se em particular as Jornadas de trabalho levadas a cabo pelos deputados do PCP no PE em todos os distritos e regiões autónomas, entre Setembro de 2022 e Outubro de 2023, sob o lema “Contigo todos os dias! A tua voz no Parlamento Europeu”, que permitiram uma ainda maior ligação à realidade nacional.

Os deputados do PCP no PE realizaram cerca de 1559 iniciativas diferenciadas, não sendo este o número total de iniciativas efectivamente realizadas ao longo dos últimos cinco anos, pois muitas das quais tiveram lugar mais do que uma vez, como aconteceu com a realização de mais do que uma visita ou deslocação à mesma empresa ou localidade, entre outros exemplos. Deste modo, os deputados do PCP no PE realizaram: contactos com trabalhadores em 481 empresas e locais de trabalho; contactos com população em 313 feiras, mercados, centros comerciais e localidades; 233 contactos com micro, pequenas e médias empresas, pequenos produtores agrícolas, pescadores; encontros e reuniões com 35 estruturas do movimento sindical e outras organizações representativas dos trabalhadores; encontros e reuniões com 180 instituições, incluindo do movimento associativo; 228 sessões, tribunas públicas, debates, conferências; contactos com 19 estruturas de reformados; visitas e contactos em 25 escolas e universidades; visitas a 45 outros locais (obras públicas, parques naturais, etc...). Para além desta contabilização, porque incluídos nos contactos com trabalhadores ou a população, os deputados do PCP no PE estiveram com utentes e trabalhadores em 93 hospitais, centros de saúde ou outras valências de saúde.

Os Deputados do PCP efectuaram mais de 517 intervenções em plenário, cerca de 525 perguntas escritas à Comissão Europeia e ao Conselho, 3076 declarações de voto; e assumiram a responsabilidade directa pelo acompanhamento de 71 relatórios – 8 deles como relatores – e 64 pareceres – 2 deles como relatores –, além de 25 resoluções; acção que é parte de uma intervenção intensa e dedicada e que se destaca igualmente de um ponto de vista qualitativo.

Esta intervenção no PE articula-se ainda com um trabalho de cooperação com outros partidos comunistas, progressistas e de esquerda no âmbito do Grupo Confederal Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL) – A Esquerda no Parlamento Europeu.

O presente balanço não esgota todo o trabalho realizado pelos deputados do PCP no PE no mandato que agora termina, nem todas as inúmeras tomadas de posição assumidas e que, ao longo deste período, foram também sendo expressas em múltiplos artigos publicados em jornais e revistas, em entrevistas e outras declarações. Mas constitui-se como uma cabal demonstração do cumprimento dos compromissos assumidos, interligando a intervenção institucional com a luta dos trabalhadores e das populações, nas suas variadas expressões.

O trabalho desenvolvido pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu, além de evidenciar um firme combate às políticas de exploração e empobrecimento, aos constrangimentos que a UE impõe ao desenvolvimento e à soberania de Portugal, constitui também uma afirmação da necessidade e possibilidade de lutarmos pela concretização de uma Europa de cooperação, solidariedade, de progresso e justiça sociais, de paz e amizade entre povos e Estados soberanos.



ASSUNTOS ECONÓMICOS E MONETÁRIOS

OS DEPUTADOS DO PCP NO PE BATERAM-SE PELA NECESSIDADE DE RECUPERAÇÃO POR PORTUGAL DE INSTRUMENTOS DE SOBERANIA ECONÓMICA, TENDO ESTADO NA LINHA DA FRENTE NA LUTA CONTRA A USURPAÇÃO AOS ESTADOS DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICA ECONÓMICA E MONETÁRIA, QUE SERVE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO E DAS POLÍTICAS DE DIREITA.

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu denunciaram activamente a política monetária do Banco Central Europeu que, após a pandemia Covid-19, por meio de dez aumentos consecutivos, levou as taxas de juro de referência de -0,5% para 4,5%, propondo-se a manter este nível elevado “durante o tempo que for necessário” – mesmo que isso estrangule o desenvolvimento económico e agrave as condições de vida, como sucede, deixando intactas causas de fundo da inflação. Foram inúmeras intervenções em plenário, notas de imprensa, e alterações apresentadas no âmbito



Em sede de orçamento da UE, propuseram a criação de um programa de defesa dos sectores produtivos e do emprego direccionado aos países com défices produtivos e demográficos, como é o caso de Portugal.

da discussão do Orçamento anual da UE, bem como uma carta dirigida à Comissão ao Conselho e ao BCE, coassinada por 26 deputados de várias nacionalidades e grupos políticos. Destacamos que, por proposta e iniciativa dos deputados do PCP no Parlamento Europeu ocorreram dois debates no Parlamento Europeu sobre os impactos do aumento das taxas de juro decididas pelo Banco Central Europeu, debates que tiveram lugar nas sessões plenárias de Maio e Outubro de 2023.

Nestes debates os deputados do PCP no Parlamento Europeu reiteraram que é imperativo e urgente que as subidas das taxas de juro de referência determinadas pelo Banco Central Europeu sejam revertidas. Além disso, no imediato, consideram que deve ser a banca, e não as famílias, a suportar o impacto dos aumentos já decididos. É fundamental rejeitar o favorecimento da banca e do grande capital financeiro, cujos lucros não cessam de aumentar. A política monetária levada a cabo pelo Banco Central Europeu demonstra uma total insensibilidade e uma chocante indiferença perante as dificuldades sentidas pelos trabalhadores, pelas famílias, pelas pequenas e médias empresas e por países como Portugal, reforçando a necessidade de restabelecer o controlo da política monetária por parte dos Estados.

Os deputados do PCP no PE bateram-se pela necessidade de recuperação por Portugal de instrumentos de soberania económica, tendo estado na linha da frente na luta contra a usurpação aos Estados de instrumentos de política económica e monetária, que serve a institucionalização do neoliberalismo e das políticas de direita. Re-

jeitaram o aprofundamento da financeirização e da liberalização da economia e intervieram contra a evasão e elisão fiscais. Uma posição coerente com a postura assumida nas anteriores legislaturas e com os compromissos assumidos com os trabalhadores e o povo português.

Neste sentido, defenderam e apresentaram propostas, quer em Comissão, quer em Plenário, para a revogação do Semestre Europeu, do Tratado Orçamental e do Pacto de Estabilidade e Crescimento, propondo a sua substituição por um Pacto pelo Progresso Social e pelo Emprego que:

- respeite a soberania de cada Estado, assegurando as condições para o seu desenvolvimento económico e social, para superar défices estruturais e para melhorar a sua capacidade produtiva;
- promova a concretização dos princípios de coesão económica, social e territorial;
- fomente o combate ao desemprego e promova o pleno emprego, a defesa e reforço dos direitos dos trabalhadores e de outros direitos sociais, a defesa e promoção da contratação coletiva, a erradicação da precariedade;
- promova a defesa e o reforço dos serviços públicos e funções sociais dos estados, nomeadamente no acesso ao direito à saúde, à educação, à habitação, à segurança social.

Trouxeram igualmente para o debate a necessidade da renegociação da dívida – nos seus prazos, juros e

montantes – e da recuperação e controlo público pelos Estados-Membros do seu sistema bancário.

Avançaram com propostas para pôr fim à União Bancária e à União dos Mercados de Capitais, projectos que acentuam limitações e constrangimentos à implementação de políticas de desenvolvimento económico e social soberanas e que aprofundam a hegemonia política e económica dos países do directório da UE, assim como dos seus grandes grupos financeiros. Também nesta linha, os deputados do PCP insistiram, como medida de fundo, na proposta de dissolução da União Económica e Monetária (UEM).

Em sede de orçamento da UE, propuseram a criação de um programa de defesa dos sectores produtivos e do emprego direccionado aos países com défices produtivos e demográficos, como é o caso de Portugal. Defenderam e propuseram a instituição de um processo organizado de recuperação da soberania monetária que preveja, entre outros aspectos, apoios específicos que compensem ou mitiguem os prejuízos sociais e económicos causados pela adesão à moeda única para os países que entendam que a sua presença na UEM se tornou insustentável e que, por isso, decidam sair do Euro.

Relativamente à problemática da elisão e evasão fiscais, os deputados do PCP no PE questionaram a Comissão Europeia sobre a sua disponibilidade para, no respeito pela soberania de cada país, se avançar com:

- a erradicação dos paraísos fiscais;
- a proibição de transferências financeiras para essas jurisdições;

- a proibição de financiamento com fundos da UE de empresas e entidades relacionadas com paraísos fiscais ou neles sediadas;
- a cooperação administrativa e intergovernamental no plano da UE e mundial;
- a criação de um organismo sob a égide da ONU que permita que países mais e menos desenvolvidos estejam à mesa das negociações de igual para igual;
- a promoção de regimes tributários social e economicamente justos e progressivos apoiados em autoridades tributárias providas de meios robustos;
- a efectivação do princípio de que os lucros são tributados nos países onde são criados;
- a efectivação do princípio de que a taxa efectiva de imposto não é inferior à taxa mínima;
- a diferenciação progressiva nos regimes contributivos entre Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) e as grandes empresas, incluindo as multinacionais;
- o controlo da circulação de capitais;
- e o controlo público e democrático da banca comercial.

Os deputados do PCP não compactuaram com medidas que, não pondo em causa a evasão e elisão fiscais, visavam fazer caminho na usurpação de novas parcelas de soberania dos Estados e a concentração de mais poder nas principais potências, promovendo a chamada "harmonização fiscal" e o fim da unanimidade no Conselho nas decisões em matéria fiscal.

Em Maio de 2022, os deputados do PCP no PE promoveram o debate "20 anos de circulação do euro: passado, presente e futuro", que se realizou em Lisboa, com convidados nacionais e internacionais. Discutiram-se as consequências de 20 anos de políticas de submissão à moeda única e apontaram-se caminhos alternativos, assentes na afirmação da soberania nacional e do direito ao desenvolvimento.



É fundamental rejeitar o favorecimento da banca e do grande capital financeiro, cujos lucros não cessam de aumentar. A política monetária levada a cabo pelo Banco Central Europeu demonstra uma total insensibilidade e uma chocante indiferença perante as dificuldades sentidas pelos trabalhadores, pelas famílias, pelas pequenas e médias empresas.

ORÇAMENTO E CONTROLO ORÇAMENTAL

OS DEPUTADOS DO PCP NO PE BATERAM-SE IGUALMENTE PARA QUE O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE CONTRIBUTIVA SE EFECTIVE, OU SEJA, PARA QUE OS PAÍSES ECONOMICAMENTE MAIS DESENVOLVIDOS CONTRIBUAM MAIS PARA O ORÇAMENTO DA UE E PARA QUE ACABE A DIMINUIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DE ALGUNS DESSES PAÍSES.

Este mandato, em matéria orçamental, ficou marcado pelo Quadro Financeiro Plurianual para o período 2021-2027 (QFP 21-27) e sua revisão intercalar, assim como pela mobilização de recursos do orçamento da UE no âmbito da resposta à pandemia da COVID-19 e ao escalar da guerra na Ucrânia. Os deputados do PCP no PE denunciaram o facto de tanto o QFP 21-27 como o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) não responderem à dimensão dos problemas estruturais e conjunturais existentes, à persistência de graves assimetrias sócio-económicas no seio da UE, com reflexo na capacidade de cada Estado-Membro responder eficazmente às necessidades de desenvolvimento com que se depara. Criticaram o seu alinhamento com opções de consolidação e aprofundamento do mercado único e das políticas da UE, geradoras de divergência económica e social e do agravamento de desigualdades; com a implementação de políticas neoliberais, dentro e fora da UE; com a política de desestabilização e intervencionismo externo, de promoção do militarismo, da guerra, da escalada armamentista e indústria do armamento.

Rejeitando firmemente o caminho de aprofundamento do militarismo que os mais recentes orçamentos da UE comportam, os deputados do PCP no PE apresentaram propostas concretas para que o orçamento da UE contribua de forma inequívoca para a coesão económica, social e territorial entre e dentro dos Estados-membros; para o apoio aos sectores produtivos (nomeadamente dos países com défices de produção persistentes) e à modernização industrial; para a promoção do trabalho com direitos e de salários dignos; para a melhoria dos serviços públicos; para o aumento do investimento público; para a conservação da natureza, incluindo a luta contra as alterações climáticas e o uso

sustentável dos recursos naturais; para a Paz e a solidariedade entre os povos. De conteúdo e alcance diversificados, destacamos, entre muitas outras, as seguintes propostas:

- Criação do programa de defesa dos sectores produtivos e do emprego dos países com défices produtivos e demográficos crónicos;
- Aumento da dotação orçamental prevista para o Fundo Social Europeu (FSE+), para o Fundo de Coesão (FC) e para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA);
- Reforço das rubricas referentes ao regime dos pequenos agricultores e da reserva para as crises no sector da agricultura;
- Reforço da rubrica para a melhoria da competitividade das MPME e para apoiar o seu acesso aos mercados;
- Criação de um programa POSEI-Transportes, com vista a dar respostas a problemas específicos enfrentados pelas regiões ultraperiféricas, como os Açores e a Madeira;
- Implementação de projectos sobre o impacto das alterações climáticas na qualidade da água, bem como a restauração ecológica e produtiva de áreas afectadas por incêndios florestais;
- Criação do Observatório Europeu para a saúde materno-infantil.

Os deputados do PCP no PE bateram-se igualmente para que o princípio da solidariedade contributiva se efective, ou seja, para que os países economicamente mais desenvolvidos contribuam mais para o orçamento da UE e para que acabe a diminuição das contribuições

de alguns desses países. Em concreto, a sua acção pautou-se por reclamar o fim dos abatimentos a cinco países que deles beneficiam (Alemanha, Países Baixos, Dinamarca, Áustria e Suécia – por sinal países que estão entre os que mais beneficiam do projecto de integração capitalista europeu), mas também pela rejeição do caminho de estabelecimento e criação de uma capacidade orçamental e fiscal própria da União Europeia por meio dos chamados novos recursos próprios. Defenderam o reforço das contribuições dos países tendo por base o seu rendimento nacional bruto, com vista a uma real convergência social e económica. Alertaram para a natureza temporária do MRR e para o facto de o mesmo ser constituído com base em emissões de dívida que dão como garantia o próprio orçamento da UE, ameaçando diminuir ainda mais as transferências do orçamento da UE para os Estados-Membros, a partir de 2027, e debilitando assim os orçamentos anuais dos períodos pós-2027. Não desligado disto, ocorreu a revisão intercalar do QFP 2021-2027, tendo os deputados do PCP no PE denunciado que a proposta apresentada pela Comissão Europeia e, no essencial, sustentada pelo Parlamento Europeu, com o apoio dos deputados de PS, PSD e CDS, não só não responde aos problemas concretos com que os trabalhadores, os povos e países, como Portugal, estão confrontados, como prossegue as políticas que estão na sua origem, de que são exemplo:

- uma maior mobilização de recursos para o militarismo e a guerra, para financiar a indústria do armamento, desviando verbas da política de coesão, dos fundos estruturais, que deveriam ser utilizadas na resolução dos proble-

mas e melhoria da vida das pessoas;

- a intenção de promover prioridades alinhadas com os interesses das principais potências e dos seus grupos económicos, aí concentrando significativos recursos, em nome de uma dita “Soberania Europeia”, que não representa senão a “soberania” de cada uma dessas potências, com a subjugação dos demais países, como Portugal, que se verão afastados do grosso dos investimentos ou relativamente aos quais terão uma posição subsidiária, incluindo nos sectores da biotecnologia, tecnologia limpa e tecnologia computacional avançada, com a possibilidade de investimento em projectos de dupla utilização (dimensão civil e militar);
- a insistência numa “política orçamental” da UE baseada em novos recursos próprios, com diminuição das contribuições nacionais baseadas no Rendimento Nacional Bruto de cada país, pondo assim em causa a função redistributiva do Orçamento da UE e criando condições para a institucionalização de uma “política fiscal” da UE, caminho que atenta contra a soberania económica, orçamental e fiscal de países como Portugal.

Os deputados do PCP no PE posicionaram-se contra os mecanismos de condicionalidade política e de sanções associados ao cumprimento dos critérios do défice e da dívida. Instrumentos de chantagem e de ameaça, que prejudicam os povos e os trabalhadores dos Estados-Membros e que atentam contra a soberania dos Estados.



EMPREGO E ASSUNTOS SOCIAIS

A DEPUTADA DO PCP NO PE, SANDRA PEREIRA, FOI RELATORA DO RELATÓRIO “REDUZIR AS DESIGUALDADES E PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE PARA CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS”.

Os deputados do PCP no PE denunciaram as consequências das medidas de estrangimento da capacidade de investimento de Estados, determinadas pelo quadro de governação económica e o Semestre Europeu, que têm contribuído para o agravamento das condições económica e social em países como Portugal, tornando a vida das famílias, dos trabalhadores e do povo cada vez mais difícil, conduzindo ao aumento do trabalho precário e mal remunerado, da pobreza.



A sua intervenção foi centrada na defesa do respeito, promoção e reforço dos direitos dos trabalhadores, entre eles a defesa e reforço do direito à organização e à negociação colectivas; dos direitos sindicais; do direito à greve e do princípio da proibição do despedimento sem justa causa; dos princípios de salário igual para trabalho igual; da defesa e promoção da conciliação da vida familiar e pessoal com o trabalho, mediante horários de trabalho regulados e adequados e da redução dos tempos de trabalho; no combate aos vínculos laborais precários e desregulados, à instabilidade, aos baixos salários, à ausência de condições de segurança e saúde no trabalho, ao assédio e re-

pressão patronais no local de trabalho; na valorização das reformas e pensões; na defesa dos direitos das crianças; no direito a uma habitação digna. Defenderam permanentemente a universalidade e gratuitidade do acesso a serviços públicos, como a saúde ou a educação, bem como a existência e criação de redes públicas de creches e de equipamentos de cuidados geriátricos e apoio a pessoas com deficiência, o combate à pobreza e exclusão social, com vista à sua erradicação.

A deputada do PCP no PE, Sandra Pereira, foi relatora do relatório "Reduzir as desigualdades e promover a inclusão social em tempos de crise para crianças e suas famílias". Este relatório, aprovado em 21 de Novembro de 2023, apresenta um conjunto de propostas para fazer face à pobreza e exclusão social, bem como outras questões que afectam as crianças e o seu desenvolvimento, nomeadamente:

- Aumento do investimento em serviços (de saúde ou educação) universais, públicos e de qualidade, que garantam a resposta às necessidades das crianças e das suas famílias, na sua diversidade;
- Aumento da oferta pública e universal de serviços de creches e educação pré-escolar;
- Garantia de condições dignas de habitação, acesso a uma nutrição equilibrada e a transportes acessíveis;
- Conexão entre a concretização dos direitos das crianças e a efetivação dos direitos dos seus pais, nomeadamente através da defesa do trabalho com direitos e com salários justos, bem como do acesso aos direitos parentais, incluindo de amamentação;

- Valorização de instrumentos e práticas que combatam as múltiplas discriminações e a violência contra as crianças;
- Defesa e afirmação do direito a brincar, como medida estruturante das políticas destinadas à infância.

Para além deste relatório, e no âmbito das políticas para a infância, a deputada Sandra Pereira foi membro do Grupo de Trabalho do PE sobre a Garantia para a Infância, foi relatora-sombra da "Resolução sobre a Garantia Europeia para Infância", que reclamou a criação deste instrumento em 2021, bem como da proposta de resolução "As crianças primeiro – Reforçar a Garantia para a Infância, dois anos após a sua adopção", que fez a avaliação deste instrumento em 2023.

Os deputados do PCP no PE dinamizaram perguntas à Comissão Europeia com pedido de resposta oral, em plenário, sobre as condições de trabalho e de emprego dignas no sector da aviação, sobre o retrocesso em relação aos direitos das crianças devido às medidas de confinamento da COVID-19 e sobre a melhoria das condições de trabalho dos bombeiros. Interpelaram inúmeras vezes a Comissão Europeia no contexto de diversos processos de despedimento colectivo, em defesa da manutenção dos postos de trabalho ou de melhores condições de trabalho em empresas, de Norte a Sul do País e das ilhas, como a PSA de Mangualde, a Base das Lajes, a Efacec, a TRIUMPH, a Ryanair, a Kyaia, a ERSUC, a COFACO, a Faurecia, a COELIMA, a Altice Portugal, a Saint-Gobain, a Dielmar, a Dan Cake, a Frulact, a Coralfish, EasyJet, ZF Group, Tupperware ou na Continental Mabor, entre outras. Instaram a Comissão Europeia a avançar com medidas concretas

para vedar o acesso aos fundos da UE às empresas que não pratiquem os mais altos padrões sociais e laborais.

No contexto da discussão mais geral sobre as plataformas digitais e da Directiva sobre a melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores das plataformas digitais, fizeram várias perguntas com pedido de resposta escrita à Comissão Europeia sobre os chamados 'Uber Files', visando questionar a influência do poder económico sobre o poder político no decorrer das negociações de diversas propostas de normas da UE, bem como sobre o modelo destas empresas baseado na precariedade dos seus trabalhadores. Também foram apresentadas perguntas sobre os impactos destas plataformas no sector do táxi.

Os deputados do PCP no PE intervieram activamente na discussão da proposta da Directiva denominada sobre "Salários mínimos adequados na UE", denunciando os seus possíveis efeitos ao nível da estagnação da evolução da massa salarial e, simultaneamente, da perpetuação dos modelos de baixos salários, particularmente nos mercados de trabalho com as características do português.

Apoiaram neste mandato, como tinha sido proposta dos deputados do PCP no PE em 2010, o reiterado pedido para apresentação de uma proposta de directiva que vise estabelecer um rendimento mínimo, de natureza temporária, e no estrito respeito pelo princípio da subsidiariedade.

Apresentaram propostas de alteração concretas à proposta da chamada directiva da "Transparência Salarial" cujo proclamado objectivo

seria o de reforçar a aplicação do princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual ou de valor igual entre homens e mulheres e que apesar desse objectivo acaba por legitimar e normalizar a desigualdade salarial, tal como denunciaram. Intervenção esta baseada no princípio de salário igual para trabalho igual, há mais de um século reivindicado pelas trabalhadoras e que, embora já plasmado na Constituição da República Portuguesa, ainda está longe de ser plenamente respeitado e cumprido.

Os deputados do PCP no PE alertaram para a necessidade de revisão da metodologia proposta pela Comissão Europeia para calcular a dotação financeira máxima do Fundo Social para a Acção Climática por Estado-Membro. Uma metodologia que, incompreensível e injustamente, discrimina e prejudica singularmente Portugal. Tendo sido os únicos deputados portugueses a fazê-lo. Reivindicaram políticas promotoras de um envelhecimento digno e com direitos, i.e., que possibilite a participação na sociedade, tanto na vida política, cívica e cultural como na familiar, defendendo, desde logo, o aumento das pensões, assegurando a qualidade de vida, incluindo através da participação em actividades culturais, de lazer, desportivas e turísticas. Intervieram na defesa de sistemas de Segurança Social públicos, universais e solidários e, simultaneamente, rejeitaram e combateram o aumento da idade de reforma.

Os deputados do PCP no PE defenderam a regulação do trabalho, a valorização dos salários e a promoção da contratação colectiva dos trabalhadores com deficiência, por forma a assegurar que a sua contratação parte do referencial laboral aplicado aos restantes traba-



Os deputados do PCP no PE dinamizaram perguntas à Comissão Europeia com pedido de resposta oral, em plenário, sobre as condições de trabalho e de emprego dignas no sector da aviação.

lhadores, em termos de remuneração ou tempo de trabalho, adaptando-o às suas necessidades. Da mesma forma, intercederam para que a igualdade de tratamento no emprego e na actividade profissional seja garantida com a implementação de sistemas de apoio à contratação que não promovam uma diluição dos encargos salariais com o trabalhador com deficiência, nomeadamente através de participação pública.

Os deputados do PCP no PE apresentaram um conjunto de alterações à proposta de resolução sobre o reforço do diálogo social procurando, entre outros: a defesa da aplicação do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador; a denuncia do papel das políticas da UE na diminuição da cobertura e no enfraquecimento da posição dos trabalhadores na negociação e contratação colectivas; a valorização da democracia no trabalho, no quadro do reforço das estruturas sindicais nacionais, da negociação e contratação colectivas e da valorização das relações e condições laborais e do aumento de salários, por oposição à sua precarização, desregulação, instabilidade e pressão no trabalho; valorizar as autoridades nacionais de inspecção em matéria laboral.

Intervieram na valorização das condições sociais e profissionais dos artistas e dos trabalhadores dos sectores cultural e criativo, rejeitando a institucionalização da precariedade, instabilidade e incerteza.

No relatório de iniciativa legislativa sobre estágios profissionais na União Europeia, os deputados do PCP no PE denunciaram as concepções de que os estágios sejam porta de entrada quase obrigatória para o trabalho, ou que tenham

uma remuneração abaixo do Salário Mínimo Nacional, defendendo que não devem, em qualquer circunstância, suprimir necessidades permanentes. Defenderam, ainda, as competências dos Estados em matéria de legislação laboram.

Os deputados do PCP denunciaram a natureza do chamado Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS) e do respectivo Plano de Acção – uma forma de branqueamento e “maquilhagem social” de políticas neoliberais, de nivelamento por baixo de direitos laborais e sociais. Estiveram presentes na Cimeira do Porto e na grande manifestação da CGTP-IN, desfilando ao lado de milhares de trabalhadores. Denunciaram o carácter recuado e insuficiente das metas do Plano de Acção do PEDS ao nível do combate à pobreza e da promoção do emprego.

A intervenção dos deputados do PCP no PE incidiu também sobre o tema absolutamente central da habitação, afirmando-a como um direito fundamental que, em muitos casos, está por cumprir, e à necessidade de contrariar a crescente desregulação do sector, a par de medidas que impeçam os despejos e que todos tenham acesso a casas com condições dignas. Valorizando as várias acções de luta em Portugal, os deputados do PCP no PE intervieram múltiplas vezes em plenário e convidaram o movimento “Porta a Porta – Casa para Todos” a trazer a luta pelo direito constitucional à habitação para todos ao Parlamento Europeu a Bruxelas, em Novembro de 2023.

Foi por iniciativa dos Deputados do PCP que na sessão plenária de Março de 2024, em Estrasburgo, a preocupante e inquietante situação de degradação das condições de vida que se verificam em diversos países

que integram a União Europeia, com o aumento do custo de vida, da alimentação, da habitação, da energia, assim como crescentes dificuldades no acesso a cuidados de saúde. Uma realidade que é acompanhada pela acumulação de colossais lucros por parte de grandes grupos económicos.



Os deputados do PCP denunciaram a natureza do chamado Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS) e do respectivo Plano de Acção – uma forma de branqueamento e “maquilhagem social” de políticas neoliberais, de nivelamento por baixo de direitos laborais e sociais.



INDÚSTRIA, INVESTIGAÇÃO E ENERGIA

OS DEPUTADOS DO PCP NO PE INTERVIERAM EM TORNO DAS QUESTÕES DA ENERGIA, PROPONDO MEDIDAS QUE DIMINUAM OS CUSTOS PARA AS FAMÍLIAS E AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E QUE LITEM OS LUCROS DOS GRANDES GRUPOS ECONÓMICOS DO SECTOR.

Os deputados do PCP no PE pautaram a sua actividade pela defesa dos sectores produtivos nacionais, com particular enfoque na indústria, sector essencial ao desenvolvimento do País.

No âmbito da Nova Estratégia Industrial para a Europa, os deputados do PCP alertaram para o risco de que a reindustrialização de alguns países seja feita à custa de uma ainda maior desindustrialização de outros, processo no qual Portugal tem sido altamente prejudicado, em resultado do mercado único, da moeda única e das políticas comuns da UE.



Nos diferentes pacotes sobre tecnologia (mais ou menos limpa, mais ou menos militar), os deputados do PCP no PE defenderam que sejam os Estados e os seus povos a determinar, no seu interesse, as suas políticas de desenvolvimento, através da criação e desenvolvimento de tecnologias que contribuam para o equilíbrio ecológico, para a garantia e promoção dos direitos laborais, para o investimento nos serviços públicos, universais e de qualidade.

Os deputados do PCP no PE intervieram em torno das questões da energia, propondo medidas que diminuam os custos para as famílias e as pequenas e médias empresas e que limitem os lucros dos grandes grupos económicos do sector. Denunciaram as consequências do método marginalista de fixação de

preços nos mercados grossistas, assim como do método de fixação do preço dos combustíveis líquidos, tendo questionado a Comissão Europeia sobre a sua manutenção, as metodologias adoptadas e os aproveitamentos que garantem lucros astronómicos aos grandes grupos económicos do sector. Questionaram também a Comissão Europeia sobre a ocorrência de colusão e conluio na fixação do preço dos combustíveis, após esta ter aberto um inquérito sobre o assunto, que, todavia, deixou arrastar sem conclusões, o que tem merecido viva denúncia por parte dos deputados do PCP no PE.

Foram igualmente interventivos com a apresentação de propostas na discussão dos relatórios sobre a configuração do mercado da electricidade da UE e o mercado grossista da energia, tendo reafirmado, de forma transversal a diversos ficheiros e na sua intervenção, que a energia é um bem público, exigindo a reversão das políticas energéticas assentes na liberalização e privatização do sector, e a recuperação do controlo público e do comando estratégico do Estado sobre o sector energético, desde a produção, à distribuição, às infraestruturas, redes e reservatórios, restabelecendo serviços de energia públicos de qualidade e a planificação nacional e democrática do desenvolvimento do sistema energético, assente numa base de solidariedade e cooperação internacional. Defenderam igualmente que se devem favorecer técnicas e soluções de exploração, transporte, produção, distribuição e armazenamento de energia menos poluentes e adequadas a um equilíbrio ecológico sustentável.

A discussão sobre as infraestruturas energéticas transeuropeias é

ela própria também indissociável do processo de liberalização e de privatização do sector estratégico da energia em Estados-Membros. Os deputados do PCP no PE defenderam que estas infraestruturas se devem alinhar com os planos energéticos nacionais, articulados regional e localmente, devendo assim contribuir para a existência de um serviço público de abastecimento energético de qualidade, a preços justos e acessíveis para todos.

Na discussão sobre eficiência energética, os deputados do PCP no PE apresentaram um importante conjunto de propostas em que, entre outros aspectos, defenderam a recuperação do controlo público do sector energético, crucial para o incremento da eficiência energética, garantido os direitos económicos, sociais e ambientais dos povos. E, considerando que a definição de metas vinculativas exigirá a uns Estados mais esforços do que a outros, defenderam a exclusão da contabilização dos fundos mobilizados para este fim do cálculo da dívida pública e dos défices orçamentais, bem como a mobilização de apoios da União Europeia, designadamente financeiros, para auxiliar os Estados-Membros no cumprimento dessas metas, de acordo com as necessidades específicas e identificadas por cada país. Alertaram ainda para o risco de que, por via da eficiência energética, se contribua para uma maior exclusão social e o agravamento das condições de vida dos cidadãos, com o aumento dos custos da habitação, da mobilidade ou dos preços da energia.

O "Mecanismo Interligar a Europa 2.0" é uma versão revista e atualizada de um instrumento que prossegue as estratégias políticas de sempre da União Europeia. A privatização dos serviços públicos de

transportes, energéticos e de comunicações, o desinvestimento nos equipamentos e infraestruturas, a degradação e encarecimento do serviço prestado às populações e a precarização das relações laborais são a marca deste mecanismo. Sendo particularmente grave que este instrumento tenha reforçado o valor financeiro destinado à “dupla mobilização”, ou seja, o financiamento e facilitação da livre e rápida circulação de tropas e equipamento militar dentro e fora da União Europeia. Em contraponto, os deputados do PCP no PE defenderam que as verbas alocadas ao “Mecanismo Interligar a Europa 2.0” devem servir a coesão e o desenvolvimento de infraestruturas civis e contribuir para a melhoria de serviços públicos de qualidade para todos, permitindo a países como Portugal a prossecução de políticas públicas que sirvam as necessidades das populações e o desenvolvimento do País.

Os deputados do PCP no PE participaram nas discussões sobre segurança do aprovisionamento de gás e sobre os mercados internos do gás natural e gases renováveis. Denunciaram que a política de sanções UE se tem repercutido negativamente sobre os povos, agravando o já brutal aumento do preço da energia, do custo de vida, não contribuindo em nada para a resolução política do conflito e para a paz. Consideraram que uma estratégia de diversificação do aprovisionamento energético deve estabelecer-se sob formas de cooperação e de solidariedade mutuamente vantajosas entre os países, não devendo substituir actuais dependências por novas dependências, salvaguardando aspectos económicos, sociais e ambientais importantes para os Estados e para os seus povos, tais como o controlo dos preços da energia e da qualidade dos serviços, a

salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e a sustentabilidade ecológica. Neste sentido defenderam que a segurança do aprovisionamento energético, pela sua importância fulcral e pelo seu carácter sensível, não deve ficar dependente de contingências de mercado que, como a realidade tem demonstrado, a ameaçam e têm conduzido a um acelerado aumento dos preços da energia.

No debate sobre uma “nova estratégia para as Pequenas e Médias Empresas”, os deputados do PCP no PE defenderam formas de apoio à solvência das micro, pequenas e médias empresas (MPME) em dificuldades, na base de pressupostos como a manutenção dos postos de trabalho, a defesa dos salários e o respeito pelos direitos dos trabalhadores. No domínio da sustentabilidade e da digitalização, exigiram uma correspondência entre os objetivos proclamados pela UE e os meios disponibilizados aos Estados-Membros, designadamente financeiros, para promover processos de transição das respectivas MPME nestes domínios, particularmente nas regiões e países menos desenvolvidos. Denunciaram a concentração de riqueza por um reduzido número de grandes empresas, o abuso de domínio de mercado, o esmagador poder negocial e financeiro por parte destas grandes empresas e dos grupos económicos em que se inserem que constituem fortes constrangimentos às MPME.

No domínio da investigação, os deputados do PCP no PE defenderam a importância das actividades de investigação e desenvolvimento (I&D), no contexto de um Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia de qualidade e dotado dos recursos necessários, que valorize os

seus trabalhadores e erradique a precariedade. Assinalaram que a liberdade de investigação científica é condicionada pela precariedade laboral, tendo em consideração que milhares de investigadores trabalham com financiamentos de duração limitada, seja através de bolsas de investigação individuais ou em projectos, seja através de contratos de trabalho a termo ou tarefas específicas como trabalhadores independentes, e com vínculos e protecção laboral precários. Neste sentido, entre outros aspectos, recordaram que é necessário fazer cumprir os direitos laborais consagrados na Carta Europeia do Investigador e no Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores, reconhecendo que não há efectiva liberdade de criação e produção científica e intelectual enquanto houver precariedade no sector, sendo assim necessário defender os direitos laborais dos investigadores e dos trabalhadores científicos, a valorização das suas carreiras, o estabelecimento de contratos de trabalho com vínculos estáveis e acesso à segurança social, com garantias de protecção na doença, na maternidade, no desemprego e na reforma. Defenderam o fim de estatutos ou regimes centrados em bolsas de investigação, como o Estatuto do Bolseiro de Investigação em Portugal, que permitem sujeitar indiscriminadamente os trabalhadores às bolsas de investigação, o que não é compatível com a valorização do trabalho científico. Defenderam, ainda, que a todos os trabalhadores científicos deve ser garantido o direito a um contrato de trabalho com vínculo estável e o acesso à segurança social.

Quanto à discussão sobre a participação da União Europeia na Parceria para a Investigação e a Ino-

vação na Região Mediterrânica (PRIMA), ao abrigo do programa Horizonte Europa, apresentaram alterações considerando que este programa deve cumprir objectivos orientados pelo interesse público e pelas políticas nacionais de construção de capacidades de investigação e inovação e de desenvolvimento de conhecimentos técnicos e soluções adequadas para os sistemas agroalimentares, tornando-os económica, social e ambientalmente sustentáveis, e para o abastecimento e gestão integrados de água na área do Mediterrâneo, tornando públicos esses sistemas, a sua gestão, abastecimento e acesso, propondo, para isso, aumentar a contribuição financeira da UE.

Foram múltiplas as perguntas que os deputados do PCP no PE dirigiram à Comissão Europeia sobre

diversos assuntos na defesa dos interesses nacionais e da capacidade produtiva de Portugal, nomeadamente sobre o encerramento da central termoelétrica de Sines e da Refinaria de Matosinhos; o projecto da Comissão Europeia para as baterias de lítio ou o combate à obsolescência programada; o Programa Horizonte Europa, os fundos europeus para a investigação e a precariedade laboral dos investigadores em Portugal; o prolongamento do "roaming" até 2032; os impactos ambientais da construção de centrais fotovoltaicas; o Acordo UE-EUA para fornecimento de gás natural liquefeito – termos e custos económicos e ambientais; as falhas na cobertura de telecomunicações; candidaturas a projectos para a instalação de painéis fotovoltaicos; Regulamento Ciber-Resiliência; o fluxo de dados entre



No domínio da investigação, os deputados do PCP no PE defenderam a importância das actividades de investigação e desenvolvimento (I&D), no contexto de um Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia de qualidade

a UE e os EUA; o programa para a produção de munições; sobre a publicação de artigos científicos; ou o Regulamento do Conselho que acelera a concessão de licenças e a implantação de projectos de energias renováveis.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A posição dos deputados do PCP no PE na discussão sobre inteligência artificial, no âmbito da Comissão Especial sobre a Inteligência Artificial ou fora dela, pautou-se pela defesa dos trabalhadores e dos seus direitos, no quadro do avanço da ciência e da técnica, nomeadamente dos sistemas de inteligência artificial.

Destaca-se a exigência de que a integração das tecnologias de inteligência artificial nas cadeias, processos e relações de trabalho assegure a melhoria das condições de trabalho e os direitos dos trabalhadores, designadamente através da redução do tempo de trabalho sem redução do salário ou das prestações sociais; a rejeição de que o desenvolvimento e aplicação da inteligência artificial sejam utilizados para colocar em causa direitos laborais adquiridos ou para destruir postos de trabalho, incentivando processos que conduzam ao retrocesso social.

Os deputados do PCP no PE defenderam que os Estados-Membros e a UE desenvolvam todos os esforços para estabelecer uma relação de cooperação e solidariedade entre todos os países do

mundo no processo de desenvolvimento e aplicação das tecnologias de inteligência artificial. Só o desenvolvimento e o acesso universal ao conhecimento, o direito ao desenvolvimento dos países, a elevação das condições de vida na sociedade e a promoção da Paz no mundo servem os povos, sendo imperativo conter, contrariar e condenar o desenvolvimento e a aplicação destas tecnologias no campo militar e securitário, designadamente com a proliferação de sistemas de armas letais autónomas que são um perigo real para a humanidade.

Os deputados do PCP questionaram a Comissão Europeia quanto à mobilização de fundos para a investigação e desenvolvimento de tecnologias de Inteligência Artificial no âmbito do Fundo Europeu de Defesa, manifestando a sua oposição e preocupação. Ainda neste âmbito, foram endereçadas perguntas à Comissão Europeia sobre a implementação de sistemas de vigilância que atentem contra a privacidade e os direitos dos cidadãos, aspectos gravosos que a Lei da Inteligência Artificial, acordada em Dezembro de 2023, contempla.



TRANSPORTE E TURISMO

RELATIVAMENTE À FERROVIA, OS DEPUTADOS DO PCP NO PE EXIGIRAM O AUMENTO DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS, NACIONAIS E EUROPEUS, ORIENTANDO-OS PARA O OBJECTIVO DE RECONSTITUIÇÃO DE UM SECTOR FERROVIÁRIO NACIONAL QUE RESPONDA ADEQUADAMENTE ÀS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO SOBERANO DO PAÍS

Os deputados do PCP no PE intervieram activamente nas áreas dos transportes e do turismo, através de relatórios e pareceres, de intervenções em plenário e interpelações orais na respectiva comissão, da realização de perguntas escritas à Comissão Europeia ou da realização de iniciativas diversas, muitas delas em Portugal.

A primazia dos sistemas de transporte público, face à promoção das soluções de transporte individuais, tem sido uma bandeira dos deputados do PCP no PE, que defendem que



Em Junho de 2021, os deputados do PCP no PE realizaram o seminário “Promover a gratuidade e a intermodalidade dos Transportes Públicos”, onde foram discutidos os constrangimentos e as oportunidades do investimento nos transportes públicos em diversas realidades nacionais e europeias.

Relativamente à ferrovia, os deputados do PCP no PE exigiram o aumento dos investimentos públicos, nacionais e europeus, orientando-os para o objectivo de reconstituição de um sector ferroviário nacional que responda adequadamente às necessidades de desenvolvimento soberano do País, e que assegure o direito das populações à mobilidade, num quadro de promoção de melhorias ambientais e de uma efectiva coesão económica, social e territorial. Reclamaram a modernização de infraestruturas e do material circulante, a contratação dos trabalhadores necessários, a articulação do desenvolvimento da ferrovia com a incorporação de produção nacional, dinamizando a indústria de construção e manutenção. Opuseram-se à tendência crescente de federalizar os investimen-

tos em infraestrutura, exigindo que os fundos europeus apoiassem não apenas as vias transeuropeias, mas também a ferrovia a nível regional e local, garantindo a interoperabilidade entre os diferentes níveis (nomeadamente rejeitando imposições sobre o tamanho da bitola para receber estes fundos). Combateram a entrega às multinacionais do sector da operação das linhas mais rentáveis, num processo que redundou no abandono das linhas que não oferecem lucros.

Relativamente à defesa das MPME que operam no sector dos transportes e turismo, os deputados do PCP no PE defenderam a necessidade de combater os modelos de negócio das empresas multinacionais das chamadas plataformas digitais que operam nestes sectores e a sua actividade predadora, rejeitando situações de concorrência desleal e promovendo os direitos dos trabalhadores e a segurança dos utentes. Reiteraram a necessidade de apoiar a modernização das empresas de transporte tradicionais, em especial o sector do táxi, salientando igualmente o percurso de algumas cidades em limitar a actividade das plataformas de arrendamento de curta-duração, no contexto do direito à habitação e à conciliação das actividades económicas com o interesse público. Nesse sentido, realizaram uma Me-

as políticas de mobilidade possam ir além da lógica do negócio, para a qual foram remetidas por via da liberalização e da privatização. A intervenção dos deputados do PCP tem-se pautado pela defesa de mais investimento público na melhoria da qualidade dos serviços, da promoção da intermodalidade, da simplificação das bilhéticas e da informação aos utentes, encetando o caminho no sentido da progressiva gratuidade dos transportes públicos, em especial nas áreas metropolitanas. Ao mesmo tempo, foi denunciada a insistência da UE em paradigmas mercantilistas de mobilidade, de que é exemplo a ausência de qualquer referência aos transportes públicos no Pacto Ecológico Europeu.

LISBOA-ESTRASBURGO: UMA AVENTURA FERROVIÁRIA NO SÉCULO XXI

Os Deputados do PCP no PE denunciaram exercício de propaganda que foi o “2021 - Ano Europeu do Transporte Ferroviário”, sendo o corolário dessa denúncia a viagem de João Pimenta Lopes entre Lisboa e Estrasburgo, em Dezembro de 2021, que demorou 57 horas e expôs as consequências das políticas de liberalização e abandono da ferrovia.

sa Redonda sobre “Plataformas Digitais: tecnologia, trabalho e exploração”, em Lisboa, em Março de 2021.

Os deputados do PCP no PE estiveram presentes na manifestação em Bruxelas, marcada pelo sector do táxi europeu, em Setembro de 2022, apoiando as suas reivindicações.

Sobre o sector marítimo e portuário, os deputados do PCP no PE expuseram as práticas que concentram investimentos e garantem centralidade económica nos países estruturalmente mais beneficiados pela integração no mercado único, conduzindo à degradação de infraestruturas e serviços na periferia, mesmo em desfavor de realidades que, como Portugal – com 11 ilhas atlânticas habitadas no seu território e com potencialidades portuárias e marítimas óbvias –, poderiam beneficiar do aumento dos fluxos marítimos.

Os deputados do PCP no PE defenderam o aumento do investimento público que assegure a segurança, a modernização e a operacionalidade das infraestruturas portuárias; a valorização das instituições públicas de administração dos portos e o fim da crescente externalização dos serviços; a contratação dos efectivos necessários para as diversas áreas (pilotagem, inspecção, controlo costeiro, fiscalização, etc.); a reconstrução da noção de «efectivo portuário», enquanto conquista histórica mundial dos estivadores, para acabar com a precariedade no sector; o desenvolvimento das indústrias de construção e reparação naval.

No sector do transporte aéreo, os deputados do PCP no PE denunciaram as práticas discriminatórias que as companhias de bandeira, especificamente a TAP – injustificadamente excluída do quadro excepcional de ajudas de Estado no período da COVID-19 –, têm sofrido por parte da Comissão Europeia, limitando a sua capacidade operacional, capturando as suas rotas, e impedindo investimentos que garantam a soberania nacional e a qualidade dos serviços, facilitando a sua privatização.

Os deputados do PCP no PE alertaram para o processo de precarização das relações laborais, para a chantagem e o desrespeito pelos direitos dos trabalhadores – e frequentemente também dos passageiros – protagonizados pelas empresas low-cost de aviação, expondo as suas práticas desreguladoras do trabalho, fiscais e das condições de segurança aérea; o apoio público e político que recebem e a sua contribuição para a degradação geral, no contexto da liberalização do sector, promovida pela UE.

No âmbito da revisão do “Céu Único Europeu”, os deputados do PCP defenderam a reversão dos processos de desregulação, liberalização e centralização dos serviços de gestão de Tráfego Aéreo. Consideraram que a gestão do espaço aéreo, a aferição e a organização dos serviços, bem como a promoção da mais estreita colaboração com os outros Estados, compete aos Estados-Membros. Simultaneamente continuaram a dar voz à promoção da defesa dos trabalhadores, do trabalho com direitos, do reforço das capacidades dos serviços de navegação e da contribuição do sector para os objectivos de redução de impactos ambientais.



= processo de precarização das relações laborais, para a chantagem e o desrespeito pelos direitos dos trabalhadores – e frequentemente também dos passageiros – protagonizados pelas empresas low-cost de aviação, expondo as suas práticas desreguladoras do trabalho, fiscais e das condições de segurança aérea.



AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

OS DEPUTADOS DO PCP NO PE DENUNCIARAM QUE O MODELO DE PRODUÇÃO PROMOVIDO PELA PAC PRIVILEGIA UM MODELO INTENSIVO E SUPERINTENSIVO DE PRODUÇÃO, ASSENTE NA MONOCULTURA E ALTAMENTE DEPENDENTE DE INSUMOS AGROQUÍMICOS.

Os deputados do PCP no PE, tendo um património de intervenção construído em contacto permanente com os pequenos e médios agricultores e as suas organizações, intervieram de forma coerente e firme em defesa da produção agrícola nacional, apresentando propostas para atenuar os constrangimentos associados à Política Agrícola Comum (PAC), pugnando pela mobilização de todos os meios, recursos e possibilidades a favor da agricultura nacional, em especial da pequena e média agricultura e da agricultura familiar, denunciando as consequências do caminho de desregulamentação e liberalização da produção e dos mercados, traduzido nas sucessivas reformas da PAC.



Perante a situação preocupante de períodos de seca cada vez mais frequentes e o seu impacto nas explorações agrícolas de várias regiões do País, os deputados do PCP no PE alertaram para o problema de escassez de água e para o inevitável aumento dos custos de produção .

No processo da última revisão da PAC, os deputados do PCP no PE apresentaram muitas dezenas de alterações aos correspondentes relatórios, diretivas e regulamentos, entre outros, no sentido de eliminar as inúmeras desigualdades na distribuição dos pagamentos da PAC – entre países, produções e produtores; reinstaurar os instrumentos públicos de regulação da produção, no sector leiteiro e outros, por forma a garantir a cada país o direito de produzir; a criação de um Fundo de Seguros Agrícolas Públicos, financiado pelo orçamento da PAC, que, a par de outros aspectos, assegurasse um rendimento mínimo aos agricultores afectados por fenómenos climáticos extremos e outras catástrofes naturais ou provocadas pelo homem, incluindo incêndios florestais, doenças e pragas; a introdução de formas de intervenção na cadeia de abastecimento alimentar, como a fixação de margens máximas de intermediação, por forma a promover uma distribuição justa e adequada do valor acrescentado ao longo da cadeia, melhorando o preço pago ao produtor sempre que se verificarem desigualdades acentuadas; a aplicação do princípio da preferência nacional, criando e utilizando um sistema de quotas obrigatórias de comercialização da produção nacional, nos casos em que um Estado-Membro se veja confrontado com um défice elevado e persistente da balança agroalimentar.

As propostas apresentadas reflectiram, no seu conjunto, a luta pelo direito à soberania e segurança alimentar de cada país, garantindo a Portugal o direito a produzir e defender a agricultura nacional.

Os deputados do PCP no PE denunciaram que o modelo de produção promovido pela PAC privilegia um modelo intensivo e superintensivo

de produção, assente na monocultura e altamente dependente de insumos agroquímicos. Propuseram e defenderam a necessidade de promoção e apoio a um outro modelo de desenvolvimento, mais sustentável, com práticas mais ecológicas, menos dependentes do uso de pesticidas, baseado na valorização da produção nacional e soberania alimentar. Os deputados do PCP defenderam ainda que a necessidade de compatibilizar a actividade produtiva com a qualidade ambiental não pode ser desligada da valorização sócio-económica dos pequenos e médios agricultores.

Os deputados do PCP lutaram contra a sujeição da PAC às regras da Organização Mundial do Comércio, a desregulamentação e liberalização do comércio internacional, com a promoção de modelos de produção intensivos e orientados para a exportação, à custa da ruína de milhares de pequenos e médios agricultores e da qualidade e segurança alimentar.

Na discussão da “Estratégia do Prado ao Prato”, os deputados do PCP defenderam o papel da agricultura familiar e da pequena e média agricultura, na medida em que são as que fazem uma utilização mais sustentável dos recursos, quer através da ampla diversificação de produções, quer pelo que potenciam no encurtamento das cadeias de produção-distribuição-consumo, produzindo localmente o que vai ser consumido localmente, tendo ainda potencial para fixar populações. Ao mesmo tempo, denunciaram e lutaram contra as consequências dos acordos de livre comércio da UE que ameaçam a segurança e soberania alimentares em benefício da concentração da produção e das multinacionais do agronegócio, beneficiando os interesses das

grandes potências, apresentando propostas para travar a desregulamentação e liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas.

Ao longo destes anos, os deputados do PCP no PE, na sequência das inúmeras visitas e contactos com os produtores portugueses, apresentaram dezenas de perguntas escritas à Comissão Europeia sobre temas tão diversos como a disponibilidade e aplicação dos fundos europeus para a agricultura, a situação de sectores como o leite, a apicultura, a salicultura, o arroz, o milho, o azeite, as frutas e legumes; a agricultura biológica, a produção do vinho e também a sua rotulagem; a gestão florestal e os baldios; a pecuária e a sanidade animal; o controlo de pragas; os impactos dos acordos de comércio livre; a introdução de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e a patenteação da vida; a salvaguarda das Denominações de Origem Protegida; o aumento dos custos dos factores de produção; a prevenção dos efeitos da seca; a prevenção e combate aos incêndios; o apoio para o armazenamento de água; ou a possibilidade de antecipar todas as ajudas comunitárias em situações críticas, a flexibilização de regras e procedimentos e a maximização do Regime das Pequenas Explorações Agrícolas.

Perante a situação preocupante de períodos de seca cada vez mais frequentes e o seu impacto nas explorações agrícolas de várias regiões do País, os deputados do PCP no PE alertaram para o problema de escassez de água e para o inevitável aumento dos custos de produção – no contexto da subida de outros factores, como a energia e os combustíveis, e do esmagamento dos preços pagos à produção e re-

dução dos rendimentos – apresentando soluções, nomeadamente sob a forma de ajudas à produção.

Foi por iniciativa dos deputados do PCP que se realizou um debate sobre a temática da seca e os seus impactos para as populações e para a agricultura na sessão plenária do PE de Fevereiro de 2024, em Estrasburgo.

No contexto da pandemia de COVID-19 e, mais recentemente, dos impactos das sanções e da guerra na Ucrânia, os deputados do PCP no PE têm alertado para a urgência de apoios directos ao rendimento dos agricultores, do desenvolvimento da produção nacional para debelar dependências externas e para a atribuição de apoios sociais em resposta a situações de emergência.

Os deputados do PCP no PE apresentaram dezenas de alterações ao regulamento para o uso sustentável de pesticidas. Denunciaram que o uso insustentável de pesticidas está na origem de graves problemas ambientais, de saúde pública e de segurança alimentar, defenderam a progressiva redução da incorporação destes compostos na actividade agrícola, a necessidade de implementar e cumprir o princípio da precaução relativamente a pesticidas e outros agroquímicos, face ao seu impacto nocivo para a saúde dos trabalhadores e das populações, e o apoio aos pequenos e médios agricultores para a utilização de outras alternativas.

Os deputados do PCP no PE propuseram a rejeição da proposta da Comissão Europeia para regulamentar a utilização de novas técnicas genómicas (NTGs) para a produção de sementes, já que se trata de uma significativa liberalização do comér-

cio das variedades geneticamente modificadas, procurando criar limitações à decisão dos Estados-Membros quanto à presença destes produtos no seu território. Recusaram a proposta de acelerar processos de autorização de novos organismos geneticamente modificados (OGM), defendendo o princípio da precaução e a obrigatoriedade das avaliações de risco destes produtos. Denunciaram o risco associado de limitar o bem comum e o direito ancestral dos agricultores a espalhar e multiplicar livremente as suas sementes, bem como os riscos de contaminação por OGM e NTGs sem que estejam previstas medidas de contenção de riscos de contaminação.



PESCAS

OS DEPUTADOS DO PCP NO PE INTERVIERAM EM TORNO DAS QUESTÕES DA ENERGIA, PROPONDO MEDIDAS QUE DIMINUAM OS CUSTOS PARA AS FAMÍLIAS E AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E QUE LIMITEM OS LUCROS DOS GRANDES GRUPOS ECONÓMICOS DO SECTOR.

Os deputados do PCP no PE deram continuidade a um reconhecido trabalho no sector das pescas, mantendo uma permanente ligação aos problemas da pesca e às comunidades costeiras, intervindo no sentido de salvaguardar os interesses nacionais e soberania do País sobre os seus recursos pesqueiros e a respectiva gestão, contrariando tentativas de aprofundar a centralização na UE dos mecanismos legislativos relativos à gestão das pescas.

Os deputados do PCP no PE alertaram para as principais preocupações do sector, intervindo através dos diferentes meios ao seu dispor, nomeadamente através da redacção

de relatórios, de alterações a propostas legislativas e a relatórios não legislativos, de intervenções em plenário e em sede de comissão especializada e de perguntas dirigidas à Comissão Europeia, em torno de temáticas diversas, tais como: a situação da pesca da sardinha em Portugal; a situação da frota do cerco, no contexto da interdição da pesca da sardinha e do biqueirão; o Regulamento do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, Pescas e Aquicultura (FEAMPA) 2021-2027; o Regulamento do Controlo das Pescas, incluindo sobre as obrigações de desembarque; as medidas para evitar o desperdício de pescado no âmbito da proibição das devoluções ao mar; o apoio à pesca de pequena escala, artesanal e costeira; a escassez de peixe; os acordos de pesca com países terceiros e os contingentes pautais da pesca.

Durante a pandemia, os deputados do PCP no PE intervieram na exigência de apoios imediatos para o sector das pescas e, particularmente, para a pesca de pequena escala, tais como: a criação e funcionamento de um sistema de preços mínimos para a primeira venda; a possibilidade de o FEAMPA financiar o Fundo de Garantia Salarial; ajudas ao armazenamento, financiadas pelo FEAMPA; o aumento do cofinanciamento máximo na utilização dos fundos da UE até 100%; entre muitas outras medidas.

Em 2021, foi apresentado o projecto de relatório do deputado do PCP João Pimenta Lopes sobre a "Situação da pesca de pequena escala na UE: perspectivas futuras", no qual se faz a análise do sector e se avançam, entre outras, propostas de medidas como: a intervenção na cadeia de valor, por forma a melhorar o preço da primeira ven-

da e os rendimentos dos pescadores; a defesa e criação de mercados de origem e a promoção de circuitos curtos de comercialização; a intervenção nos custos de produção; a reintrodução de possibilidades de apoio ao armazenamento, à congelação e à refrigeração, com vista ao aproveitamento integral de todo o pescado; a criação de um programa de renovação, requalificação, modernização ou redimensionamento da frota de pequena escala.

Após 5 anos desde a publicação da proposta da Comissão Europeia, foi debatido e votado no Parlamento Europeu o acordo interinstitucional relativo ao Regulamento do Controlo. Tal como aquando da discussão da posição do Parlamento Europeu em primeira leitura, os deputados do PCP reafirmaram que este Regulamento insiste no aprofundamento do enredo burocrático e técnico das medidas de controlo, desajustadas da realidade da pequena pesca, costeira e artesanal, das características das embarcações e/ou da idade dos operadores. Consideraram que os principais visados da revisão do Regulamento de Controlo das Pescas, aqueles que mais vão sentir o peso destas medidas, são estes segmentos, predominantes em países como Portugal.

Este acordo ratifica medidas questionáveis de vigilância, do ponto de vista da aplicação técnica ou da sua consequência na preservação dos recursos. Acentua o carácter centralizador da Política Comum de Pescas, dá mais poderes à Comissão Europeia e diminui a margem de acção dos Estados-Membros. Suprime importantes derrogações para a pesca de pequena escala, costeira e artesanal, constituindo mais um espartilho num

segmento em dificuldades, facilitando ainda mais a concentração da atividade piscatória nos operadores maiores e nas grandes embarcações, economicamente mais fortes.

Tanto na primeira leitura, como no acordo, os deputados do PCP no PE apresentaram propostas de alteração que visavam, no essencial, manter as derrogações em vigor para a pequena pesca, costeira e artesanal que num primeiro momento foram rejeitadas com o contributo de PS, PSD, CDS e BE e, num segundo momento, não chegaram a ser votadas ao ter sido rejeitado o voto procedimental com os votos de PS, PSD e CDS.

O deputado João Pimenta Lopes foi ainda relator do relatório "sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece medidas de gestão, de conservação e de controlo aplicáveis na Zona abrangida pelo Acordo de Pesca para o Oceano Índico Sul (SIOFA)", onde se rejeitou a proposta da Comissão Europeia por não assegurar que aos operadores dos diversos Estados-Membros o conhecimento das suas obrigações nas línguas oficiais; e do relatório sobre o Acordo de Parceria no domínio da Pesca entre a Comunidade Europeia e a República de Quiribáti (2023–2028).



AMBIENTE, SAÚDE PÚBLICA E SEGURANÇA ALIMENTAR

COMBATENDO AS LÓGICAS DE MERCANTILIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS, OS DEPUTADOS DO PCP NO PE INTERVIERAM EM DEFESA DAS ESPECIFICIDADES E DOS INTERESSES NACIONAIS, DO EQUILÍBRIO DOS ECOSISTEMAS, DA PROTECÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA, DOS DIREITOS DOS CONSUMIDORES.

Num contexto em que o estado do meio ambiente, da saúde pública e a segurança alimentar estão cada vez mais ameaçadas, fruto também das opções políticas da União Europeia, os deputados do PCP no PE denunciaram e propuseram as alternativas que podem reverter estes problemas, sem deixar de defender os interesses dos povos ao desenvolvimento sustentável e saudável.



Os deputados do PCP no PE expuseram as verdadeiras intenções do “Pacto Ecológico Europeu”, denunciaram a sua visão neoliberal assente na promoção de mecanismos de mercado, como o mercado do carbono ou da monetização da natureza, de que o negócio da compra e venda do direito a poluir através do sistema de comércio de licenças de emissão é exemplo. Propuseram uma mudança profunda num conjunto relevante de políticas sectoriais (agricultura, comércio, energia, transportes e desenvolvimento) para concretizar uma implementação coordenada e efectiva dos objectivos de protecção do ambiente, designadamente no plano do combate e adaptação às alterações climáticas, incluindo no domínio da

redução de emissões de gases de efeito de estufa (GEE). Defenderam uma abordagem normativa, integrada, transversal e consequente da problemática das alterações climáticas, que garanta uma diversificação dos instrumentos utilizados para alcançar os objectivos de redução.

Combatendo as lógicas de mercantilização e financeirização do ambiente e dos recursos naturais, os deputados do PCP no PE intervieram em defesa das especificidades e dos interesses nacionais, do equilíbrio dos ecossistemas, da protecção da saúde pública, dos direitos dos consumidores. Exemplo disso foram as centenas de propostas apresentadas em ficheiros tão diversos como: a chamada “Lei do Clima”, o combate à pandemia de COVID-19, a escassez de medicamentos, o Fundo de Transição Justa, o programa “EU4Health”, as posições do Parlamento sobre as várias Conferências das Partes das Nações Unidas, a estratégia da biodiversidade e a “Estratégia do Prado ao Prato”, as diretivas relativas à qualidade do ar ambiente, e o programa geral de acção da UE para 2030 em matéria de ambiente, as diretivas da água, os regulamentos dos resíduos, as questões relativas à saúde pública.

Enquanto autores de um parecer sobre a “Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente” enfatizaram a importância da mobilidade como elemento determinante de uma política de sustentabilidade, defenderam a promoção do transporte público, com o investimento público necessário, a promoção dos serviços multimodais baseados na cooperação entre prestadores, na interoperabilidade, fiabilidade, segurança e acessibilidade, com emissões zero de GEE. Apelaram à cria-

ção de incentivos financeiros e legislativos adequados para ajudar a criar esses sistemas de transporte público eficiente. Defenderam que a coesão económica, social e territorial deve ter em conta as necessidades de mobilidade a nível local, regional e nacional, que devem ser plasmadas nas políticas de ordenamento do território, a vários níveis.

Os deputados do PCP no PE rejeitaram o Sistema de Comércio de Emissões de GEE (CELE) e o seu Esquema Europeu de Transações (ETS), denunciando as suas consequências e perversidades – que as sucessivas revisões não eliminaram. Opuseram-se, por isso, ao alargamento deste instrumento a outros novos sectores de actividade económica, para além dos actualmente abrangidos.

Os deputados do PCP no PE intervieram na discussão sobre política florestal, criticando o conceito simplista de “reflorestação” usado pela UE, cuja principal consequência é o favorecimento da monocultura florestal.

Defenderam a protecção e valorização dos conhecimentos tradicionais e das práticas ancestrais dos povos, a ligação entre a diversidade genética e a segurança e soberania alimentares a nível mundial.

Defenderam uma profunda modificação de políticas relativamente aos OGM, propuseram a introdução de uma moratória sobre autorizações de novos OGM, a revogação de autorizações já concedidas e o pleno respeito pelo “princípio da precaução”, com o reconhecimento do direito à renúncia voluntária dos OGM por parte dos Estados, regiões ou agricultores. Apoiaram todas as objecções à entrada de OGM

no mercado europeu, denunciando a proximidade e mesmo promiscuidade entre a Comissão Europeia e a agroindústria, que coloca em causa a seriedade e imparcialidade das avaliações efectuadas. Tal como o fizeram na Comissão de Agricultura, também na Comissão de Ambiente rejeitaram a proposta da Comissão Europeia que liberaliza o comércio e cultivo e consumo das sementes modificadas com as chamadas Novas Técnicas Genómicas.

Os deputados do PCP no PE, aquando da discussão e votação do Regulamento relativo à Restauração da Natureza, afirmaram que a recuperação de habitats e biodiversidade só se garante com a coerência entre os objectivos a alcançar e os meios definidos para atingi-los, assim como entre as políticas implementadas em diversas áreas, desde a agricultura até a gestão florestal e a implementação de projetos de energia renovável, em vez de se limitar à definição de metas a serem alcançadas. Apresentaram por isso alterações a este Regulamento, denunciando o favorecimento de projectos de energias renováveis que escapam aos processos de avaliação de impacto ambiental, com base num suposto interesse público superior, exigindo que estes projectos também passem por procedimentos de avaliação de impacto ambiental.

No âmbito das discussões dos dois regulamentos relativos aos resíduos, os deputados do PCP no PE apresentaram centenas de alterações sublinhando a necessidade de redução das embalagens desnecessárias e salvaguarda das matérias-primas. Defenderam a gestão pública de resíduos e a reversão dos processos de privatização e a recuperação do controlo público em

todo o sector. Defenderam a implementação de medidas e investimentos necessários para prosseguir os objetivos nacionais de gestão de resíduos, salvaguardar o ambiente e a qualidade de vida da população, assegurar a prestação eficaz do serviço público em vez de contribuir e estimular os fins comerciais e de maximização de lucro. Rejeitaram e denunciaram a transferência do fardo da gestão privada ineficiente do sector dos resíduos urbanos para municípios e cidadãos, que gera desequilíbrios e desigualdades, acentua as assimetrias e não promove a racionalidade da gestão, nem a defesa do ambiente, nem os interesses das pessoas. Rejeitaram a imposição de custos às populações, nomeadamente através do aumento das taxas e das facturas do consumo final, uma vez que constituem medidas ineficazes e têm efeitos perversos, em especial nos agregados familiares com baixos rendimentos. Ao contrário da proposta da Comissão Europeia, os deputados do PCP no PE afirmaram e propuseram que o poder de decisão deve caber aos Estados-Membros, tendo em conta as suas diferentes realidades, para tomar medidas que possam ir além destas disposições, que ao nível dos objectivos quer para reconhecer o ponto de partida diferenciado de cada Estado-Membro em relação aos objetivos estabelecidos, que determinam a necessidade de diferentes esforços para os alcançar.

Na discussão da posição do PE relativa às alterações aos regulamentos das águas subterrâneas e águas residuais urbanas, os deputados do PCP no PE apresentaram propostas de alteração que reflectiam a necessidade de ter em conta as diferentes realidades dos Estados-Membros. Quanto à proposta que a Comissão Europeia apresentou

para as águas residuais urbanas, que tratava por igual realidades que são muito distintas, estabelecendo exigências que implicarão avultados investimentos em termos de infraestruturas e de aquisição de novas tecnologias, alertou-se para o aumento de custos de operação e manutenção e denunciou-se a falta de apoio financeiro necessário para a sua concretização. Os deputados do PCP no PE denunciaram e recusaram igualmente a mercantilização e a privatização da gestão da água e do saneamento, a insistência na opção da retirada de competências ao poder local e no aumento das tarifas, imputando os custos integrais destes sistemas aos municípios.

Ao nível do Orçamento da UE, propuseram o reforço significativo de programas e medidas na área do ambiente, da saúde pública e da segurança alimentar, criticando a escassez de recursos dedicados a áreas como a conservação da natureza. Propuseram que a UE cuidasse de garantir meios concretos, suficientes e realistas, designadamente no plano orçamental, para atingir o objectivo da "neutralidade climática" e garantir que os Estados-Membros dispõem de recursos para a chamada transição ecológica.

No plano da saúde pública, propuseram medidas para combater a escassez de medicamentos, no sentido da garantia do seu aprovisionamento e acesso universal, o fornecimento oportuno e adequado de medicamentos aos pacientes, o que constitui uma das vertentes relevantes do direito fundamental à saúde, devendo ser assegurado de forma universal, independentemente do local e não podendo ser limitado.

Sobre as vacinas contra a COVID-19 e a implementação do chamado certificado digital, os deputados do PCP no PE, num contexto de profunda desigualdade no acesso às vacinas a nível mundial, defenderam e propuseram a partilha do conhecimento, o levantamento das patentes e o conseqüente aumento da produção de vacinas e a diversificação da sua aquisição, de forma a superar mais rápida e eficazmente a pandemia e a mitigar os seus efeitos na situação económica e social. Dinamizaram vários questionamentos à Comissão Europeia sobre o processo de aquisição de vacinas, sobre a sonegação de informação relativa aos contratos negociados com as multinacionais farmacêuticas e sobre a promiscuidade entre estas e a própria Comissão Europeia.

Os deputados do PCP no PE criticaram o projecto da “União Euro-

peia da Saúde”, denunciando os seus objectivos de mercantilização da saúde e de promoção da privatização e liberalização do sector e defenderam a importância dos serviços públicos de saúde, universais e gratuitos, com cuidados de qualidade. Alertaram, ainda, para os graves riscos de decisões políticas baseadas em análises de custo-benefício, pondo em causa direitos fundamentais, que são para ser cumpridos e não comprados. Sublinharam a necessidade urgente de garantir que as patentes farmacêuticas não constituam uma barreira ao abastecimento dos produtos, em caso de escassez de medicamentos.

Denunciaram os constrangimentos orçamentais impostos pela UE aquando das chamadas “recomendações por país” que visavam o corte na despesa primária do Estado, incluindo na área da saúde.



criticaram o projecto da “União Europeia da Saúde”, denunciando os seus objectivos de mercantilização da saúde e de promoção da privatização e liberalização do sector e defenderam a importância dos serviços públicos de saúde, universais e gratuitos, com cuidados de qualidade.

SAÚDE MENTAL

Enquanto relatores sombra do Relatório da Subcomissão da Saúde Pública sobre a Saúde Mental, os deputados do PCP defenderam que o estado da saúde Mental dos povos está intimamente ligado às condições sociais, económicas e políticas em que estes se encontram. Chamaram a atenção para as situações de pressão e esgotamento em contexto de trabalho, agravadas pelos os baixos salários, pela precariedade, pelas exigências para aumentar ritmos de trabalho, para prolongar e desregular horários, a pressão em situações de gravidez ou doença e o assédio de naturezas diversas. Nas dezenas de alterações apresentadas a este relatório, os deputados do PCP no PE, além de contextualizarem a problemática da Saúde men-

tal no seu contexto material e socio-económico, identificaram como elementos fundamentais na luta e prevenção da doença mental, entre outros, a promoção do emprego com direitos, salários dignos, a regulação do trabalho e a redução dos horários, o reforço do Serviço Nacional de Saúde, garantindo uma cobertura regular da saúde mental nos serviços hospitalares e de cuidados de saúde primários, suprimindo as carências da saúde ocupacional e da medicina no trabalho, contribuindo para a prevenção, diagnóstico e tratamento, e a capacitação e integração social e laboral das pessoas com doença mental, através da reabilitação personalizada, promovendo a ocupação, combater o estigma.



DIREITOS DA MULHER E IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES

NO RELATÓRIO SOBRE A “IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES NA UNIÃO EUROPEIA NO PERÍODO 2018-2020”, DO QUAL A DEPUTADA SANDRA PEREIRA FOI RELATORA, DEFENDERAM QUE A UE E OS ESTADOS-MEMBROS TÊM DE ASSEGURAR POLÍTICAS QUE REPRESENTEM AVANÇOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA E NOS DIREITOS DAS MULHERES.

Os deputados do PCP no PE pautaram a sua intervenção pela afirmação de que o direito ao trabalho com direitos é condição essencial à efectivação da igualdade entre mulheres e homens. Intervieram no sentido da defesa e promoção de serviços públicos, universais e de qualidade, como o acesso gratuito à saúde, à educação, mas também à habita-



ção, à justiça e aos transportes, nomeadamente aquando da discussão da "Estratégia para a Igualdade 2020-2025". Defenderam que qualquer estratégia para a Igualdade terá de passar necessariamente pelo combate à pobreza e à exclusão social e terá de contribuir de forma concreta para o combate às discriminações no acesso ao trabalho e às diferenças salariais entre mulheres e homens, num quadro em que se exige o aumento geral dos salários e das pensões e a melhoria das condições laborais. Também destacaram a necessidade da protecção da maternidade, com licenças pagas a 100%, a protecção na doença e uma verdadeira conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

No relatório sobre a "Igualdade entre homens e mulheres na União Europeia no período 2018-2020", do

qual a deputada Sandra Pereira foi relatora, defenderam que a UE e os Estados-Membros têm de assegurar políticas que representem avanços nas condições de vida e nos direitos das mulheres, garantindo o direito ao trabalho, à valorização dos salários e ao reforço dos serviços públicos, rompendo com soluções que agravem a exploração, as desigualdades, discriminações e violências sobre as mulheres. Para reforçar e efectivar os direitos das mulheres, impõe-se a defesa do direito ao trabalho com direitos, o combate ao trabalho precário, a proibição da contratação abusiva de jovens para postos de trabalho de natureza permanente, a eliminação das discriminações salariais directas e indirectas através do reforço da contratação colectiva, o direito a serem trabalhadoras e mães sem penalizações. Também defenderam a valorização dos salários e das pensões, a garantia de uma adequada protecção social no desemprego, na doença, na maternidade-paternidade, na invalidez e velhice, e a igualdade de acesso de todas as mulheres a serviços públicos de saúde, gratuitos e com qualidade, incluindo os direitos sexuais e reprodutivos.

Intervindo no relatório sobre a "Pobreza entre as mulheres na Europa", apontaram as causas para o aumento do risco de pobreza da classe trabalhadora e de como afecta particularmente as mulheres: a deterioração de importantes funções sociais do Estado; as políticas de desregulação laboral e o ataque à contratação colectiva; a precarização laboral e a desvalorização do valor do trabalho. Alertaram para os efeitos da pobreza e exclusão social que podem durar toda a vida e ter continuidade nas gerações futuras. Denunciaram que as políticas neoliberais da UE con-

tribuem para o aumento da vulnerabilidade das mulheres, agravando a sua exploração e conduzindo à pobreza, à marginalização e ao aumento de fenómenos de exploração como a prostituição e o tráfico de mulheres.

No parecer sobre o relatório "Uma visão de longo prazo para as zonas rurais da UE – Rumo a zonas rurais mais fortes, conectadas, resilientes e prósperas até 2040" foram apresentadas alterações no sentido de destacar o papel extremamente importante das mulheres na agricultura e no desenvolvimento das zonas rurais, bem como a importância dos serviços públicos, emprego e investimento público nas zonas rurais. Foi evidenciada também a necessidade de uma outra política agroflorestal, uma PAC compatível com a agricultura familiar, a pequena e média agricultura e com o mundo rural.

Os deputados do PCP no PE apresentaram, no âmbito dos vários projectos-piloto sobre "Violência Doméstica – Prevenção, reincidência e avaliação dos agressores", sobre "Endometriose: prevenir, combater e sensibilizar" e sobre os "Impactos das medidas de contenção da Covid-19 e do aumento da violência sobre as mulheres". Em diferentes momentos, dirigiram várias perguntas à Comissão Europeia sobre os direitos das mulheres, o impacto da COVID-19 nas suas vidas, mas também sobre as violências que oprimem as mulheres (como a violência doméstica e a prostituição).

A deputada Sandra Pereira foi co-relatora da resolução "Ameaças globais ao direito ao aborto: eventual revogação do direito ao aborto nos Estados Unidos pelo Supremo Tribunal". Nas suas alterações,

SOLIDARIEDADE COM AS MULHERES EM LUTA PELOS SEUS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

A deputada Sandra Pereira dinamizou uma carta de solidariedade com as mulheres da Polónia e da Eslováquia, que foi subscrita inicialmente por 65 mulheres e enviada às Embaixadas da Polónia e da Eslováquia, que visou chamar a atenção para os retrocessos em vários pontos do globo, designadamente nos direitos sexuais e reprodutivos e no acesso à interrupção voluntária da gravidez (IVG). A carta teve como objectivo reafirmar que estes retrocessos atentam contra a salvaguarda da saúde, dos direitos e da dignidade das mulheres, com riscos acrescidos para as mulheres das camadas mais desfavorecidas social e economicamente.



Os deputados do PCP no PE intervieram activamente no relatório “Sobre a regulamentação da prostituição na UE: as suas implicações transfronteiriças e o seu impacto na igualdade de género e nos direitos das mulheres”.

denunciou o posicionamento dos sectores mais retrógrados que se batem contra esses direitos e reiterou a necessidade da luta pela ruptura com as políticas que impedem a concretização do direito das mulheres à saúde, incluindo os seus direitos sexuais e reprodutivos. Saliu ainda que defender os direitos sexuais e reprodutivos exige o reforço dos serviços públicos, designadamente um serviço público de saúde gratuito e com qualidade; acesso a serviços de saúde reprodutiva (incluindo cuidados de saúde materna e neonatal); serviços de prevenção e tratamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis; acesso gratuito a métodos contraceptivos; serviços de planeamento familiar e implementação da educação sexual nas escolas.

No âmbito da saúde e direitos sexuais e reprodutivos, foram feitas perguntas à Comissão Europeia sobre o reforço dos serviços públicos de saúde e sobre a endometriose.

Os deputados do PCP no PE intervieram activamente no relatório “Sobre a regulamentação da prostituição na UE: as suas implicações transfronteiriças e o seu impacto na igualdade de género e nos direitos das mulheres”. Por sua iniciativa, no texto aprovado, foi incluída a necessidade de adopção de medidas de prevenção das causas económicas, sociais e culturais que empurram as mulheres para a prostituição e aí as aprisionam, e ajudaram a impedir que no texto final permanecesse o uso de terminologias que associem a prostituição a “trabalho sexual” e as mulheres prostituídas a “trabalhadoras do sexo”. Foi igualmente aprovada uma alteração sua sobre a importância da adopção de programas de saída. Com a aprovação deste relatório, o PE afirmou uma posição que rejeita a criminalização e a estigmatização das mulheres em situação de prostituição e assume que a prostituição é uma forma de exploração e de violência.



CULTURA E EDUCAÇÃO

ALERTARAM PARA OS RISCOS QUE O ESPAÇO EUROPEU DE EDUCAÇÃO COMPORTA COM A PERSPECTIVA, NO SEGUIMENTO DO PROCESSO DE BOLONHA, DA PROMOÇÃO DO ENSINO E DA FORMAÇÃO NUMA LÓGICA MERCANTILISTA, RETIRANDO-LHE CONTEÚDO E QUALIDADE, FAZENDO COM QUE SÓ QUEM TENHA RECURSOS FINANCEIROS POSSA TER ACESSO AO ENSINO.

O respeito da diversidade e identidade culturais e a garantia de acesso de todos à cultura, através da sua promoção numa perspectiva de abertura, cooperação e igualdade entre todos os povos, com a formulação de políticas públicas de apoio à criação, produção e fruição culturais, foram princípios que pautaram a actuação dos deputados do PCP no PE.

Promoveram várias iniciativas sobre o princípio do multilinguismo, alertando para o constante desrespeito deste nas instituições da UE e defenderam o respeito e salva-

guarda intransigente da identidade cultural de cada país e a possibilidade de cada deputado se poder expressar na sua própria língua, por forma a garantir as condições para o exercício pleno do mandato para o qual foi eleito. Nesse sentido, e para além de outras iniciativas, dirigiram uma carta aos Presidentes do PE, da Comissão Europeia e do Conselho Europeu, subscrita por mais de 60 deputados de vários países e de diferentes grupos políticos, onde expressaram a defesa do multilinguismo e a preocupação pela situação dos tradutores e intérpretes, afirmando a defesa do direito ao trabalho com direitos e o combate à precarização das relações laborais dos tradutores e intérpretes. Propuseram, ainda, no âmbito do orçamento da UE, o aumento do financiamento para tradução e interpretação, com vista a garantir a dotação necessária e a regularizar a situação laboral dos tradutores e intérpretes.

Alertaram para os riscos que o Espaço Europeu de Educação comporta com a perspectiva, no seguimento do Processo de Bolonha, da promoção do ensino e da formação numa lógica mercantilista, retirando-lhe conteúdo e qualidade, fazendo com que só quem tenha recursos financeiros possa ter acesso ao ensino.

Intervieram na defesa, valorização e promoção da cultura e da língua portuguesas e propuseram o aumento do apoio à Produção, Difusão e Acesso à Cultura.



Alertaram para os riscos que o Regulamento da Liberdade dos Meios de Comunicação Social comporta, pelo que este estabelece uma maior harmonização da legislação relativa aos meios de comunicação social a nível da UE.

Por ocasião do centenário do nascimento de José Saramago, que se assinalou no dia 16 de Novembro de 2022, os deputados do PCP no PE promoveram uma exposição e a Sessão Evocativa “José Saramago: uma obra de valor universal”, assinalando esta data de forma a contribuir para a divulgação e debate em torno da obra literária de um dos maiores escritores de Língua Portuguesa, reconhecido internacionalmente, vencedor do Prémio Nobel da Literatura em 1998, destacado intelectual, militante comunista com reconhecido papel na luta contra o fascismo e na Revolução de Abril.

Contribuíram para a defesa e divulgação do património cultural nacional, regional e local, erudito e popular, tradicional ou actual, como forma de salvaguarda e promoção da identidade e da independência nacionais, através de reuniões, iniciativas, visitas e encontros.

Interpelaram, por diversas vezes, a Comissão Europeia, nomeadamente sobre: programas e medidas de apoio ao ensino; promoção, preservação e divulgação da Arte da Calçada Portuguesa; do genuíno Cobertor de Papa; do património arqueológico em risco; das obras de requalificação da Escola EB 2,3 Mestre de Avis; e dos apoios para a prática desportiva.

Alertaram para os riscos que o Regulamento da Liberdade dos Meios de Comunicação Social comporta, pelo que este estabelece uma maior harmonização da legislação relativa aos meios de comunicação social a nível da UE, um controlo apertado por parte da Comissão relativamente a normas aplicáveis à comunicação social, em confronto com a Constituição da República Portuguesa, o interesse e a soberania nacionais. Apontaram os vários artigos problemáticos que a proposta contém, desde logo o favorecimento do controlo de conteúdos pelas grandes empresas das redes sociais ou a implantação de “software de vigilância intrusivo” contra fornecedores de serviços de comunicação social, justificado com motivos de “segurança nacional” e denunciaram a posição da UE que, fazendo uso de artificiosos expedientes legais, vai avançando sobre áreas de competência nacional.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

UMA PARTE IMPORTANTE DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PRENDE-SE COM O APOIO ÀS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS, QUE SOFREM DE MÚLTIPLOS ISOLAMENTOS, O QUE AFECTA O SEU DESENVOLVIMENTO.

Os deputados do PCP no PE defenderam uma política de desenvolvimento regional que contrarie, efectivamente, os processos de divergência promovidos pelo mercado único e o aprofundamento da liberalização económica. Uma política de desenvolvimento que assente nos princípios da coesão social, económica e territorial, que promova a inclusão, trabalho com direitos, mobilidade, inovação, serviços públicos universais e equidade regional.

Essa política necessita de investimento público abrangente. Os deputados do PCP no PE bateram-se pelo reforço orçamental e facilitação – por via da simplificação dos procedimentos e da adequação das taxas de cofinanciamento à realidade sócio-económica dos países – do acesso aos fundos estruturais e de investimento da UE, em específico do Fundo de Coesão, do Fundo Social e do Fundo de Desenvolvimento Regional, como parte estruturante de uma política que favoreça as regiões da UE, as suas populações e a soberania dos Estados-Membros.

Uma parte importante da política de desenvolvimento regional prende-se com o apoio às regiões ultra-



periféricas, que sofrem de múltiplos isolamentos, o que afecta o seu desenvolvimento. Os deputados do PCP defenderam a necessidade do reforço das linhas de investimento público direto nestas regiões e, em específico, a criação de duas linhas dedicadas a sectores específicos – o POSEI-Pescas e o POSEI-Transportes – como parte importante da necessária integração destas regiões nos processos de de-

seenvolvimento dos restantes territórios.

Rejeitaram reiteradamente uma maior mobilização de recursos para o militarismo e a guerra, para financiar a indústria do armamento, desviando verbas da política de coesão e dos fundos estruturais, que deveriam ser utilizadas na resolução dos problemas e melhoria das condições de vida dos povos.

MERCADO INTERNO E DEFESA DO CONSUMIDOR

NA DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS A UM CONSUMO INFORMADO, E NA DEFESA DE UM CONSUMO EQUILIBRADO, RESPEITANDO AS NECESSIDADES E OS LIMITES FÍSICOS DO PLANETA, OS DEPUTADOS DO PCP NO PE DENUNCIARAM AS INCOERÊNCIAS ENTRE AS MEDIDAS DE PROMOÇÃO E DEFESA DO DITO MERCADO INTERNO DA UE

Os deputados do PCP no PE continuaram a alertar para os impactos assimétricos do mercado único que, conjuntamente com as políticas comuns e a moeda única, constituem um poderoso instrumento de desregulamentação da economia, contribuindo para relações de domínio económico e subordinação política, maior divergência, maior exclusão e maiores desigualdades. O mercado único, em todas as suas formas e dimensões, contribui para o agravamento das desigualdades e disparidades entre os Estados-Membros, criando obstáculos a muitas micro, pequenas e médias empresas (MPME), em benefício das multinacionais e dos grandes grupos económicos, que consolidam e alargam a sua hegemonia no quadro europeu. É nesta mesma lógica que se inserem projectos como o da criação do “mercado único digital”, cuja natureza, objectivos e impactos os deputados do PCP no PE têm denunciado.

Os deputados do PCP no PE desenvolveram um actividade ímpar na defesa do papel social do Estado e dos serviços públicos, denunciando o descalabro das Parcerias-Público-Privadas (PPP), mecanismos inseridos na política de ataque, destruição e privatização dos sectores públicos, diminuindo a quantidade, a qualidade, a garantia do acesso das populações aos serviços públicos e pondo em causa a coesão territorial.

Na defesa dos direitos dos povos a um consumo informado, e na defesa de um consumo equilibrado, respeitando as necessidades e os limites físicos do planeta, os deputados do PCP no PE denunciaram as incoerências entre as medidas de promoção e defesa do dito mercado interno da UE, e a defesa dos interesses dos povos e do meio ambiente.

Propuseram, nomeadamente no âmbito da Directiva sobre o “direito à reparação”, que seja imposta uma maior durabilidade dos produtos, combatendo a obsolescência programada e promovendo o direito e o mercado de reparações e a existência de garantias comerciais alargadas, que condicionem a utilização de materiais em função, por exemplo, da sua reciclabilidade, entre outras medidas.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

NA SUA INTERVENÇÃO, OS DEPUTADOS DO PCP NO PE DENUNCIARAM AS CONSEQUÊNCIAS DESTES ACORDOS COMERCIAIS PARA PORTUGAL, NOMEADAMENTE PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR, PARA A INDÚSTRIA E TAMBÉM PARA OS SERVIÇOS PÚBLICOS E A LEGISLAÇÃO LABORAL.

A intervenção dos deputados do PCP no PE tem sido de firme oposição à definição da política comercial como uma “competência exclusiva” da UE, aos tratados de livre comércio e na defesa da autonomia dos Estados-Membros para proceder a acordos de cooperação e comércio que assegurem os seus interesses, mutuamente vantajosos, ao invés da imposição de acordos alinhados com os interesses das principais potências da UE, mas que comportam consequências desastrosas para outros países.

Os acordos e tratados de livre comércio, como o Mercosul, mereceram denúncia e rejeição por parte dos deputados do PCP no PE. Os grandes tratados de liberalização do comércio, em benefício dos interesses das multinacionais e em detrimento dos interesses dos povos e dos Estados-Membros, põem em risco não só os seus mercados internos, mas também a segurança e soberania alimentares, baixando padrões de protecção laboral e ambiental, retirando direitos, reduzindo ou mercantilizando bens e serviços essenciais, prossequindo os objectivos de reformas estruturais promovidas pela UE, com vista ao desmantelamento das funções sociais do Estado e ao aumento da exploração.

Na sua intervenção, os deputados do PCP no PE denunciaram as consequências destes acordos comerciais para Portugal, nomeadamente para a produção agrícola e para a segurança alimentar, para a indústria e também para os serviços públicos e a legislação laboral.

Os deputados do PCP no PE defenderam um comércio regulado, assente na complementaridade e não na competição – entre produções, produtores e países; o direito soberano de um Estado-Membro a estabelecer acordos de cooperação com outros países, mutuamente vantajosos, que salvaguardem a soberania nacional, que respondam às necessidades e interesses dos povos, que defendam e promovam os direitos sociais, laborais e democráticos, o direito ao desenvolvimento económico e social.



ASSUNTOS EXTERNOS

FOI POR INICIATIVA DOS DEPUTADOS DO PCP NO PE QUE SE REALIZARAM DIVERSAS ACÇÕES QUE REUNIRAM DEPUTADOS DE VÁRIOS GRUPOS POLÍTICOS, APELANDO A UM CESSAR-FOGO IMEDIATO NA FAIXA DE GAZA, À URGENTE AJUDA HUMANITÁRIA E AO FIM DA OCUPAÇÃO E AGRESSÃO DE ISRAEL AO POVO PALESTINIANO.

A intervenção dos deputados do PCP no PE norteou-se pelo respeito dos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, da soberania dos povos, da independência, soberania e integridade territorial dos Estados, do direito dos povos à autodeterminação, dos princípios da não ingerência nos assuntos internos dos Estados e da solução política dos conflitos internacionais, dando combate a todas as formas de agressão, domínio – incluindo o neocolonialismo – nas relações internacionais, afirmando a promoção da Paz e da cooperação entre todos os povos do mundo.

Rejeitaram e denunciaram a denominada Política Comum de Segurança e Defesa, a União Europeia de Defesa, as políticas militaristas, securitárias e belicistas da UE, recusando a militarização da UE e as iniciativas de criação de um exército europeu, como pilar europeu da NATO, bem como a escalada armamentista, como preconizado na chamada Bússola Estratégica.

SOLIDARIEDADE COM O POVO PALESTINIANO

Os deputados do PCP no PE defenderam o inalienável direito do povo palestino a um Estado soberano, viável, independente, como determinam as resoluções da ONU. Denunciaram e condenaram a política de expansão dos colonatos israelitas, bem como a opressão e a violência que é exercida contra o povo palestino.

Entre várias iniciativas em solidariedade com o povo palestino promovidas pelos deputados do PCP no PE, como sejam as muitas perguntas dirigidas às instituições da União Europeia e intervenções em plenário, destacou-se a participação do deputado João Pimenta Lopes, membro da Delegação para as relações com a Palestina, na missão do Parlamento Europeu que visitou a Palestina, entre os dias 20 e 24 de Fevereiro de 2023, e que teve como objectivo aprofundar o conhecimento sobre a política de ocupação e de colonização que Israel impõe nos territórios ilegalmente ocupados da Palestina, com a realização de encontros com a Autoridade Nacional Palestiniana, com forças políticas e organizações palestinianas, com organizações internacionais que actuam na Palestina, como a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente, com ONGs, com jornalistas palestinianos e com estudantes universitários palestinianos.

O agravamento do conflito israelo-palestino, no início de Outubro de 2023, é indissociável de décadas de ocupação e desrespeito sistemático por parte de Israel do direito do povo palestino a um Estado soberano e independente, da permanente violação de todas as resoluções da ONU e acordos internacionais sobre a questão da Palestina, da inexistência desde há muitos anos de um real processo político com vista à resolução do conflito no respeito pelos inalienáveis direitos nacionais do povo palestino. Perante os massacres e genocídio da população palestiniana na Faixa de Gaza por parte de Israel, acompanhados pelo aumento da violência dos colonos e militares israelitas na Cisjordânia, os deputados do PCP no PE dinamizaram diversas acções no PE e efectuaram várias intervenções em plenário onde expuseram os crimes perpetrados por Israel e a convicção que conta por parte dos EUA e da UE, evidenciando a sua profunda hipocrisia.

Os deputados do PCP no PE alertaram para o perigo do alastramento da guerra, numa região já martirizada por décadas de ocupação, guerra e desestabilização por parte dos Estados Unidos da América, de Israel, das potências da NATO e da UE – seja na Palestina, no Líbano, no Afeganistão, no Iraque, na Líbia ou na Síria, entre outros exemplos –, que espalharam a morte e a destruição e geraram milhões de refugiados. Os deputados do PCP no PE promoveram um abaixo-assinado intitulado “Por um cessar-fogo humanitário imediato, duradouro e sustentado que conduza à cessação da actual escalada de violência”, que contou com a subscrição de 64 deputados de várias nacionalidades e grupos políticos do Parlamento Europeu, tendo sido endereçado: à Presidência Espanhola do Conselho da União Europeia; ao Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel; ao Presidente da Comissão Europeia, Ursula Von Der Leyen e à Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola.

Foi por iniciativa dos deputados do PCP no PE que se realizaram diversas acções que reuniram deputados de vários grupos políticos, apelando a um cessar-fogo imediato na Faixa de Gaza, à urgente ajuda humanitária e ao fim da ocupação e agressão de Israel ao povo palestino.

Quando há décadas estão por cumprir as resoluções da ONU que prevêm a criação de dois Estados, os deputados do PCP no PE continuaram a reafirmar a necessidade de uma solução política que garanta a concretização do direito do povo palestino a um Estado soberano e independente, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental, e a efectivação do direito ao retorno dos refugiados, conforme as resoluções pertinentes da ONU.

Relativamente à guerra na Ucrânia, os deputados do PCP no PE condenaram todo um caminho de ingerência, violência e confrontação, o golpe de Estado de 2014, promovido pelos EUA, que instaurou um poder xenófobo e belicista, a intervenção militar da Rússia na Ucrânia e a intensificação da escalada belicista dos EUA, da NATO e da União Europeia.

Os deputados do PCP no PE alertaram para os perigos que representam a política de contínuo alargamento da NATO para o Leste da Europa, a instalação de cada vez mais forças e meios militares junto às fronteiras da Rússia, a par do abandono de importantes tratados de desarmamento por parte dos EUA e da rejeição de propostas visando a paz e a segurança colectiva na Europa e no mundo.

Antes de Fevereiro de 2022, os deputados do PCP intervieram sobre a situação na Ucrânia, denunciando violações de direitos políticos, a guerra levada a cabo na região do Donbass ou a violação dos Acordos de Minsk. Condenaram a perseguição ao Partido Comunista Ucrainiano com vista à sua ilegalização, afirmando a solidariedade com os comunistas ucranianos e as outras forças democráticas na Ucrânia.

Os deputados do PCP no PE defenderam que os EUA, a NATO e a UE devem cessar de instigar e prolongar a guerra na Ucrânia e abrir vias de negociação com os demais intervenientes, nomeadamente a Federação Russa, visando alcançar uma solução política para o conflito, a resposta aos problemas de segurança colectiva e do desarmamento na Europa, o cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Acta Final da Conferência de Helsínquia.

A questão cipriota continuou a merecer a constante solidariedade e empenho dos deputados do PCP no PE, com a exigência do fim da ocupação militar turca de territórios de Chipre e o apoio à luta do povo cipriota pela reunificação da sua pátria, com a criação de uma Federação Bicomunal e Bizonal, com uma única soberania, uma única personalidade internacional e uma única cidadania, com igualdade política, de acordo com as resoluções da ONU.

Intervieram ainda pelo fim da ocupação do Sahara Ocidental e pelo respeito do inalienável direito do povo saharauí à autodeterminação, condenando a repressão das autoridades marroquinas à justa luta que o povo saharauí tem travado.

Denunciaram a situação que se vive na Síria, condenando o papel de ingerência e de agressão que os EUA – que ocupa ilegalmente um terço do território da Síria e saqueia os seus recursos naturais – e a UE, entre outros, têm tido em todo este conflito.

Os deputados do PCP no PE têm exposto a política de crescente tensão visando a China. Denunciaram a promoção de manobras de desestabilização externa em algumas regiões da China, assim como o desrespeito do princípio de “Uma Só China”, nomeadamente através da instrumentalização de Taiwan pelos EUA e UE. Os deputados do PCP no PE pugnam pelo respeito da soberania da China, como de outros Estados, em conformidade com o direito internacional.

Os deputados do PCP no PE denunciaram as operações de desestabilização e as práticas neocoloniais visando diversos países africanos e a subordinação do seu desenvolvimento aos interesses de grandes potências, nomeadamente da UE. Os deputados do PCP no PE foram

solidários com a luta de Moçambique visando pôr fim à acção de grupos terroristas contra as populações moçambicanas.

Na América Latina, o aprofundamento da ingerência contra a República Bolivariana da Venezuela, com a imposição de sanções, todo o tipo de provocações, ou o roubo de bens do Estado venezuelano, com negativas consequências para o povo venezuelano, incluindo para a comunidade portuguesa na Venezuela, tem merecido a denúncia dos deputados do PCP no PE.

Foi acompanhada a situação na Bolívia, com a denúncia e condenação do golpe contra o Presidente Evo Morales e das violações dos direitos humanos perpetradas pelo governo golpista, assim como com a realização de missões de acompanhamento eleitoral.

Foi valorizado o Processo de Paz na Colômbia e expressa a solidariedade com os partidos progressistas, os sindicatos e os movimentos sociais, alvo de atentados.

Também os processos populares no Brasil, na Colômbia, no Peru ou no Chile, mereceram a solidariedade dos deputados do PCP no PE.

Entre muitos outros aspectos, os deputados do PCP defenderam a normalização das relações entre a UE e Cuba, valorizando a revogação da Posição Comum de 1996 e o Acordo de Diálogo e Cooperação assinado entre as duas partes, e pugnam pela exigência do fim do criminoso bloqueio imposto pelos EUA contra o povo cubano. Neste sentido, participaram na organização e marcaram presença no Tribunal Internacional contra o bloqueio, que decorreu em Bruxelas, no Parlamento Europeu, em Novembro de 2023.



LIBERDADES CÍVICAS, JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS

OS DEPUTADOS DO PCP NO PE REJEITARAM O ACORDO INTERINSTITUCIONAL RELATIVO AO CHAMADO “PACOTE EM MATÉRIA DE MIGRAÇÃO E ASILO”, APROVADO NO PARLAMENTO EUROPEU, COM OS VOTOS FAVORÁVEIS DOS DEPUTADOS DO PS, PSD E CDS.

Os deputados do PCP no PE opuseram-se firmemente às iniciativas que tinham como objectivo aprofundar e a consolidar a denominada “UE Fortaleza” que atenta contra elementares direitos e liberdades, impondo práticas de detenção, controlo, registo, criação de perfis, que desrespeitam o direito internacional em matéria de asilo e migrações.

Mereceu particular atenção, a dramática situação humanitária de muitos milhares de refugiados e migrantes no Mediterrâneo. Neste sentido, foram várias as perguntas que foram dirigidas à Comissão Europeia, procurando esclarecimentos sobre: a situação dos refugiados e migrantes na UE, com particular preocupação sobre a dramática situação das crianças sujeitas às condições precárias existentes nos campos de refugiados da UE; as condições de acolhimento dos requerentes de asilo; bem como sobre o financiamento da UE à Líbia para o controlo de migrações; o naufrágio de migrantes.

Os deputados do PCP defenderam medidas que pusessem termo ao sofrimento daqueles que fogem das guerras, no Afeganistão, na Síria, na Líbia ou na Ucrânia, entre outras, assegurando: o combate às múltiplas violências e discriminações a que estão sujeitos; o seu digno e adequado acolhimento; direitos sociais e laborais, condições de trabalho

dignas, a todos os trabalhadores – não migrantes e migrantes –, garantindo que não sejam vítimas de brutais situações de exploração. Denunciaram as políticas de ingerência, intervenção e agressão contra países terceiros que estão entre as causas de fundo de migrações em massa.

Os deputados do PCP no PE rejeitaram o Acordo Interinstitucional relativo ao chamado “Pacote em matéria de migração e asilo”, aprovado no Parlamento Europeu, com os votos favoráveis dos deputados do PS, PSD e CDS. Este acordo consolida uma visão que acentua a natureza selectiva, exploradora e desumana das políticas da União Europeia em matéria de migrações e asilo, que são definidas em função de interesses económicos e oportunistas, que pactuam com a negação de direitos sociais e laborais aos trabalhadores migrantes, que ignoram as causas da migração, criminalizam migrantes e deixam os refugiados desprotegidos.

Neste âmbito, e contrariamente ao acordo aprovado, os deputados do PCP defenderam: o inalienável direito à vida e à dignidade é um prin-

cípio basilar consagrado na Constituição da República Portuguesa, na Carta das Nações Unidas e noutras convenções internacionais; o respeito da soberania de cada Estado quanto à definição da sua política de migração e asilo, no cumprimento dos direitos e da inclusão dos migrantes e refugiados; o respeito pelos direitos, incluindo laborais e sociais, dos trabalhadores migrantes; a elevação das condições laborais e sociais de todos os trabalhadores, desde logo através do aumento dos salários, da defesa e promoção de serviços públicos de qualidade, gratuitos e universais; a promoção de uma real política de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, com recursos adequados e baseada numa solidariedade efectiva, que rejeite todas as formas de neocolonialismo, as relações desiguais e a pilhagem de matérias-primas, que combata a fome, a doença, a pobreza, que respeite e garanta o desenvolvimento e a soberania dos povos, contribuindo para a melhoria das suas condições de vida.

Os deputados do PCP no PE condenaram e repudiaram veemente-

mente os ataques à democracia, bem como medidas que atentem contra os direitos, liberdades e garantias, assim como todas as formas de discriminação. Defenderam a salvaguarda do direito à igualdade e os direitos de todas as pessoas, recusando qualquer forma de discriminação. Mas as iniciativas que, a pretexto da intervenção em torno de chamados direitos fundamentais, como a proposta de criação do denominado Mecanismo da UE para a democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais, que se inscreve na lógica da ingerência e instrumentalização dos direitos humanos, numa lógica de imposição de chantagem, de pressão e de sanção contra Estados e povos, mereceram a sua rejeição.

Denunciaram e combateram a tentativa de impor a primazia do Direito da UE, que atenta contra as Constituições dos Estados, nomeadamente contra a Constituição da República Portuguesa, lei fundamental que, entre outros importantes aspectos, consagra a soberania do povo português, o regime democrático, um projecto de desenvolvimento e a independência nacional.

APELO PARA A LIBERTAÇÃO DE JULIAN ASSANGE

Na senda de sucessivas iniciativas, onde se incluem várias intervenções em plenário e um apelo dirigido às autoridades britânicas e subscrito por 45 deputados do Parlamento Europeu apelando à não extradição de Julian Assange para os EUA, ao encerramento das acusações contra este e a sua libertação imediata, os deputados do PCP no Parlamento Europeu propuseram por duas vezes, em Junho de 2023 e em Fevereiro de 2024, o agendamento urgente de um debate sobre a situação de Julian Assange e a sua possível extradição para os EUA, sendo que este último viria a ser aprovado e a ter lugar na sessão plenária de Fevereiro de 2024, em Estrasburgo.

Promoveram também várias acções no PE exigindo a libertação imediata e a não extradição de Julian Assange, que contou com a presença de vários deputados de diferentes grupos políticos do Parlamento Europeu. A tentativa de extradição, criminalização e prisão de Julian Assange representa uma inaceitável pressão, visando condicionar a publicação de informação de interesse público. Uma tentativa que não se pode dissociar dos processos de concentração da propriedade e do controlo dos meios de comunicação social por parte de transnacionais, a par do aumento da precariedade nas relações laborais dos jornalistas, que constitui uma séria ameaça ao pluralismo, à liberdade de imprensa, de expressão e de informação.



ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS

NO DEBATE SOBRE A APLICAÇÃO DAS DENOMINADAS CLÁUSULAS-PONTE NOS TRATADOS DA EU, OS DEPUTADOS DO PCP NO PE ALERTARAM PARA A ENORME DESIGUALDADE EXISTENTE NAS RELAÇÕES DE PODER ENTRE ESTADOS, CONSAGRADA PELO TRATADO DE LISBOA, NO QUE TOCA AO PODER DECISÓRIO NAS INSTITUIÇÕES DA UE, EM PARTICULAR NO CONSELHO.

No âmbito da “Avaliação da execução do artigo 50.º do Tratado UE”, os deputados do PCP no PE intervieram defendendo que a decisão soberana de um Estado-Membro e do seu povo de sair da União Europeia deve ser respeitada, sendo que o processo de saída que o art.º 50 estipula, não deve ser utilizado para tentar contrariar e perverter a decisão soberana de um povo por via de qualquer forma de ingerência externa. No decorrer desse processo, devem promover-se as iniciativas necessárias para assegurar o desenvolvimento de relações bilaterais mutuamente vantajosas entre o Estado-Membro em causa e os restantes Estados-Membros da UE, no quadro do respeito da soberania, independência e igualdade de direitos de cada um dos países e dos legítimos direitos e aspirações dos povos.

Os Deputados do PCP no PE defenderam a reversibilidade dos tratados que regem a integração, começando pelo Tratado de Lisboa e incluindo o Tratado Orçamental e a matriz neoliberal, federalista e militarista neles contida, defendendo o ajustamento do estatuto de cada país à vontade do seu povo e admitindo as necessárias salvaguardas, cláusulas

de excepção e derrogações. Defenderam, também, o direito inalienável de cada povo a debater e a pronunciar-se de forma esclarecida e informada, incluindo por referendo, sobre o conteúdo e objectivos dos acordos e tratados actuais e futuros. Na discussão sobre a decisão do Conselho sobre a composição do PE a partir de 2024, consideraram que esta prolonga desequilíbrios existentes e é prejudicial aos interesses de Portugal, essencialmente por duas razões: por um lado, não obstante a margem existente após a saída do Reino Unido da UE, Portugal continua sem recuperar qualquer dos deputados que perdeu (quatro no total) com os sucessivos alargamentos da UE; por outro, a criação de um denominado “círculo eleitoral à escala da UE”, formalizando a constituição de listas transnacionais com 28 deputados, que seria feito à custa da eleição de deputados por cada Estado-Membro, beneficiando indiretamente os Estados-Membros mais populosos. Os deputados do PCP no PE apresentaram alterações à proposta de Decisão do Conselho, visando: rejeitar a instituição de um “círculo eleitoral à escala da UE” e de “listas transnacionais”; fazer uso do número máximo de deputados (751), de forma a possibilitar uma mais genuína e plural expressão da vontade de cada povo, garantindo uma redistribuição de mandatos entre Estados-Membros que compense prioritariamente aqueles, em particular de “média-dimensão”, que perderam deputados na sequência dos alargamentos – o que possibilitaria a Portugal recuperar deputados perdidos. Os deputados do PCP no PE viram as suas justas propostas serem rejeitadas, para o que contribuiu a votação de deputados portugueses de PS, PSD e CDS. No debate sobre a aplicação das denominadas cláusulas-ponte nos Tratados da EU, os deputados do

PCP no PE alertaram para a enorme desigualdade existente nas relações de poder entre Estados, consagrada pelo Tratado de Lisboa, no que toca ao poder decisório nas instituições da UE, em particular no Conselho. Afirmaram que o princípio da unanimidade – nas poucas, embora relevantes, decisões em que este se mantém – coloca em pé de igualdade no processo de decisão todos os Estados-Membros, sendo garantia de que nenhuma decisão será imposta contra os interesses de um Estado ou grupo de Estados e, por essa razão, uma importante garantia de defesa dos interesses dos países com menor peso no actual processo de decisão, como é o caso de Portugal. Denunciaram a intenção de que procura reduzir ou contornar o âmbito de aplicação do princípio da unanimidade. Defenderam o progressivo ajustamento do estatuto de cada país à vontade do seu povo e à sua real situação, salvaguardando as suas especificidades e admitindo as necessárias derrogações e cláusulas de excepção, exigindo o respeito pelo direito inalienável de cada povo a debater e a pronunciar-se de forma esclarecida, incluindo por referendo, sobre o conteúdo e os objectivos dos acordos e tratados, actuais e futuros.

Após o referendo realizado em 2016, efectivou-se a saída do Reino Unido da UE em Janeiro de 2020. Os deputados do PCP no PE manifestaram dúvidas, discordâncias e inquietações sobre os termos do Acordo de Saída do Reino Unido, inseparáveis da matriz de imposições associadas aos Tratados, da natureza política e ideológica das forças que negociaram o Acordo. Os deputados do PCP comprometeram-se a

acompanhar de perto todas as questões relativas aos direitos dos portugueses a trabalhar e a residir no Reino Unido, reclamando a intervenção do Governo português junto das autoridades do Reino Unido e da UE na defesa dos seus legítimos direitos – entre os quais, o direito de residência, o direito à igualdade de tratamento, o direito de acesso aos serviços públicos de cuidados de saúde e de educação, o direito às prestações de segurança social, o direito ao reagrupamento familiar, o reconhecimento mútuo das habilitações académicas e das qualificações profissionais.

Os deputados do PCP no PE denunciaram, desde o início, o embuste que a Conferência sobre o Futuro da Europa constitui, pelo facto de procurar atribuir uma aparência democrática a um processo de integração que desprezou e afrontou a vontade expressa pelos povos sempre que esta se revelou contrária aos intentos daqueles que determinam o rumo da UE. A deputada Sandra Pereira, membro da componente do PE nesta Conferência, para além da denúncia desta tentativa de legitimação de um roteiro e objectivos políticos pré-determinados de aprofundamento neoliberal, federalista e militarista da UE, contrapôs a este o caminho de uma Europa de cooperação entre Estados soberanos e iguais em direitos, de progresso social e de paz.

DESENVOLVIMENTO

OS DEPUTADOS DO PCP NO PE CONDENARAM O FACTO DE A ACÇÃO DA UE TER COMO CONSEQUÊNCIA O AUMENTO DA DEPENDÊNCIA DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.

Os deputados do PCP no PE entendem que a denominada política de cooperação e desenvolvimento da UE, para lá da propaganda, tem subjacente uma perspectiva neocolonial, de tentativa de imposição dos interesses das suas grandes potências e grupos económicos, com a abertura de recursos e mercados para o domínio dos monopólios europeus.

A ruptura com décadas de depredação, neocolonialismo e dependência exigem uma resposta com base nos interesses dos países em desenvolvimento, que facilite a materialização de políticas de desenvolvimento e a defesa da sua soberania e independência.

Os deputados do PCP no PE apresentaram propostas que colocam a política de ajuda pública ao desenvolvimento, a criação de parcerias e as práticas de cooperação mutuamente vantajosas ou de solidariedade em conformidade com esse princípio, visando entre outros importantes aspectos: o apoio aos sistemas produtivos de cada país em vias de desenvolvimento; o apoio à criação de sistemas públicos de saúde e de educação, universais e gratuitos e à formação de pessoal especializado nestes sectores; o combate à hegemonia das farmacêuticas no desenvolvimento de novos fármacos e à ditadura das patentes; o apoio ao desenvolvimento de serviços públicos es-



senciais, como no domínio da água e saneamento; ou a defesa da anulação da dívida externa destes países.

Os deputados do PCP no PE condenaram o facto de a acção da UE ter como consequência o aumento da dependência dos países em desenvolvimento. Denunciaram o inaceitável condicionamento da política de ajuda ao desenvolvimento à aceitação de condicionantes por parte da UE, enquanto elementos de chantagem sobre países e povos que se encontram, muitas vezes, numa situação fragilizada.

Denunciaram os processos de desestabilização e as guerras como elementos de ingerência; a política de imposição de domínio económico e de saque dos recursos naturais; as situações de pobreza extrema; ou as consequências das alterações climáticas para os povos dos países em desenvolvimento.

Os deputados do PCP no PE defenderam uma necessária ruptura com as políticas e orientações da UE e uma genuína e reforçada cooperação para o desenvolvimento, respeitadora da soberania e do direito ao desenvolvimento dos países.

SEMINÁRIOS, AUDIÇÕES, MESAS-REDONDAS EM PORTUGAL

13 SETEMBRO 2019

PALMELA

Seminário: “O capitalismo não é verde - Uma visão alternativa sobre as alterações climáticas”

Esta iniciativa constituiu uma oportunidade para centrar a discussão e análise nas principais causas dos problemas ambientais, abordando aspectos gerais como a sobre-exploração dos recursos naturais e energéticos, a exploração dos trabalhadores, a apropriação de terras, o domínio de sectores estratégicos pelo capital monopolista, como energia ou transportes, e a necessidade de recuperar o controlo público daqueles sectores como forma de fazer cumprir as políticas públicas que podem de facto introduzir uma mudança na organização da sociedade e no uso de recursos com efectiva redução de impactos ambientais.

12 MARÇO 2021 – LISBOA

Audição: “A situação dos trabalhadores do sector da aviação: defender o emprego com direitos”

O sector da aviação tem estado, nos últimos anos, exposto a uma enorme pressão, com a pressão da liberalização e a prevalência de modelos de negócio que têm contribuído directa e indirectamente para a redução dos direitos

e precarização das relações laborais dos seus trabalhadores, para a diminuição da qualidade dos serviços prestados aos passageiros, a degradação das condições de segurança e a perda dos instrumentos de soberania para regular a operação aérea. Esta audição representou uma oportunidade para ouvir os trabalhadores dos diferentes sectores e dos seus sindicatos.

18 MARÇO 2021 – LISBOA

Mesa Redonda: “Plataformas digitais: tecnologia, trabalho e exploração”

O estatuto dos trabalhadores das plataformas digitais, além de denunciar a precariedade e instabilidade do vínculo laboral, coloca a questão de serem trabalhadores por conta de outrem ou trabalhadores por conta própria. As diferentes visões e intervenções nesta Mesa-Redonda – trabalhadores, sindicatos, economistas, advogados, académicos – contribuíram para aprofundar a reflexão sobre este tema tão complexo e, ao mesmo tempo, apontar caminhos de intervenção para a acção dos deputados do PCP no PE.

19 MARÇO 2021 – ONLINE

Audição: “O impacto do confinamento nas crianças e nas famílias - resposta face a efeitos imediatos e problemas duradouros”

As crianças, apesar da menor probabilidade de contraírem formas graves da COVID-19, têm arcado com uma carga desproporcional das implicações da epidemia, nomeadamente em resultado das medidas de confinamento. As creches, os jardins de infância e as escolas encerraram durante meses, afectando não apenas a educação das crianças, mas também e muitas vezes a sua adequada nutrição, crescimento, desenvolvimento, socialização e protecção. Para além dos deputados, participaram académicos, médicos pediatras, psicólogos, educadoras de infância e sindicatos.

22 ABRIL 2021 – LISBOA

Seminário: “Reduzir o horário de trabalho combater a desregulação e valorizar a vida”

Os incessantes avanços no domínio da ciência e da técnica e o correspondente desenvolvimento das forças produtivas levam a um aumento significativo da produtividade social do trabalho humano. Podemos, com menos

trabalho, produzir mais riqueza. O seminário partiu desta abordagem – necessária e diferente – de progresso social para regular e reduzir a jornada de trabalho, sem perda de remuneração, melhorando os direitos e condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

1 JUNHO 2021 – ONLINE

Seminário: “Promover a gratuidade e a intermodalidade dos transportes públicos”

As estratégias de mobilidade devem ser parte central nas políticas de coesão social e territorial, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento económico, permitindo, entre outras questões, reduzir o tempo e os custos com as deslocações casa-trabalho, aumentar a qualidade de vida das populações, reduzir a prevalência do transporte privado e as emissões poluentes. Neste seminário, foram discutidos os constrangimentos e as oportunidades do investimento nos transportes públicos em diversas realidades nacionais e europeias.

17 JUNHO 2021 – LISBOA

Seminário: “O papel de produção nacional na promoção do desenvolvimento do País, os impactos das políticas da UE”

Neste seminário, afirmou-se a necessidade de valorização da produção nacional e o aproveitamento das potencialidades do País para a criação de emprego, o combate à dependência externa e a determinação de uma via soberana de desenvolvimento, assente em relações de cooperação e solidariedade internacional.

9 JULHO DE 2021 – ALPIARÇA

Audição: “O presente e o futuro da agricultura portuguesa, os impactos da política agrícola comum”

Esta audição visou uma compreensão mais ampla dos constrangimentos e dificuldades dos produtores e da pequena e média agricultura e da agricultura familiar e dos impactos que a revisão da PAC terá nestes agricultores.

15 JULHO 2021 – LISBOA

Audição: “A situação das Mulheres em Portugal – Obstáculos e desafios pela igualdade no trabalho e na vida”

A audição confirmou a gravidade dos obstáculos que estão colocados à igualdade na vida, claramente agravados no quadro da pandemia. A precariedade laboral, a desregulação de horários, os baixos salários e a desvalorização do estatuto sócio-profissional são problemas que ficaram expostos no quadro da pandemia, não apenas em resultado desta, mas da ausência de políticas anteriores para lhe dar resposta.

9 SETEMBRO 2021 – LISBOA

Sessão: “O direito à habitação-experiências e lutas em Lisboa e noutras cidades europeias”

Os processos de gentrificação e de turistificação dos grandes centros urbanos, associados a um mercado da habitação dominado pelos interesses dos grandes grupos económicos do sector imobiliário põem em causa o direito fundamental de todos à habitação. Esta sessão constituiu um momento de discussão das causas e das soluções para o problema da habitação.

16 DEZEMBRO 2021 - LISBOA

Tribuna pública: “Muita terra para poucos comboios, da propaganda à realidade: a importância estratégica da ferrovia”

Com esta iniciativa, exigiu-se uma política de valorização da Ferrovia e dos Ferroviários que aposte verdadeiramente na ferrovia nacional, na infra-estrutura e no material circulante, que rompa com as imposições da liberalização que reconstrua a REFER e a reunifique com a CP que garanta os comboios necessários ao Longo Curso nacional e Internacional.

24 MAIO 2022 – LISBOA

Debate: «20 anos de circulação do Euro: passado, presente e futuro»

Transcorridas duas décadas desde a entrada em circulação das moedas e notas do Euro, a permanência de Portugal na moeda única já é suficientemente longa para se retirar conclusões, independentes das conjunturas e dos governos. Recordar a propaganda e as promessas então feitas e confrontá-las com os impactos reais da adesão. Mas é sobretudo o tempo de pensarmos o presente e o futuro. Esta iniciativa promoveu um debate inadiável, que recusou inevitabilidades, reclamou a ruptura com a submissão ao Euro e a recuperação de instrumentos de soberania que, inseridos numa política alternativa, promovam o investimento, a produção nacional, o aumento dos salários, a melhoria dos serviços públicos e das condições de vida da população.

20 JUNHO 2022 – LISBOA**Audição: “O futuro da pequena pesca em Portugal”**

Esta audição teve como objectivo a recolha de contributos no âmbito da discussão, na Comissão das Pescas do Parlamento Europeu, do Relatório sobre “A situação da pesca de pequena escala na União Europeia e perspectivas futuras”, cujo relator foi o Deputado do PCP no Parlamento Europeu João Pimenta Lopes. Nesta iniciativa foi discutida a situação da pesca de pequena escala, costeira e artesanal em Portugal, bem como as medidas necessárias para o seu desenvolvimento.

13 OUTUBRO 2022 – LISBOA**Seminário: “Do papel e política do Estado aos meios necessários – O que falta fazer na Protecção Civil?”**

Os aspectos relacionados com a Protecção Civil têm vindo a assumir cada vez maior importância. Quando o sistema é posto à prova, e se constata as suas fragilidades, muito se diz e anuncia. No entanto, subsiste a ideia de que há muito a fazer, desde logo na reflexão sobre a orgânica, missão e meios à disposição. É nesta reflexão que esta iniciativa se inseriu.

5 JANEIRO 2023 – ELVAS**À conversa sobre “A produção de cereais em Portugal e a soberania alimentar”**

Num momento as que se acentuavam as dificuldades de abastecimento de cereais, confirmando perigos e riscos há muito identificados, e quando os números da produção em Portugal, pese embora os sucessivos planos de vários governos, atingiam mínimos históricos, particularmente nos cereais práticos, os

Deputados do PCP no Parlamento Europeu promoveram esta iniciativa tendo em vista discutir as questões relacionadas com a produção de cereais e a soberania alimentar do nosso País.

14 MARÇO 2023 – LISBOA**“Do pelotão da frente à cauda da Europa: Mitos e realidades, soluções para um Portugal com futuro”**

Quando se agudiza o debate ideológico em torno das questões do pelotão da frente e das ditas ultrapassagens de Portugal por outros países, importa discutir com profundidade as questões da insuficiência de crescimento e do desenvolvimento do País, numa perspectiva comparativa com outros países que partilham o mesmo espaço de integração capitalista europeia e, nessa medida, alguns dos constrangimentos que lhe são inerentes. Foi necessário identificar os mitos e confrontá-los com a realidade, recusando manipulações políticas que visam absolver as responsabilidades da política de direita. Acima de tudo, importou, nesta iniciativa, apontar as linhas de ruptura necessárias, tendo em vista a construção de soluções para um Portugal com futuro.

31 MARÇO 2023 – LISBOA**Sessão Pública: “Mais força aos trabalhadores”**

A força dos trabalhadores é decisiva para a sua própria valorização, para o aumento dos seus salários e para o reforço e garantia dos seus direitos. Só assim se garante uma mais justa distribuição da riqueza. Só assim se combatem as desigualdades e injustiças. É imperativo que os trabalhadores, os seus salários e direitos e a melhoria das condições

de vida e de trabalho sejam colocados no centro das prioridades da acção política. Esta iniciativa onde foram partilhadas experiências concretas de acção e de luta dos trabalhadores em Portugal e noutros países da UE, confirmou o valor essencial da luta organizada como factor de mudança e de transformação, por melhores salários, por melhores condições de trabalho, por uma vida melhor.

22 SETEMBRO 2023 – PORTO**Tribuna pública: “Tomar a iniciativa - Defender e valorizar os serviços públicos”**

Os serviços públicos e as funções sociais dos Estados – na saúde, na educação, nos transportes, nos correios, nas telecomunicações, entre outras áreas importantes, como a habitação, a segurança social ou a cultura – são conquistas civilizacionais dos trabalhadores e das populações! Na União Europeia, as políticas neoliberais têm promovido a liberalização, privatização e conseqüente degradação dos serviços públicos e das funções sociais do Estado. De direitos universais, os serviços públicos têm sido transformados em mercadorias, numa lógica que aprofunda desigualdades e exclusões. A luta dos trabalhadores e das populações é essencial para travar e reverter este caminho, assegurando a valorização dos serviços públicos, a sua universalidade e qualidade, com a garantia de direitos e a valorização dos seus profissionais. Esta iniciativa contou com alguns dos protagonistas destas lutas, de diferentes países da UE, gente que está na linha da frente da batalha pela defesa e a valorização dos serviços públicos.

OUTRAS ACTIVIDADES DOS DEPUTADOS DO PCP NO PE EM PORTUGAL

AÇORES

Contacto com Bolseiros de investigação, Ponta Delgada
Contacto com pescadores e população, Concelho de Lagoa
Contacto com população, Horta
Contacto com população, Vila da Calheta
Contacto com população, Velas
Contacto com população, Praia da Vitória
Contacto com produtores de leite no posto do leite Unicol, Ponta Delgada
Contacto com trabalhadores da COFACO
Contacto com trabalhadores da fábrica de Sta. Catarina
Contacto com trabalhadores da Fábrica Lactiínios Bel
Contacto com trabalhadores da Pronicol
Contacto com trabalhadores do Centro de Saúde e Hospital de Ponta Delgada
Contacto com trabalhadores do Matadouro, Ponta Delgada
Contacto com trabalhadores dos estaleiros da Câmara Municipal de Ponta Delgada
Contacto com trabalhadores da Fábrica Marques
Contacto com trabalhadores no Terminal Marítimo de Ponta Delgada
Contacto com trabalhadores zona industrial, Praia da Vitória
Contacto com União dos Sindicatos de Santa Maria/S. Miguel
Contacto com a população, Praia da Vitória
Contacto com população e comerciantes, Angra do Heroísmo
Contacto com população, Madalena
Contacto com população das Lajes, Praia da Vitória
Encontro com o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores na Ilha Terceira
Reunião com a Associação Agrícola de S. Miguel
Reunião com a Associação Agrícola do Pico
Reunião com o Comando da Base das Lajes na Ilha Terceira
Reunião com o Coordenador Regional CGTP-IN, Faial
Reunião com Associação de Agricultores da ilha do Pico
Sessão Pública em S. Miguel
Sessão na Escola Secundária Manuel de Arriaga, Horta
Visita a fábrica de Queijo, Santa Catarina
Visita ao porto de pesca, Praia da Vitória

AVEIRO

Almoço com pescadores, Ílhavo
Contacto com comerciantes, Ovar

Contacto com comerciantes, São João da Madeira
Contacto com comerciantes, Aveiro
Contacto com comerciantes, Santa Maria da Feira
Contacto com partes de Baldios, Paraduça, Felgueira e Vale de Cambra
Contacto com moradores no Bairro da Anta, Espinho
Contacto com população e comerciantes, Águeda
Contacto com população e feirantes na feira de Espinho
Contacto com população junto à avenida da praia de Espinho
Contacto com população na estação de comboios de Aveiro
Contacto com população na praia do Furadouro
Contacto com trabalhadores e utentes no Hospital de Aveiro
Contacto com trabalhadores e utentes no Hospital de Santa Maria da Feira
Contacto com trabalhadores na Corticeira Amorim, Sta. Maria da feira
Contacto com trabalhadores na empresa Aspock Portugal SA, Oliveira de Azeméis
Contacto com trabalhadores na empresa Ecco Factory Outlet Portugal, Santa Maria da Feira
Contacto com trabalhadores na empresa Faurécia, S. João da Madeira
Contacto com trabalhadores na empresa Silencor Lda, Águeda
Contacto com trabalhadores na empresa Simoldes, Oliveira de Azeméis
Contacto com trabalhadores na empresa Tupy Funfrap, Aveiro
Contacto com trabalhadores na empresa Sleep8, São João da Madeira
Contacto com trabalhadores da Nestlé, Aveiro
Contacto com trabalhadores no Centro de Saúde de Aveiro
Contacto com trabalhadores no Fórum Aveiro
Contacto com trabalhadores da Renault Cacia, Aveiro
Contacto com trabalhadores do Casino Espinho
Contacto com trabalhadores da Faurécia, São João da Madeira
Contacto com trabalhadores da Pavigrés, Anadia
Contacto com trabalhadores do Pingo Doce, Espinho
Contacto com população na estação de Ovar
Contacto com trabalhadores da BENOLI
Contacto com trabalhadores da Bosh
Contacto com trabalhadores das plataformas no Centro Comercial Glicínias

Contacto com trabalhadores e população, São João da Madeira
Contacto com trabalhadores da Lusotrafo, Ovar
Contacto com trabalhadores da Renault
Contacto com trabalhadores da SLM, Oliveira de Azeméis
Contacto com trabalhadores do turismo, Aveiro
Contacto com utentes do Hospital de Espinho
Contacto com população no mercado de Albergaria a Velha
Debate "25 de Abril e a Mulher" em Ovar
Encontro com a Associação de Produtores de Ovos Moles de Aveiro (APOMA)
Encontro com a Associação Comercial do distrito Aveiro
Encontro com os Bombeiros de Águeda
Encontro com os Bombeiros Velhos de Aveiro
Encontro com Federação Distrital de Bombeiros de Aveiro
Encontro com pescadores de arte xávega na Torreira
Encontro com pescadores, Esmoriz
Homenagem a Ferreira Soares, Nogueira da Regedoura
Visita à lota, Ílhavo
Reunião com Docapesca, Ílhavo
Contacto com mariscadores, Ílhavo
Sessão "Ensino Superior e Investigação", Aveiro
Sessão pública com associações de cultura, Ovar
Sessão pública sobre situação política actual e propostas do PCP em Espinho
Sessão pública sobre pescas no Bairro dos pescadores, Espinho
Sessão sobre Direitos das Mulheres, São João da Madeira
Sessão sobre transportes na estação de comboios de Ovar
Travessia de Ferry do Forte da Barra para S. Jacinto
Viagem no Vouguinha até São João da Madeira
Visita a exploração agrícola, Vagos
Visita a exploração e contacto com agricultores, Ovar

BEJA

Almoço-convívio em Beja
Almoço-convívio em Mértola
Almoço-convívio na Amareleja
Almoço na Associação de Reformados da Mina de São Domingos
Almoço-convívio em Aljustrel
Almoço-convívio em Neves
Audição sobre Ferrovia em Beja
Contacto com a Associação de Defesa do Património, Beja
Contacto com comerciantes, Beja
Contacto com comerciantes, Moura
Contacto com Comissão de Moradores da Mina de São Domingos
Contacto com população e comerciantes, Aljustrel
Contacto com população, Serpa
Contacto com população, Messejana
Contacto com população, Vidigueira
Contacto com trabalhadores agrícolas na Longueira
Contacto com trabalhadores da Câmara Municipal de Serpa
Contacto com trabalhadores da empresa Almina

Contacto com trabalhadores da empresa Barrancarnes
Contacto com trabalhadores da Fábrica de Bagaço
Contacto com trabalhadores dos estaleiros do Município de Barrancos
Contacto com trabalhadores, Odemira
Contacto com trabalhadores estufa Frupor
Contacto com trabalhadores estufas Maravilhas Farms
Contacto com trabalhadores na empresa Somincor
Contacto com trabalhadores na Herdade Fonte dos Frades
Contacto com trabalhadores nas estufas Sudobery
Contacto com trabalhadores no Vale da Rosa
Contacto com a população, Santa Clara
Contacto com comércio local, Vidigueira
Contacto com comércio local nas Portas de Mértola
Contacto com empresários zona industrial de Moura
Contacto com jovens, Beja
Contacto com população, Aljustrel
Contacto com população, Beja
Contacto com população, Castro Verde
Contacto com população, Luzianes
Contacto com população mercado mensal de S. Teotónio
Contacto com população no Mercado de Vila de Frades
Contacto com população, Pereiras Gare
Contacto com população, S. Martinho
Contacto com trabalhadores da Câmara Municipal da Vidigueira
Contacto com trabalhadores e população no Intermarche, Beja
Contacto com trabalhadores da EMAS, Beja
Contacto com trabalhadores no estaleiro da Câmara Municipal da Vidigueira
Jantar-convívio em Mértola
Jantar-convívio em Santa Bárbara de Padrões
Participação em debate online promovido pelo jornal "O Atual", Beja
Visita à Moura Fábrica Solar
Reunião com agricultores, Pias
Reunião com Associação de Agricultores em Campo Branco
Reunião com a Associação de Regantes do Roxo
Reunião com a EDIA, Beja
Reunião com empresa Águas do Alentejo
Reunião com movimento Beja +
Reunião com técnicos da Defesa do Património, Beja
Reunião Movimento Chão Nosso, Beja
Sessão pública em Ervidel sobre saúde
Sessão pública sobre saúde em Vale de Vargo
Sessão pública sobre situação política e as propostas do PCP no Jardim do Bacalhau, Beja
Sessão pública sobre a situação internacional em Alvito
Tertúlia "Igualdade de género, conciliação entre a vida profissional e familiar e violências de todos os dias", Moura
Tribuna pública sobre situação política actual junto ao Mercado Municipal de Aljustrel
Visita APPACDM IPSS, Moura
Visita a Casa Abrigo "O Refúgio", Moura
Visita a creche Amor Perfeito, Moura

Visita a creche Bem Me Quer, Moura
Visita a creche, Vila Nova de Baronia
Visita à Escola Profissional de Cuba
Visita a exposição Aljustrel 100 anos do fundo à superfície
Visita ao Núcleo de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica, Beja
Visita a obras ligadas com sistema de água em baixa em Beja
Visita a Obras no Centro em Vila Ruiva
Visita ao Centro de Saúde, Moura
Visita ao Centro Interpretativo do Lince, Mértola
Visita ao Eco parque do Alentejo, Albergaria de Fusos
Visita ao Infantário da Santa Casa da Misericórdia, Aljustrel
Visita ao lar, Amareleja
Visita aos Bombeiros Voluntários de Moura
Visita à Escola Profissional de Alvito
Visita ao Museu Regional de Beja
Visita a obras no centro da vila, Cuba
Visita à Padaria Alves e Filho, Vale de Vargo
Visita à Ponte Romana, Vila Ruiva
Visita à Vila Romana em Pisões, Beja

BRAGA

Acção pública no Hospital de Braga
Contacto com trabalhadores na empresa Lima e Companhia
Contacto com associação de moradores e população no Bairro da Emboladoura, Guimarães
Contacto com associação de moradores e população no Bairro Nossa Sra. da Conceição, Guimarães
Contacto com comerciantes e população, Famalicão
Contacto com estudantes e funcionários da Universidade do Minho
Contacto com jardineiros municipais, Braga
Contacto com população e comerciantes na Feira de Amares
Contacto com população e comerciantes no Braga Parque
Contacto com trabalhadores da Câmara Municipal de Braga
Contacto com trabalhadores da empresa Kyaia, Guimarães
Contacto com trabalhadores da Vimágua
Contacto com trabalhadores do Hospital de Braga
Contacto com trabalhadores do Lidl, Famalicão
Contacto com trabalhadores na empresa Mundo Têxtil
Contacto com trabalhadores dos Transportes Urbanos de Braga
Contacto com trabalhadores, Fafe
Contacto com trabalhadores na empresa Bosch
Contacto com trabalhadores na empresa Braval
Contacto com trabalhadores na empresa Coelima
Contacto com trabalhadores na empresa Continental Mabor
Contacto com trabalhadores na empresa Gabor, Famalicão
Contacto com trabalhadores na empresa Sonix
Contacto com trabalhadores no complexo Grunding
Contacto com população no centro de Famalicão
Contacto com comércio local, Braga
Contacto com população na Feira de Vizela
Contacto com trabalhadores da Amtrol-Alfa, Guimarães
Contacto com trabalhadores Coindu, Famalicão

Contacto com trabalhadores Hospital de Braga
Contacto com trabalhadores da empresa Continental, Famalicão
Contacto com trabalhadores da Impetus, Esposende
Encontro com grupo de pais em luta, Braga
Contacto com população na Feira e Mercado de Guimarães
Contacto com trabalhadores da Leica, Famalicão
Contacto com trabalhadores na Leonis Fermentões, Guimarães
Conversa com Homens e Mulheres da cultura, Braga
Debate "Desigualdades salariais em função do género", Braga
Encontro com Amas de Infância em Braga
Encontro com trabalhadores despedidos da Mabor
Participação na Manifestação da CGTP-IN, Guimarães
Reunião com a associação ARCO, Fafe
Reunião com a Associação Comercial de Braga
Reunião com a Associação de Moradores do Bairro das Lameiras, Famalicão
Reunião com a Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga
Reunião com Braga Capital Europeia Cultura
Reunião com o Sindicato Têxtil do Minho, Guimarães
Reunião com a União dos Sindicatos, Braga
Reunião na Cruz Vermelha de Braga
Sessão "Emigrantes e Refugiados uma ameaça ou uma oportunidade para a Europa", Vila Nova de Famalicão
Sessão Online Festival Política, Braga
Sessão pública sobre o Lítio em Braga
Tribuna pública sobre o aumento custo de vida em Braga
Tribuna pública sobre a água pública junto à feira de Braga
Tribuna pública sobre Transportes Públicos em Braga
Tribuna pública em defesa do Hospital de Barcelos
Visita a Agilde
Visita a Silvares
Visita à Associação de Reformados e Pensionistas de Guimarães
Visita ao Hospital de Barcelos

BRAGANÇA

Contacto com comércio local, Bragança
Contacto com população e comerciantes, Carrzazedã
Contacto com população e comerciantes na Feira de Mirandela
Contacto com população e comerciantes, Macedo de Cavaleiros
Contacto com população e comerciantes, Moncorvo
Contacto com população e comerciantes na feira de Bragança
Contacto com população e comerciantes no Mercado Municipal Mirandela
Contacto com população na Feira de Bragança
Contacto com trabalhadores da empresa Faurécia
Contacto com trabalhadores e utentes do Hospital de Mirandela
Contacto com trabalhadores e utentes do Hospital de Bragança
Contacto com trabalhadores das oficinas da Câmara Municipal de Mirandela

Contactos com trabalhadores e população no comércio, Vila Flor
 Contacto com população, Mirandela
 Contacto com população na Feira de Mirandela
 Contacto com trabalhadores no Matadouro do Cachão
 Contacto com trabalhadores na Empresa Automotive
 Contacto com trabalhadores na Empresa Factoryplay
 Contacto com trabalhadores na Empresa Perfumes
 Contacto com trabalhadores na Empresa Sorteg
 Conversa com a coordenadora do Sindicato dos Professores do Norte, Bragança
 Encontro com dirigentes da Associação de Regantes do Vale da Vilariça
 Reunião com Associação de Beneficiários de Macedo de Cavaleiros
 Reunião com Associação Empresarial NERBA, Bragança
 Reunião com Associações de Criadores de Gado, Bragança
 Reunião com Direcção Regional de Bragança da Cruz Vermelha Portuguesa
 Reunião com o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, Bragança
 Reunião com União dos Sindicatos de Bragança
 Reunião e visita à Cooperativa Agropecuária Mirandesa
 Reunião na Câmara Municipal de Bragança
 Sessão sobre "Desigualdades sociais e igualdade de género" na Escola Secundária de Bragança
 Tribuna pública sobre situação política actual, Bragança
 Tribuna pública sobre situação política actual em Cortiços, Macedo de Cavaleiros
 Tribuna pública sobre situação política actual na Rua da República, Mirandela
 Viagem de autocarro/IPB/Faurécia e contacto com trabalhadores
 Visita à Padaria Seramota, Mirandela
 Visita a produção agrícola, Vale da Vilariça

CASTELO BRANCO

Contacto com a comunidade educativa no Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, Covilhã
 Contacto com os Bombeiros de Sobreira Formosa e Bombeiros Canarinhos, Proença a Nova
 Contacto com comunidade educativa na Escola Secundária do Fundão
 Contacto com estudantes na Universidade da Beira Interior na Covilhã
 Contacto com imigrantes, Centro de Acolhimento no Fundão
 Contacto com população e comerciantes no Mercado de Proença a Nova
 Contacto com trabalhadores da empresa Benoli, Tortosendo
 Contacto com trabalhadores da empresa Biotec, Vila Velha de Rodão
 Contacto com trabalhadores da empresa de Higiene e Resíduos, Castelo Branco
 Contacto com trabalhadores da empresa Grasil Confecções SA, Belmonte

Contacto com trabalhadores da Frulact SA, Tortosendo
 Contacto com trabalhadores da Paulo de Oliveira SA, Covilhã
 Contacto com trabalhadores da Twintex Lda, Fundão
 Contacto com trabalhadores das Minas da Panasqueira, Fundão
 Contacto com trabalhadores dos estaleiros da Câmara Municipal do Fundão
 Contacto com trabalhadores e população no Centro Comercial Fórum, Castelo Branco
 Contacto com trabalhadores e população no Serra Shopping, Covilhã
 Contacto com trabalhadores e utentes no Centro de Saúde, Idanha a Nova
 Contacto com trabalhadores e utentes no Hospital Distrital Amato Lusitano, Castelo Branco
 Contacto com trabalhadores na APTIV, Castelo Branco
 Contacto com trabalhadores na empresa Centauro Internacional, Castelo Branco
 Contacto com trabalhadores na empresa Fitecom SA, Tortosendo
 Contacto com trabalhadores das Confecções Lana, Covilhã
 Contacto com utentes e trabalhadores da Unidade de Cuidados Continuados, Vila de Rei
 Contacto com utentes e trabalhadores do Centro de Saúde do Fundão
 Contacto com utentes e trabalhadores no Centro Hospitalar da Cova da Beira, Covilhã
 Contacto com população e comerciantes, Covilhã
 Contacto com trabalhadores da empresa Benoli
 Contacto com comerciantes, Castelo Branco
 Participação no IV encontro nacional dos estudos europeus no Casino Fundanense-Fundão
 Reunião com administração Hospital Amato Lusitano, Castelo Branco
 Reunião com Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa, Castelo Branco
 Reunião com Associação de Agricultores de Castelo Branco
 Reunião com os Bombeiros Voluntários de Proença-a-Nova
 Reunião com os Bombeiros Voluntários de Oleiros
 Sessão "UE como actor global Mercosul" em Castelo Branco
 Sessão Pública "Basta de conversa, aumentar salários e pensões", Tortosendo
 Solidariedade com piquete de greve FRULACT, Tortosendo
 Tribuna pública sobre transportes, Covilhã
 Visita ao Parque Natural do Tejo Internacional, Lentiscais
 Visita a zonas ardidas, Castelo Branco

COIMBRA

Almoço-convívio em Soure
 Contacto com agricultores no Vale do Pranto, Alqueidão
 Contacto com moradores e visita ao Bairro do Ingote, Coimbra
 Contacto com o Movimento de Utentes dos Serviços Públicos junto ao Hospital dos Covões, Coimbra
 Contacto com pequenos armadores, Figueira da Foz
 Contacto com pescadores de arte xávega na praia da Tocha

Contacto com população e lojistas nas grandes superfícies, Figueira da Foz
Contacto com população, Penacova
Contacto com representantes dos trabalhadores da saúde, Coimbra
Contacto com trabalhadores cerâmicos, Coimbra
Contacto com trabalhadores da empresa Cofisa Conservas de Peixe SA
Contacto com trabalhadores da empresa Danecake Portugal
Contacto com trabalhadores da empresa Maçarico Agroalimentar SA, Mira
Contacto com trabalhadores da Plasfil, Figueira da Foz
Contacto com trabalhadores da Probar indústria alimentar SA
Contacto com trabalhadores da PT, Coimbra
Contacto com trabalhadores da ERSUC, Coimbra
Contacto com trabalhadores dos Estaleiros Navais do Mondego, Figueira da Foz
Contacto com trabalhadores no Fórum Coimbra
Contacto com trabalhadores na EFAPEL – Empresa Fabril de Produtos Eléctricos SA, Serpins
Contacto com trabalhadores na empresa Ansell Portugal, Vila Nova de Poiares
Contacto com trabalhadores na empresa Aquinos Group SA
Contacto com trabalhadores no centro de recuperação Rovisco Pais, Cantanhede
Contacto com utentes no Centro de Saúde do Bairro Norton Matos, Coimbra
Contacto com utentes do comboio junto à estação da CP Coimbra
Contacto com utentes na viagem de autocarro de Coimbra-Lousã
Contacto com utentes na viagem de comboio Figueira da Foz-Coimbra
Contacto com Pescadores, Mira
Contacto com pescadores no Porto da Figueira da Foz
Contacto com população no Mercado Municipal de Coimbra
Contacto com trabalhadores do CHUC, Coimbra
Encontro com agentes da cultura, Coimbra
Encontro com associação “Ergue-te”, Coimbra
Encontro com Associação Nacional Municípios, Coimbra
Encontro com Confederação Nacional de Agricultura, Coimbra
Encontro com compartes dos baldios, Serpins
Encontro com produtores de milho, Montemor-o-Velho
Encontro com trabalhadores dos CTT e dos Transportes, Coimbra
Encontro com trabalhadores da saúde, Coimbra
Encontro com Associação de Bolseiros de Investigação Científica, Coimbra
Jantar-convívio na Figueira da Foz
Participação no brainstorming sobre eleições europeias 2024, Montemor o Velho
Reunião com APICER, Coimbra
Reunião com Associação Akto em Coimbra
Reunião com Associação de Pescadores e Armadores do Centro Litoral na Docapesca, Figueira da Foz

Reunião com a Conserveira Cofisa, Figueira da Foz
Reunião com Cooperativa de Produtores de Peixe do Centro Litoral, Figueira da Foz
Reunião com ICNF Centro
Reunião com MDM
Reunião com Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria do Centro, Coimbra
Reunião com a reitoria da Universidade de Coimbra
Sessão Online com AAC Estudantes Medicina em Coimbra
Sessão pública “Em defesa do direito à saúde” em Coimbra
Sessão pública Auditório IPJ, Coimbra
Sessão pública “Em defesa do direito à saúde”, Serpins
Sessão “Vamos falar da Europa”, Coimbra
Sessão com população sobre a exploração de caulinos em Coimbra
Tribuna pública “Em defesa do direito à saúde” na Praça 8 de Maio, Coimbra
Tribuna pública sobre o aumento do custo de vida junto aos utentes dos transportes na Av. Fernão Magalhães
Tribuna pública sobre saúde no CHUC, Coimbra
Viagem comboio entre Coimbra B e a estação Nova, Coimbra
Visita a zonas afectadas pela Depressão Glória, Coimbra
Visita à Cooperativa Agrícola do Concelho de Montemor-o-Velho
Visita e reunião na Maternidade Bissaya Barreto, Coimbra
Visita e reunião na Maternidade Daniel de Matos, Coimbra
Visita às obras do IP3, Coimbra
Visita à Pedreira em Tapeus
Visita e reunião com PSP, Figueira da Foz
Visita aos Estaleiros Navais do Mondego, Figueira da Foz

ÉVORA

Almoço-convívio em Borba
Almoço-convívio em Cabeção
Almoço-convívio em Monte Trigo
Almoço-convívio em Vendas Novas
Audição sobre Ferrovia, Évora
Audição sobre Ferrovia, Alandroal
Contacto com trabalhadores da Alandal – Sociedade Agropecuária do Alandroal
Contacto com trabalhadores dos estaleiros da Câmara Municipal de Mora
Contacto com Bombeiros Voluntários de Mora
Contacto com comerciantes e população na Avenida e no Continente, Évora
Contacto com comerciantes no centro histórico de Évora
Contacto com comerciantes no Évora Plaza
Contacto com jovens, Évora
Contacto com pais das escolas da Malagueira
Contacto com população e comerciantes, Arraiolos
Contacto com população e comerciantes, Vendas Novas
Contacto com população na estação de comboios, Évora
Contacto com população no Continente, Vendas Novas
Contacto com população no mercado Estremoz
Contacto com população no Terminal Rodoviário, Évora

Contacto com produtores e população no Mercado de Reguengos
Contacto com reformados na associação CHE em Mora
Contacto com trabalhadores, Bencatel
Contacto com trabalhadores da AIS, Vendas Novas
Contacto com trabalhadores da Câmara Municipal de Vendas Novas
Contacto com trabalhadores da empresa AIS - Automative Interior Systems Portugal, Lda
Contacto com trabalhadores da empresa Aunde Portugal Indústria de Confecção de Capas Lda
Contacto com trabalhadores da empresa Embraer Aernnova, Évora
Contacto com trabalhadores da empresa Tyco Electronics – Componentes Electromecânicos Lda
Contacto com trabalhadores da GESTAMP, Vendas Novas
Contacto com trabalhadores da higiene e limpeza da Câmara Municipal de Vendas Novas
Contacto com trabalhadores da Kemet
Contacto com trabalhadores da Câmara Municipal de Mora
Contacto com trabalhadores dos estaleiros da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz
Contacto com trabalhadores e população, Arraiolos
Contacto com trabalhadores e utentes do Abrigo dos Velhos trabalhadores, Montemor-o-Novo
Contacto com trabalhadores e utentes do Hospital de Évora
Contacto com trabalhadores na Metalonicho
Contacto com trabalhadores nas Pedreiras Etma
Contacto com trabalhadores no Évora Plaza
Contacto com utentes no Centro de Saúde de Vendas Novas
Contacto com reformados na Associação de Reformados de Vendas Novas
Contacto com trabalhadores da Câmara Municipal de Mora
Contacto com trabalhadores da Câmara Municipal de Vendas Novas
Contacto com trabalhadores da empresa Gestamp, Vendas Novas
Encontro com agricultores, Alandroal
Encontro com Apromor, Montemor-o-Novo
Reunião com Associação Comercial do Distrito de Évora
Reunião com produtores agrícolas, Montemor-o-Novo
Reunião com a Reitoria Universidade de Évora
Reunião com trabalhadores da cultura, Évora
Sessão pública sobre cultura na Praça do Giraldo, Évora
Tribuna pública “Em defesa da água pública” no mercado de Estremoz
Tribuna pública no Largo Camões em Évora sobre situação política actual e propostas do PCP
Tribuna pública sobre a defesa do SNS no Largo do Ribeiro, Cabeção
Tribuna pública sobre o Aumento do custo de vida, Vendas Novas
Visita à Cooperativa de S. Pedro, Évora
Visita ao Estaleiro e Parque de Máquinas, Mora
Visita a exploração e contacto com olivicultores em Mora
Visita aos Laboratórios da Universidade de Évora

Visita a Olaria, S. Pedro do Corval
Visita ao CAME, Montemor-o-Novo
Visita ao Parque Ecológico do Gameiro, Mora
Visita ao Parque Urbano, Mora
Visita à Associação Reformados, Pensionistas e Idosos, Mora
Visita à Barragem da Fargela
Visita à Barragem dos Minutos
Visita à Empreitada da macro sectorização da rede de água na cidade de Montemor-o-Novo
Visita ao Estaleiro Municipal ADUA, Montemor-o-Novo
Visita à GESAMB, Évora
Visita à Obra do Mercado, Mora
Visita à obra da Torre do Relógio, Mora
Visita à Oficina da Criança, Montemor-o-Novo

FARO

Almoço-convívio em Faro
Comício de Verão em Entre Mercados, Olhão
Comício de Verão, Lagoa
Contacto com comerciantes e população no Mercado Municipal de Faro
Contacto com comerciantes, Lagos
Contacto com comércio na Baixa Olhão
Contacto com pescadores, Armação de Pêra
Contacto com pescadores no Porto de Arrifana
Contacto com pescadores no Porto de Pesca, Portimão
Contacto com pescadores no Porto de Pesca, Olhão
Contacto com pescadores no Porto de Sagres
Contacto com população e feirantes na Feira da Serra, São Brás de Alportel
Contacto com população, Portimão
Contacto com população no mercado de Silves
Contacto com produtores no Mercado Biológico da Reforma Agrária, Lagos
Contacto com trabalhadores da Câmara Municipal de Alcoutim
Contacto com trabalhadores da Câmara Municipal de Castro Marim
Contacto com trabalhadores da Câmara Municipal de Lagos
Contacto com trabalhadores da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António
Contacto com trabalhadores da Câmara Municipal Loulé
Contacto com trabalhadores da empresa Algar – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, Faro
Contacto com trabalhadores da zona industrial em Vila Real de Santo António
Contacto com trabalhadores de exploração de sal seguida de visita, Castro Marim
Contacto com trabalhadores do Hotel Balaia, Albufeira
Contacto com trabalhadores do Centro de reabilitação medicina física de Faro
Contacto com trabalhadores do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, Portimão
Contacto com trabalhadores do INATEL de Albufeira
Contacto com trabalhadores do Mar Shopping, Loulé

Contacto com trabalhadores do Hotel Sheraton, Albufeira
Contacto com trabalhadores dos Viveiros Monterosa, Olhão
Contacto com trabalhadores dos Armazéns e oficinas da Câmara Municipal de Tavira
Contacto com trabalhadores dos CTT, Agoz
Contacto com trabalhadores dos estaleiros da Câmara Municipal de Vila do Bispo
Contacto com trabalhadores do Hospital de Portimão
Contacto com trabalhadores na empresa Construção Manutenção Eletromecânica, Loulé
Contacto com trabalhadores na empresa EMARP, Portimão
Contacto com trabalhadores na empresa Fagar – Faro Gestão de Águas e Resíduos, Faro
Contacto com trabalhadores na Mina de Sal-Gema, Loulé
Contacto com trabalhadores na Zona Industrial da Guia
Contacto com trabalhadores nas oficinas da Câmara Municipal de Silves
Contacto com trabalhadores no Aeroporto de Faro
Contacto com trabalhadores no centro comercial Aqua, Portimão
Contacto com trabalhadores no edifício central da Câmara Municipal de Silves
Contacto com trabalhadores no parque empresarial de Coca Maravilhas, Portimão
Contacto com trabalhadores no parque empresarial Vale das Pedras, Albufeira
Contacto com trabalhadores no AlgarveShopping
Contacto com trabalhadores no Tavira Plaza, Tavira
Contacto com utentes e trabalhadores na Loja do Cidadão, Faro
Contacto com utentes no Hospital de Faro
Contacto com utentes na estação de comboio, Tunes
Contacto com Viveiristas das 4 águas, Tavira
Contacto com pescadores no Porto de Pesca de Albufeira
Contacto com população no Centro comercial Algarve Shopping
Contacto com população no Mercado Municipal Faro
Contacto com trabalhadores do Hotel PortoBay Falésia
Contacto com trabalhadores nos Armazéns da Câmara Municipal de Albufeira
Debate sobre Vacinas, Portimão
Distribuição de documentos na EB1 Bom João, Faro
Encontro com pescadores na Praia de Monte Gordo, Vila Real de Santo António
Encontro com trabalhadores da Hotelaria no Hotel Sheraton Albufeira
Encontro com trabalhadores do Táxi em Faro
Encontro com trabalhadores das plataformas digitais, Faro
Jantar-convívio em São Bartolomeu de Messines
Contacto com utentes e participação na luta do Centro de saúde em São Bartolomeu de Messines
Participação na Luta dos Rodoviários em Faro
Reunião com a Plataforma Água Sustentável, Faro
Reunião com a ADRIP, Cacela
Reunião com a Associação Barrocal Tavira – central fotovoltaica
Reunião com a Associação Basquetebol do Algarve, Olhão
Reunião com a Associação de Moradores da Ilha da Culatra
Reunião com a Associação de Pescadores de Alvor
Reunião com a Associação de Pescadores de Sagres
Reunião com a Associação de Pescadores do Porto de Albufeira
Reunião com a associação PROBAL no cerro do Leiria, Tavira
Reunião com a Barlapescas, Portimão
Reunião com a Bombeiros de Silves
Reunião com o Centro Ciência Viva, Faro
Reunião com a Docapesca, Olhão
Reunião com empresários do Espectáculo, Faro
Reunião com estruturas representativas dos trabalhadores, Faro
Reunião com Mariscadores, Vila do Bispo
Reunião com a NERA, Lagoa
Reunião com a Olhão Pescas
Reunião com a Quarpesca, Quarteira
Reunião com regantes e beneficiários do Alvor
Reunião com o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, Faro
Reunião no Centro de Emprego em Lagoa
Sessão de esclarecimento "Actual situação Política e as propostas do PCP", Albufeira
Sessão pública "Questões da UE e situação do País e a resposta do partido", Vila Real de Santo António
Sessão pública sobre "A Guerra na Ucrânia, o papel da UE e a luta pela paz" em Faro
Participação no Summer CEmp em Alcoutim
Tribuna pública na Fagar
Tribuna pública "Pela classificação da Ria de Alvor como reserva natural"
Viagem de comboio Tavira-Faro
Visita à Associação de Protecção à Rapariga e à Família
Visita à empresa Corticeira Amorim
Visita a fábrica de congelados Frimarc em Olhão
Visita à Corpodehoje - Associação Cultural
Visita ao Refúgio Aboim Inglês
Visita ao Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve, Faro
Visita ao Centro Experimental Agrícola, Tavira
Visita ao Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico, Silves
Visita à Cooperativa Sal
Visita às zonas ardidas em Tavira

GUARDA
Contacto com comerciantes e população, Trancoso
Contacto com comerciantes e população, Celorico da Beira
Contacto com comerciantes e população, Meda
Contacto com comerciantes e população, Sabugal
Contacto com comerciantes e população no Mercado de Gouveia
Contacto com comerciantes e população no Mercado de Seia
Contacto com comerciantes e população no Mercado Municipal da Guarda
Contacto com jovens, Guarda

Contacto com produtores de vinho em Freixo Numão
 Contacto com produtores de vinho em Malta e Pinhel
 Contacto com trabalhadores da Dura Lda.
 Contacto com trabalhadores da empresa Ara Shoes Lda, Seia
 Contacto com trabalhadores da empresa Coficab Lda, Vale da Estrela
 Contacto com trabalhadores do Contact Centre da EDP, Seia
 Contacto com trabalhadores da empresa Lusolã, SA, Seia
 Contacto com trabalhadores da MB2 Lda.
 Contacto com trabalhadores da Sodecia, SA
 Contacto com trabalhadores dos estaleiros da Câmara Municipal da Guarda
 Contacto com trabalhadores dos estaleiros da Câmara Municipal de Gouveia
 Contacto com trabalhadores e população no centro comercial La Vie, Guarda
 Contacto com trabalhadores e população no Hipermercado do Continente na Guarda
 Contacto com trabalhadores e população no hipermercado Pingo Doce na Guarda
 Contacto com trabalhadores e utentes no Centro de Saúde do Sabugal
 Contacto com trabalhadores e utentes no Hospital da Guarda
 Contacto com trabalhadores dos estaleiros da Câmara Municipal de Seia
 Contacto com trabalhadores na Mey Têxteis SA, Celorico da Beira
 Contacto com população no Mercado de Trancoso
 Contacto com trabalhadores da Empresa Lusolã
 Contacto com trabalhadores das Creches, Guarda
 Distribuição de documentos no Pingo Doce da Guarda
 Reunião com Associação Distrital dos Agricultores da Guarda
 Reunião com os Bombeiros Voluntários de Seia
 Reunião sobre Luta pela maternidade com "Movimento saúde não se aguarda" e "Movimento em defesa dos serviços públicos" na Guarda
 Reunião com os Bombeiros Voluntários de Loriga
 Tribuna pública sobre "Vias de comunicação e transportes públicos", São Romão
 Tribuna pública no Mercado Municipal Guarda
 Tribuna pública no Mercado de Trancoso
 Visita a zonas ardidas em Seia
 Visita e reunião com Hospital de Seia
 Visita a Exploração Agrícola Arcozelo, Gouveia

LEIRIA

Almoço-convívio em Leiria
 Almoço-convívio na Coopovo, Marinha Grande
 Almoço-convívio nas Caldas da Rainha
 Almoço-convívio no Mira mar, Peniche
 Arruada na Rua das Montras, Caldas da Rainha
 Audição "A situação laboral, económica e social dos trabalhadores no distrito de Leiria"
 Comício "Património de luta, horizonte de esperança", Marinha Grande

Contacto com estudantes na Escola Superior Artes e Design, Caldas da Rainha
 Contacto com estudantes no Instituto Politécnico de Leiria
 Contacto com pescadores no porto da Nazaré
 Contacto com população e comerciantes, Vieira de Leiria
 Contacto com população e comerciantes no centro da Marinha Grande
 Contacto com população e comerciantes no centro de Leiria
 Contacto com população e comerciantes no centro de Peniche
 Contacto com população e comerciantes no centro Nazaré
 Contacto com população e comerciantes no Mercado Pombal
 Contacto com população e pequenos agricultores em Valado de Frades, Nazaré
 Contacto com a População, Pombal
 Contacto com a população no Rossio, Alcobaça
 Contacto com a população, produtores e comerciantes no Mercado da Fruta nas Caldas da Rainha
 Contacto com trabalhadores da Crisal SA, Marinha Grande
 Contacto com trabalhadores da empresa Novadis, Bombarral
 Contacto com trabalhadores da Associação do Jardim Infantil da Serra d'El Rei, Peniche
 Contacto com trabalhadores da empresa GLN, Barosa
 Contacto com trabalhadores da ESIP SA, Peniche
 Contacto com trabalhadores dos estaleiros da Câmara Municipal da Marinha Grande
 Contacto com trabalhadores dos estaleiros da Câmara Municipal de Peniche
 Contacto com trabalhadores e população no centro comercial La Vie, Caldas da Rainha
 Contacto com trabalhadores e utentes na Unidade de Cuidados de Saúde Primários, Peniche
 Contacto com trabalhadores na empresa Bordallo Pinheiro, Caldas da Rainha
 Contacto com trabalhadores na Fábrica Atlantis, Alcobaça
 Contacto com trabalhadores na Matcerâmica SA, Batalha
 Contacto com trabalhadores Sociedade Porcelanas, Alcobaça
 Contacto com trabalhadores Sumol+Compal SA, Pombal
 Contacto com utentes e trabalhadores do Hospital de Leiria
 Contacto com comerciantes, Marinha Grande
 Contacto com população na cidade de Leiria
 Contacto com trabalhadores da empresa Crisal, Marinha Grande
 Contacto com utentes no Centro de Saúde de Vieira de Leiria
 Debate "A luta do PCP contra a submissão às imposições da União Europeia e do Euro, pela soberania e independências nacionais", Marinha Grande
 Debate sobre "Património e cultura um direito das populações" em Alcobaça
 Deslocação na linha Oeste em Leiria
 Encontro com ACILIS - Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo da Região de Leiria
 Encontro com agricultores e compartes do Barrocal, Pombal
 Encontro com agricultores e compartes dos Baldios na Serra do Sicó
 Encontro com artistas e trabalhadores da cultura, Caldas da Rainha

Encontro com Associação Armadores da Pesca do Cerco
Encontro com Associação Comercial e Industrial na Nazaré
Encontro com Associação Comercial Industrial na Marinha Grande
Encontro com colectividades, Marinha Grande
Encontro com o Comando Distrital de Operações de Socorro de Leiria
Encontro com Cooperativa dos Armadores de pesca artesanal
Encontro com DocaPesca, Nazaré
Encontro com Mariscadores, Óbidos
Encontro com o Movimento Democrático de Mulheres, Leiria
Encontro com o Movimento Associativo na Biblioteca Popular, Nazaré
Encontro com Movimento Associativo, Marinha Grande
Encontro com NERLEI - Associação Empresarial da Região de Leiria
Encontro com pescadores e com o Sindicato da Pesca do Centro
Encontro com profissionais e utentes saúde, Caldas da Rainha
Encontro com trabalhadores da Junta de Freguesia da Marinha Grande
Encontro com a União Sindicatos de Leiria
Encontro com vendedores no Mercado no Marinha Grande
Lanche com reformados, Marinha Grande
Percurso a pé dos bombeiros até à estátua ao pescador no Porto de Peniche
Reunião com Associação Nacional das Organizações de Produtores da Pesca do Cerco, ANOP Cerco, Peniche
Reunião com Bombeiros Voluntários das Caldas da Rainha
Reunião com pescadores, Peniche
Sessão pública "Defender os recursos naturais a as florestas nacionais", Marinha Grande
Sessão pública "Moita: Saúde, Habitação e Mobilidade", Moita
Sessão pública "Produção, investimento e justiça social, condições para o desenvolvimento do distrito de Leiria"
Sessão pública "A União Europeia e a defesa da saúde, dos serviços públicos e da produção nacional", Marinha Grande
Tribuna pública sobre o aumento do custo de vida, Alcobaça
Tribuna pública sobre o aumento do custo de vida, Marinha Grande
Visita a CETEMARES, Leiria
Visita a zonas ardidadas em Leiria
Visita ao Forte de Peniche

LISBOA

Almoço-convívio no mercado da Póvoa Santa Iria
Almoço Solidariedade com Cuba no refeitório das 7 Casas em Loures
Almoço com investigadores, Lisboa
Almoço-convívio em Tires, Cascais
Reunião com a Associação Portuguesa de BioIndústria
Reunião com o Projecto Proteína Verde, Lisboa
Audição "O futuro da pequena pesca em Portugal", Lisboa
Audição "A situação das Mulheres em Portugal", Lisboa
Audição Assembleia da República "Actualidade da política Europeia", Lisboa

Audição sobre "Crianças e pais com direitos" no Edifício Jean Monet em Lisboa
Audição sobre Inteligência Artificial, Lisboa
Audição Online "O impacto do confinamento nas crianças e famílias - resposta face a efeitos imediatos e problemas duradouros"
Audição sobre a situação dos Bombeiros, Lisboa
Audição: "A situação dos trabalhadores do sector da aviação: defender o emprego com direitos", Lisboa
Audição "Plataformas digitais: tecnologia, trabalho e exploração" em Lisboa
Conferência sobre Associativismo, Lisboa
Contacto com trabalhadores dos SMAS, Sintra
Contacto com a população junto à estação ferroviária da Parede, Cascais
Contacto com comerciantes na Av. da Igreja, Lisboa
Contacto com comerciantes na Baixa de Algés
Contacto com comunidade escolar na Escola Básica 2/3 de Vialonga
Contacto com comunidade escolar no JI Associação Popular, Sobral de Monte Agraço
Contacto com estudantes da Faculdade Direito de Lisboa, da Faculdade de Letras de Lisboa e do ISCTE
Contacto com investigadores e bolsiros na manifestação "Contra a precariedade na ciência"
Contacto com jovens trabalhadores de Call Center, Lisboa
Contacto com jovens trabalhadores, Lisboa
Contacto com população do Casal Machados, Lisboa
Contacto com população e associações locais no Bairro da Cova da Moura, Amadora
Contacto com população e comerciantes de Alvalade, Lisboa
Contacto com população e comerciantes na Avenida do Uruguai, Lisboa
Contacto com população e comerciantes na Feira da Malveira
Contacto com população e comerciantes na feira do Pão, Sobral de Monte Agraço
Contacto com população e comerciantes na Feira do Silvado, Odivelas
Contacto com população e comerciantes no CC Vasco da Gama
Contacto com população e comerciantes no Loures Shopping
Contacto com população e comerciantes no Cascais Shopping
Contacto com população em viagem de comboio de Algueirão-Mem Martins para Rossio
Contacto com população junto à repartição de finanças, Cascais
Contacto com população, Loures
Contacto com população Mercado a Boa Hora, Ajuda, Lisboa
Contacto com população na Quinta das Índias, Vialonga
Contacto com população no Bairro da Serra da Luz, Odivelas
Contacto com população no Bairro do Olival, Odivelas
Contacto com população no Bairro Dr. Mário Madeira na Pontinha, Odivelas
Contacto com População na zona central de Alhandra
Contacto com trabalhadores do Call Center das Amoreiras em Lisboa
Contacto com trabalhadores do cemitério de Benfica, Lisboa

Contacto com trabalhadores de Centros de contacto, Lisboa
Contacto com trabalhadores da Câmara Municipal da Amadora nos Estaleiros Municipais dos Moinhos da Funcheira
Contacto com trabalhadores da empresa Accenture Portugal
Contacto com trabalhadores da empresa Cateringpor no Aeroporto de Lisboa
Contacto com trabalhadores da empresa Dancake, Póvoa de Sta Iria
Contacto com trabalhadores da empresa Essegur, Prior Velho
Contacto com trabalhadores no Centro Logístico da SONAE, Azambuja
Contacto com trabalhadores da EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres em Lisboa
Contacto com trabalhadores da estação de televisão TVI, Queluz de Baixo
Contacto com trabalhadores da Imprensa Nacional-Casa da Moeda no Arco do Cego, Lisboa
Contacto com trabalhadores da limpeza do Hospital de Santa Maria
Contacto com trabalhadores da empresa Geberit no Carregado
Contacto com trabalhadores e população no CC UBBO, Amadora
Contacto com trabalhadores da educação na Escola Artística António Arroio, Lisboa
Contacto com trabalhadores da Empresa TargetWay em Odivelas
Contacto com trabalhadores da Hovione, Loures
Contacto com trabalhadores do Call Center da MEO
Contacto com trabalhadores na empresa Eugster e Frismag, Torres Vedras
Contacto com trabalhadores na empresa JANZ - Contagem e Gestão de Fluídos, Lisboa
Contacto com trabalhadores da empresa Matutano, Carregado
Contacto com trabalhadores nas Torres do Colombo BNP Paribas, Lisboa
Contacto com trabalhadores no Mercado de Revenda, Torres Vedras
Contacto com trabalhadores no refeitório da Câmara Municipal de Loures
Contacto com trabalhadores das OGMA, Alverca do Ribatejo
Contacto com trabalhadores de organizações representativas dos trabalhadores em Lisboa
Contacto com trabalhadores dos serviços sociais no complexo da Boavista, Lisboa
Contacto com trabalhadores da Uber eats no Centro Comercial Colombo, Lisboa
Contactos no Campo Grande em Lisboa
Contactos com trabalhadores do Pingo Doce Bela Vista, Lisboa
Contactos com trabalhadores no Centro Comercial Vasco da Gama, Lisboa
Conversa com jovens, Lisboa
Contacto com comerciantes no centro de Algueirão
Contacto com comércio local, Alverca do Ribatejo
Contacto com imigrantes na Avenida Almirante Reis, Lisboa
Contacto com pais da APAC – Associação Popular de Apoio à Criação – IPSS, Póvoa de Santa Iria
Contacto com população e comerciantes em Algés
Contacto com trabalhadores nos SIMAR / Câmara Municipal de Loures
Contacto com população no Fanqueiro em Loures
Contacto com população no mercado da Póvoa de Santa Iria
Contacto com população no Metro de Moscavide
Contacto com população no Loures Shopping
Contacto com trabalhadoras da Dancake, Póvoa de Santa Iria
Contacto com trabalhadores Câmara Municipal de Loures no Juncal
Contacto com trabalhadores da Celcat, Sintra
Contacto com trabalhadores em greve na empresa Janz
Contacto com trabalhadores no refeitório Câmara Municipal de Loures
Contacto com trabalhadores nos SMAS, Sintra
Contacto com trabalhadores no refeitório Serviços sociais em Sintra
Contacto com os trabalhadores dos Estaleiros da Câmara Municipal de Cascais
Debate "Antecipação ao discurso do estado da União", Lisboa
Debate "Desafios da UE no Pós-Pandemia", Póvoa de Santa Iria
Debate "O Futuro da Europa - O Pacto Ecológico Europeu 2.0" no ISCTE, Lisboa
Debate sobre "Crianças e pais com direitos" na Feira de Vila Franca de Xira
Debate "Europa aqui" no Centro Comercial Amoreiras, Lisboa
Debate promovido pela Europe Direct Algarve sobre a situação das Mulheres em Lisboa
Debate online da APREN – Associação Portuguesa de Energias Renováveis sobre o "Objectivo 55"
Debate FNEE - Federação Nacional de Estudos Europeus "A União Bancária e Financeira: uma maior integração económica pós-Covid-19?"
Debate "Imaginar e construir a cidade", Lisboa
Debate "O Bairro que temos, o Bairro que queremos", Lisboa
Debate Online sobre o "Estado da União"
Debate Online com trabalhadores do Município de Lisboa
Debate pelo direito à criação e fruição culturais, Lisboa
Debate Online sobre "Valores Europeus"
Debate sobre Espaço Público, Lisboa
Debate da Confederação Nacional de Agricultura "Crise Covid-19 e a PAC para o pós-2020", Lisboa
Contacto com trabalhadores no Refeitório dos Olivais em Lisboa
Contacto com população na Cidade Universitária em Lisboa
Contacto com população no centro histórico de Lisboa
Contacto com população no Mercado de Carcavelos
Contacto com população em São João do Estoril
Encontro com ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, Lisboa
Encontro com Autoridade Nacional da Protecção Civil, Lisboa
Encontro com a Confederação Portuguesa das Colectividades, Lisboa
Encontro com Federação de Bombeiros de Lisboa
Encontro com o Imã da Mesquita Central em Lisboa
Encontro com a Liga Operária Católica, Lisboa

Encontro com Movimento Associativo do Parque das Nações, Lisboa
Encontro com Operárias da Triumph, Lisboa
Encontro com população em São Vicente, Lisboa
Encontro com trabalhadores do Município de Lisboa
Encontro na Liga Bombeiros em Lisboa
Participação no Encontro Nacional de Protecção Civil
Participação no Encontro Os comunistas e o Movimento Sindical em Lisboa
Visita ao Festival 5 L, Lisboa
Participação no Fórum "A tua opinião conta" – Online, Lisboa
Participação no Fórum Online "MUDAR-Minorias igualdade ou equidade" UTAD, Lisboa
Inauguração Casa das Arte, Lisboa
Participação na sessão «A terceira travessia sobre o Tejo. Investimento indispensável para a região e o País», Lisboa
Participação na iniciativa de solidariedade com Colômbia, Lisboa
Seminário "Reduzir o horário de trabalho, combater a desregulação e valorizar a vida", Lisboa
Sessão "O direito à habitação – experiências e lutas em Lisboa e noutras cidades europeias", Lisboa
Iniciativa Online Não ao anticomunismo, Lisboa
Participação em iniciativa no Jardim de Infância Crescer a Cores em Lisboa
Iniciativa Sector Táxi, Lisboa
Iniciativa de solidariedade com o Brasil, Lisboa
Mesa redonda "Energia e recursos na transição energética, soberania, segurança, ambiente e desenvolvimento", Lisboa
Tribuna pública na estação CP da Póvoa Santa Iria
Participação no Congresso de produtores de milho "A importância da gestão integrada dos recursos hídricos em ambiente de alterações climáticas"
Participação na 2ª Conferência anual sócio digital Lab 2023 "Inclusive territories for a green and digital transition"
Percurso de Metro do Rato para o Lumiar, Lisboa
Reunião com a Administração CP, Lisboa
Reunião com ACAPO – Associação do Cegos e Amblíopes de Portugal, Lisboa
Reunião com a direcção da AHRESP Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, Lisboa
Reunião com Associação de Pescadores em Cascais
Reunião com Associação de Diabéticos, em Lisboa
Reunião com Associação para o Desenvolvimento e Apoio Social do Bairro do Rego, Lisboa
Reunião com Associação Liga, Lisboa
Reunião com a Associação Lusofonia Cultura e Cidadania, Lisboa
Reunião com a Associação de Mulheres Juristas
Reunião com Associação Telheiras
Reunião com a CNOD - Confederação Nacional de Organizações de Pessoas com Deficiência e com a APD – Associação Portuguesa de Deficientes, Lisboa
Reunião com o Comando da PSP de Lisboa
Reunião com a CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal
Reunião com o Conselho de Administração NAV
Reunião com o Conservatório de Lisboa
Reunião com a Cooperativa Agrícola
Reunião com a Direcção da FENPROF, Lisboa
Reunião com o Director do Festival Lisboa 5L
Reunião com a FAR, Lisboa
Reunião Online com Guardas Prisionais
Reunião com o Instituto Nacional de Estatística
Reunião com o Movimento Democrático de Mulheres, Lisboa
Reunião com o "Movimento Morar em Lisboa" em Lisboa
Reunião com Movimento Erradicar Pobreza, Lisboa
Reunião com a MUBi – Associação de Mobilidade Urbana em Bicicleta, Lisboa
Reunião com o MURPI - Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos, Lisboa
Reunião com Organizações Representativas dos Trabalhadores da EXIDE, Castanheira Ribatejo
Reunião com Organizações Representativas dos Trabalhadores do Metropolitano de Lisboa
Reunião com Organizações Representativas dos Trabalhadores da NAV em Lisboa
Reunião com a Associação Passa Sabi
Reunião com Sindicato Ferroviário da Revisão Comercial Itinerante
Reunião com a Solidariedade Imigrante – Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes
Reunião com a UACS – União de Associações de Comércio e Serviços da Região de Lisboa e Vale do Tejo
Reunião com a Comissão de trabalhadores da Medway, IP
Reunião na Escola Básica Teixeira de Pascoaes, Lisboa
Reunião no Centro de Refugiados da Bobadela
Reunião no Hospital D. Estefânia, Lisboa
Reunião no Supremo Tribunal de Justiça, Lisboa
Reunião Online com União de Restaurantes do Minho
Reunião pública com trabalhadores do Hospital de Vila Franca de Xira
Reunião com Centro Integrado de Apoio Familiar, ECPAT Portugal em Lisboa
Reunião com Instituto de Apoio à Criança
Reunião com miúdos seguros
Participação no Seminário Internacional da EXIT "Direitos Humanos das mulheres a não serem prostituídas"
Seminário "A mulher no mundo do trabalho em Portugal e na Europa" em Loures
Sessão "Alternativa política, soberania e independência nacional" em Lisboa
Sessão "O trabalho e os trabalhadores garantir os direitos combater a exploração e a manipulação" em Lisboa
Sessão "Situação actual do País e da Europa" na Escola Secundária dos Olivais
Sessão "A UE e o Ambiente" na escola Nuno Gonçalves, Lisboa
Sessão com católicos, Loures
Sessão com investigadores, Lisboa
Sessão com Movimentos e associações da cidade de Lisboa no Mercado do Forno do Tijolo, Lisboa
Sessão sobre "Integração de imigrantes" no Martim Moniz, Lisboa

- Sessão "Juventude, o futuro da Europa" no Agrupamento escolas da Azambuja
- Sessão sobre o funcionamento do Parlamento Europeu na Escola Secundária Ibn Mucana em Cascais
- Sessão Online Juventude no estrangeiro
- Sessão Online "Estado de bem-estar social" Universidade do Porto
- Sessão Online EU 4ALL, Lisboa
- Sessão sobre "O funcionamento do Parlamento europeu "Online Europe direct Algarve em Lisboa
- Sessão Online Lisbon Talks "O Futuro da Europa", Lisboa
- Sessão Online sobre Saúde, Lisboa
- Sessão "Os jovens e a Europa presente e futura" na EB23 Cardoso Lopes
- Sessão pública "Aumento dos salários, valorização das carreiras e subcontratação na Administração Pública" em Vila Alda
- Sessão Pública "Ensino Superior, Ciência e Educação", Lisboa
- Sessão pública sobre Transportes em Lisboa
- Sessão pública "Importância estratégica da ferrovia no plano nacional e europeu da propaganda à realidade"
- Sessão "Que caminho para Portugal na União Europeia" na Escola Secundária Dr. Reynaldo dos Santos em Vila Franca de Xira
- Sessão sobre a PAC no Colégio Marista, Lisboa
- Sessão sobre "O novo Aeroporto de Lisboa" na Voz do Operário em Lisboa
- Sessão sobre o "Mecanismo de Protecção Civil da União Europeia", Lisboa
- Sessão sobre "O papel da produção nacional na promoção do desenvolvimento do País, os impactos das políticas da UE", Lisboa
- Sessão "Um Horizonte de Esperança para a cultura", Lisboa
- Sessão "20 anos de circulação do Euro: passado, presente e futuro" no ISCTE, Lisboa
- Sessão "Organização e funcionamento da UE e o Brexit", Cascais
- Tour Vizinhos de Arroios, Lisboa
- Tribuna pública "Em defesa do Serviço Nacional de Saúde" junto ao mercado em Algés
- Tribuna pública "Em defesa do Serviço Nacional de Saúde", Torres Vedras
- Tribuna pública "Em defesa do Serviço Nacional de Saúde", Moscavide
- Tribuna Pública "Pelo direito à saúde" na Praça 7 de Março, Alhandra
- Tribuna Pública sobre Problemas da Habitação no Largo do Intendente, Lisboa
- Tribuna pública "Situação política actual", Amadora
- Tribuna pública sobre Ferrovia, Lisboa
- Tribuna pública "Situação política actual" no Cais do Sodré
- Tribuna pública "Situação política actual" no largo da estação CP em Algés
- Visita a cooperativa agrícola no Cadaval
- Visita à EB Alexandre Herculano na Ajuda
- Visita à Ameixoeira/Lumiar/Santa Clara, Lisboa
- Visita à Associações Casal Machados e Quinta Laranjeiras, Lisboa
- Visita a Bairros Municipais de Campolide
- Visita à Cova da Moura, Amadora
- Visita ao Campus Tecnológico e Nuclear - IST na Bobadela
- Visita à EB Alexandre Herculano, Lisboa
- Visita a Escola Básica 1 no Restelo em Lisboa
- Visita à Exide, Azambuja
- Visita à Exide, Castanheira do Ribatejo
- Visita à Feira da Ladra, Lisboa
- Visita à Futurália, Lisboa
- Visita à Livraria Barata, Lisboa
- Visita à Livraria Ferin, Lisboa
- Visita às obras no Teatro do Bairro Alto, Lisboa
- Visita à Penha de França, Lisboa
- Visita ao quartel Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa – Benfica
- Visita à Quinta do Lavradio na Penha de França
- Visita a Tapada das Necessidades, Lisboa
- Visita ao Teatro Carnide, Lisboa
- Visita ao Agrupamento de Escolas de Benfica
- Visita ao Bairro do Condado, Lisboa
- Visita ao Bairro da Encarnação, Lisboa
- Visita ao Bairro da Liberdade, Lisboa
- Visita ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa
- Visita à Associação "O Ninho", Lisboa
- Visita ao Posto de Limpeza dos Olivais Norte
- Visita aos Bairros Municipais de Marvila
- Visita à Associação "Companheiro" em Benfica
- Visita ao Bairro dos Lóios, Lisboa
- Visita aos Bombeiros Voluntários de Sacavém
- Visita ao Centro de Saúde de Sete Rios, Lisboa
- Visita ao Centro das Taipas, Lisboa
- Visita ao Clube de Ténis de Monsanto, Lisboa
- Visita e Reunião com a Fundação José Saramago, Lisboa
- Visita à Freguesia do Areeiro, Lisboa
- Visita à Freguesia de Arroios, Lisboa
- Visita a grandes superfícies, Lisboa
- Visita ao Jardim de Infância de Benfica, Lisboa
- Visita ao movimento associativo e popular, Lisboa
- Visita a Escola Básica 1 em Alpriate
- Webinar "O trabalho nas plataformas digitais"
- Workshop Online "Balanço sobre o futuro da Europa"

LITORAL ALENTEJANO

- Almoço com Presidentes de Câmara da CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, Sines
- Audição sobre Ferrovia, Sines
- Audição sobre Ferrovia, Alcácer do Sal
- Audição sobre Ferrovia, Luzianes-Gare
- Audição sobre Ferrovia, Odemira
- Audição pública sobre a Galp, Sines
- Contacto com trabalhadores da Misericórdia de Sines
- Contacto com comerciantes, Grândola
- Contacto com comerciantes, Alcacer do Sal

Contacto com pequenos comerciantes, Vila Nova Santo André
Contacto com pescadores, Sines
Contacto com população, Alcácer do Sal
Contacto com população, Grândola
Contacto com Profissionais do Centro Saúde, Grândola
Contacto com trabalhadores da Câmara Municipal, Grândola
Contacto com trabalhadores da REPSOL, Sines
Contactos com trabalhadores, Santo André
Contactos com trabalhadores da Câmara Municipal de Santiago do Cacém
Contactos com trabalhadores da Frestia
Contactos com trabalhadores da Repsol
Contactos com trabalhadores da Sudoberry
Contactos com trabalhadores na Vitacress
Contactos com trabalhadores da Petrogal
Contactos com comércio local, Santo André
Contactos trabalhadores da Lauak
Contacto com população no mercado de Grândola
Contacto com trabalhadores na empresa Petrogal
Conversa sobre trabalho agrícola, São Teotónio
Encontro com trabalhadores da PSA, Sines
Encontro com comerciantes, Alcácer do Sal
Reunião com a AICEP Global parques, Sines
Reunião com a Associação de Armadores de Pesca Artesanal e do Cerco do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Sines
Reunião com a Associação de Beneficiários do Mira
Reunião com a Associação de Cabo-Verdianos em Setúbal
Reunião com a Associação Desenvolvimento Local de Santiago Cacém
Reunião com os Bombeiros Voluntários de Grândola
Reunião com a Docapesca, Sines
Sessão pública sobre Saúde, Grândola
Sessão pública sobre Saúde, Santiago do Cacém
Sessão pública sobre Saúde, Casebres
Visita ao Hospital do Litoral Alentejano

MADEIRA

Ação de contacto com população das Zonas Altas de Santa Cruz
Contacto com comunidade piscatória no Bairro de Espanha no Paúl do Mar
Contacto com famílias de pescadores nos Bairros das Malvinas da Palmeira, Câmara de Lobos
Contacto com famílias dos pescadores no bairro da casa amarela, Câmara de Lobos
Contacto com famílias dos pescadores no Bairro da Cidade Nova, Câmara de Lobos
Contacto com famílias dos pescadores no Bairro da Quinta do Leme, Câmara de Lobos
Contacto com pescadores e comunidade piscatória na Praia de Banda Além
Contacto com pescadores e comunidade piscatória, Machico
Contacto com pescadores na lota do Caniçal
Contacto com pescadores no Porto do Caniçal
Contacto com pescadores no varadouro de Câmara de Lobos

Contacto com população no varadouro de Paúl do Mar
Contacto com população e comerciantes na lota do Funchal
Contacto com população e comerciantes na lota do Paúl do Mar
Contacto com população e vendedores na visita ao Mercado dos Lavradores no Funchal
Contacto com população junto à Câmara Municipal de Machico
Contacto com população no Bairro da Argentina Espírito Santo – Calçada
Contacto com produtores de banana e de cana-de-açúcar na Ponta do Sol
Contacto com trabalhadores da Administração Pública Regional na Av. Arriaga, Funchal
Contacto com trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal na Estação dos Viveiros
Contacto com trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal no Largo do Município
Contacto com trabalhadores da construção civil no novo Hospital da Madeira
Contacto com trabalhadores da empresa de construção civil Tecnovia da Madeira, São Martinho
Contacto com trabalhadores das oficinas da Câmara Municipal do Funchal na Fundoa
Contacto com trabalhadores do Hospital Nélio Mendonça, Funchal
Contacto com trabalhadores do sector da Hotelaria, Funchal
Contacto com trabalhadores na empresa de transporte público Horários do Funchal
Contacto com trabalhadores no parque empresarial da Cancela
Contacto com trabalhadores no Parque Empresarial da Zona Oeste
Contacto com trabalhadores precários da PT MEO/ALTICE
Contactos com comunidade universitária na Universidade da Madeira
Contactos com população no sítio da corrida/jardim da serra, Curral das Freiras
Contacto com pescadores no Porto de Pesca do Caniçal
Contactos com pescadores no Varadouro de Câmara de Lobos
Debate "Direitos das crianças e pais" no Jardim de Santa Luzia
Debate sobre políticas culturais, Funchal
Encontro com o Comandante da capitania do Porto Santo
Encontro com a Marinha Portuguesa na Capitania do Porto Santo
Encontro com o Presidente Câmara Municipal do Porto Santo
Encontro com presidente do Parlamento Regional no Funchal
Encontro com o Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, Funchal
Encontro com a União Sindicatos da Madeira
Encontro/debate com dirigentes e ativistas sindicais da região da Madeira
Iniciativa de prestação de contas sobre a ação dos deputados do PCP no PE no centro do Funchal
Sessão "Europa fragmentada ou Europa renovada - uma reflexão pós Brexit", Funchal
Sessão sobre a União Europeia na Universidade da Madeira no Funchal
Tribuna de rua sobre salários e aumento do custo de vida, Funchal

Visita ao Aeródromo de Manobra nº 3 da Força Aérea,
Porto Santo
Visita ao Centro de Artes Francisco Simões, Funchal

PORTALEGRE

Almoço convívio em Avis
Almoço convívio em Portalegre
Audição sobre Ferrovia em Elvas
Contacto com representantes de organizações sociais
em Portalegre
Contactos com a população em Monforte
Contacto com trabalhadores do Município de Monforte
Contacto com trabalhadores dos Estaleiros da CM Nisa
Contacto com trabalhadores na Corticeira Amorim
Contacto com trabalhadores no edifício da Câmara
Municipal de Nisa
Contactos com micro, pequenos e médios empresários -
Ninho de empresas Marvão
Contactos com trabalhadores da corticeira MASilva em
Alter do Chão
Contactos com trabalhadores na empresa Dardico em Avis
Conversa com a população em defesa da água pública
em Nisa
Encontro com a Associação Adereavis em Avis
Encontro com os Bombeiros Voluntários de Avis
Encontro com os Bombeiros Voluntários de Nisa
Encontro com a população junto à ponte de Foros
do Mocho, Montargil
Jantar com apoiantes CDU em Nisa
Reunião com a Associação Empresarial de Elvas
Reunião com a Comissão Sindical Randstad em Elvas
Reunião com a Direcção Hospital Dr José Maria Grande
em Portalegre
Reunião com o Instituto Politécnico de Portalegre
Reunião com a ULSNA Portalegre
Sessão pública em defesa da água pública em Nisa
Visita às casas e paredão da barragem do Maranhão
Visita à EB23 Mestre de Avis
Visita a Obras Municipais das Piscinas, ciclovias e canil em Avis
Visita à Ponte de Ervedal
Visita ao lagar da cooperativa em Ervedal
Visita e contactos com alunos da Universidade Sénior em
Évora

PORTO

Almoço com pescadores da Póvoa e de Vila do Conde
Arruada em Matosinhos
Audição com Trabalhadores da distribuição refeições no Porto
Audição com trabalhadores do Macdonalds Aliados
Audição com trabalhadores do Macdonalds Antas
Audição com trabalhadores do Macdonalds S. João
Audição Precariedade e direitos no Porto
Audição sobre os problemas dos trabalhadores no Porto
Audição sobre serviços públicos em Vila Nova de Gaia

Audição com imigrantes no Porto
Audição sobre educação, ensino e investigação no Porto
Contacto com comerciantes no centro de Gaia
Contacto com Estafetas de distribuição de refeições
na cidade do Porto
Contacto com jovens em espaços de diversão nocturna
na cidade do Porto
Contacto com pescadores no Porto da Afurada, Porto
Contacto com pescadores no Porto de Angeiras, Porto
Contacto com pescadores no Porto de Leixões
Contacto com população e comerciantes, Santo Tirso
Contacto com população e comerciantes, Paredes
Contacto com população e comerciantes, Penafiel
Contacto com população e comerciantes na Feira da Lixa
Contacto com população e comerciantes na Feira de Gondomar
Contacto com população e comerciantes na Feira de
Pedras Rubras
Contacto com população e comerciantes na Feira dos
Carvalhos
Contacto com população e comerciantes, Póvoa do Varzim
Contacto com população e comerciantes na Rua de Cedofeita
Contacto com População e comerciantes, Trofa
Contacto com população e comerciantes, Marco de Canaveses
Contacto com população e comerciantes no Padrão da Légua
Contacto com população na Rua D. Afonso Henriques no Porto
Contacto com trabalhadores da Câmara Municipal
da Póvoa do Varzim
Contacto com trabalhadores da AAPICO, Iron Foundry
Contacto com trabalhadores da Bela Vista
Contacto com trabalhadores da Claudifel, Felgueiras
Contacto com trabalhadores da EFACEC
Contacto com trabalhadores da Ficocables
Contacto com trabalhadores da Gencoal
Contacto com trabalhadores da Groz Bekert, Gaia
Contacto com trabalhadores da Jónia, Felgueiras
Contacto com trabalhadores da Petratex, Paços de Ferreira
Contacto com trabalhadores da Petrogal
Contacto com trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia,
Póvoa do Varzim
Contacto com trabalhadores da SPD, Gondomar
Contacto com trabalhadores da STCP
Contacto com trabalhadores das oficinas da Câmara
Municipal do Porto
Contacto com trabalhadores do Aeroporto
Contacto com trabalhadores Edifício JN
Contacto com trabalhadores, Matosinhos
Contacto com trabalhadores limpeza urbana, Porto
Contacto com utentes dos transportes públicos, Gaia
Contacto com utentes dos transportes públicos, Porto
Contactos com população na Feira de Vila do Conde
Contactos com população na Feira do Sobrado
Contacto com a população, Gondomar
Contacto com a população, Matosinhos
Contacto com a população, Valongo
Contacto com a população, Porto

Contacto com estudantes do Ensino Superior no Pólo da Asprela, Porto
Contacto com pescadores na Afurada
Contacto com população, Gaia
Contacto com população na Feira da Afurada
Contacto com população na Feira da Senhora da Hora
Contacto com população na rua de Cedofeita
Contacto com trabalhadores da EMEF, Guifões
Contacto com utentes no terminal de transportes da Casa da Música, Porto
Contacto com população na Feira de Vila do Conde
Encontro com assistentes sociais, Porto
Encontro com Biólogo sobre o Rio Douro, Porto
Encontro com estruturas de imigrantes, Porto
Encontro com estruturas e forças segurança, São Pedro da Cova
Encontro com pescadores, Póvoa de Varzim
Encontro com trabalhadores da Casa da Música, Porto
Encontro com trabalhadores TVDE
Participação na manifestação CGTP-IN, Porto
Participação no protesto dos trabalhadores da cultura no Porto
Reunião com a Rede Europeia anti-pobreza AEPN no Porto
Reunião com AGROS - União de Cooperativas de Produtores de Leite do Porto
Reunião com ALADI Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual em Matosinhos
Reunião com a IPSS "Amanhã da Criança", Maia
Reunião com APPC - Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual em Gondomar
Reunião com ASAS - Associação de solidariedade e acção social de Santo Tirso
Reunião com Associação Estudantes da Escola Artística e Profissional Árvore, Porto
Reunião com Centro Social Cête em Paredes
Reunião com o Centro Social de Ermesinde, Valongo
Reunião com a Cooperativa A Lavoura
Reunião com a Direcção do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, Penafiel
Reunião com Direcção da Escola Artística e Profissional Árvore, Porto
Reunião com o I3S
Reunião com o IPO
Reunião com Liga Portuguesa Contra o Cancro do Norte
Reunião com MADI - Movimento de Apoio ao diminuído intelectual, em Vila do Conde
Reunião com organizações representativas dos trabalhadores da Petrogal, Matosinhos
Reunião com pescadores, Matosinhos
Reunião com produtores de leite
Reunião com a Propeixe, Porto
Reunião com os SAOM - Serviços de assistência organizações de Maria no Porto
Reunião com o Sindicato dos Trabalhadores das Pescas do Norte, Vila do Conde
Reunião com o SITE Norte
Reunião com trabalhadores ferroviários

Reunião com trabalhadores da Petrogal e Efacec, Porto
Reunião com os Serviços de Assistência Organizações de Maria, Porto
Sessão "Direitos, Igualdade, Cidadania. Cumprir a constituição, combater discriminações e exclusão", Porto
Sessão "A Europa na primeira pessoa" na Escola Secundária Rocha Peixoto, Póvoa do Varzim
Sessão "A União Europeia" na escola secundária de Rio Tinto
Sessão "O Trabalho de Eurodeputado" no Agrupamento Escolas Gaia Nascente
Sessão "A Europa e a União Europeia" Auditório Municipal de S. Pedro Cova
Sessão "O Trabalho de Eurodeputado" no Colégio Claret
Sessão pública sobre o Lítio
Sessão sobre crianças e pais com direitos, Matosinhos
Sessão sobre problemas da Juventude, Porto
Tribuna pública no Hospital de Santo António, Porto
Tribuna pública sobre Habitação, Amarante
Tribuna pública sobre Habitação em Campanhã, Porto
Contacto com os trabalhadores da Cervejaria Galiza, Porto
Visita à Obra remoção resíduos em S. Pedro Cova
Visita a pedreiras, Porto

SANTARÉM

Tribuna pública "O presente e o futuro da Agricultura Portuguesa", Alpiarça
Contacto com a comunidade escolar na Escola Secundária Jacome Raton, Tomar
Contacto com a população na estação da CP no Entroncamento
Contacto com a População na Freguesia da Raposa, Almeirim
Contacto com a População na Ponte da Chamusca
Contacto com a população no centro da cidade de Torres Novas
Contacto com a população no centro de Abrantes
Contacto com a População no centro de Almeirim
Contacto com a População no centro de Benavente
Contacto com a população no centro de Ferreira do Zêzere
Contacto com a População no centro de Salvaterra de Magos
Contacto com a população no centro de Tomar
Contacto com a População no centro de Torres Novas
Contacto com a população no centro de Vila Nova de Ourém
Contacto com a população no Largo da Botica, Torres Novas
Contacto com a população no mercado de Alcanede
Contacto com a População no mercado de Pernes
Contacto com a População no mercado de Tomar
Contacto com trabalhadores no estaleiro da Câmara Municipal de Torres Novas
Contacto com os trabalhadores da base logística do Minipreço, Torres Novas
Contacto com os trabalhadores da Câmara Municipal de Tomar
Contacto com os trabalhadores da CMG em Torres Novas
Contacto com os trabalhadores da Empresa João \de Deus, Samora Correia
Contacto com os trabalhadores Mitsubishi, Abrantes
Contacto com os trabalhadores na Câmara Municipal de Abrantes

Contacto com os trabalhadores na Câmara Municipal de Benavente
 Contacto com os trabalhadores na Câmara Municipal de Salvaterra de Magos
 Contacto com os trabalhadores na Câmara Municipal de Torres Novas
 Contacto com os trabalhadores na empresa Montebravo, Torres Novas
 Contacto com os trabalhadores na empresa Caima, SA
 Contacto com os trabalhadores na empresa Curtumes Boaventura, Lda., Alcanena
 Contacto com os trabalhadores na Empresa Inducol, Santarém
 Contacto com os trabalhadores na empresa JJLOuro Pereira SA
 Contacto com os trabalhadores na empresa Marsipel, Alcanena
 Contacto com os trabalhadores na empresa Nobre Alimentação SA, Rio Maior
 Contacto com os trabalhadores na empresa Renova, Torres Novas
 Contacto com os trabalhadores na empresa Sumol+Compal marcas SA, Almeirim
 Contacto com os trabalhadores na empresa Tupperware - Indústria Lusitana de artigos Domésticos, Lda.
 Contacto com os trabalhadores nas oficinas da CP no Entroncamento
 Contacto com os trabalhadores no Hospital de Santarém
 Contacto com os trabalhadores no Hospital de Torres Novas
 Contactos com a população no centro da cidade de Torres Novas
 Contactos com os trabalhadores da Monliz
 Contacto com a população no centro de Abrantes
 Contacto com a população no Intermarché, Torres Novas
 Contacto com a população no Mercado Alcanena
 Distribuição de documentos no Wshopping, Santarém
 Distribuição de documentos no Continente em Abrantes
 Encontro com a Associação Comercial e Empresarial Santarém
 Encontro com os Bombeiros da Freixianda
 Encontro com os Bombeiros da Golegã
 Encontro com a Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém
 Encontro com os comerciantes no centro de Santarém
 Encontro com a direcção da ARPICA – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alpiarça
 Encontro com osdirigentes, delegados e activistas sindicais em Santarém
 Encontro com os produtores de melão, Alpiarça
 Encontro com os trabalhadores da CTR
 Passeio de barco no Rio Tejo – Escaroupim
 Reunião com a Associação de Produtores de Tomate em Santarém
 Reunião com o Comando da GNR, Santarém
 Reunião com a Escola Profissional Vale do Tejo, Santarém
 Reunião com a União Sindicatos de Santarém
 Reunião e visita à Companhia das Lezírias, Samora Correia
 Reunião na Estação Zootécnica do Vale de Santarém
 Sessão sobre situação política actual e propostas do PCP, na Casa Povo do Couço

Sessão sobre "Cidadania e participação" na Escola Secundária do Sardeal
 Sessão pública "Consequência do Euro e perspectivas de futuro", Coruche
 Sessão Pública sobre a PAC e os apoios à produção nacional
 Sessão Pública sobre transportes na estação da Rodoviária de Santarém
 Sessão sobre Ambiente, Tomar
 Tribuna Pública no Hospital de Santarém
 Visita a áreas afectadas dos temporais em Santarém
 Visita a oficinas EMEF/CP, Entroncamento
 Visita e Reunião com Bombeiros Municipais, Alpiarça

SETÚBAL

Almoço com pescadores nas lojas de companhia no Porto de Sesimbra
 Almoço com reformados no Barreiro
 Almoço com reformados no Samouco
 Almoço com trabalhadores do Município do Barreiro
 Almoço-convívio em Palmela
 Almoço-convívio na sociedade Filarmónica de Alhos Vedros
 Almoço-convívio na Sociedade Musical Sesimbrense, Sesimbra
 Almoço-convívio em Almada
 Almoço nos serviços sociais de Palmela
 Almoço-convívio no Barreiro
 Arruada nas festas populares do Seixal
 Contacto com trabalhadores do Politécnico de Setúbal
 Contacto com trabalhadores da Visteon, Palmela
 Contacto com a associação de reformados, Seixal
 Contacto com a Bivalmar
 Contacto com os Bombeiros da Moita
 Contacto com os comerciantes em Sesimbra
 Contacto com os comerciantes na Baixa de Setúbal
 Contacto com os encarregados de educação na EB1 Sarrilhos Pequenos
 Contacto com o Centro de assistência a terceira idade em Coia
 Contacto com os mariscadores na praia do Samouco
 Contacto com os trabalhadores e organizações representativas dos trabalhadores no Arsenal do Alfeite, Almada
 Contacto com os pescadores no Porto de pesca de Sesimbra
 Contacto com pescadores de arte xávega na Costa da Caparica
 Contacto com os pescadores no Porto de Setúbal
 Contacto com a população e comerciantes no comércio local Baixa da Banheira
 Contacto com a população e comerciantes no Mercado e comércio da Moita
 Contacto com a população e comerciantes no mercado e comércio local no Barreiro
 Contacto com a população e comerciantes no mercado e comércio local no Montijo
 Contacto com a população e comerciantes no mercado e comércio local no Pinhal Novo
 Contacto com a população, Setúbal
 Contacto com a população na Fonte da Prata

Contacto com a população no Auchan Alegro, Setúbal
Contacto com a população no Mercado do Vale da Amoreira
Contacto com a população no mercado e comércio local em Palmela
Contacto com os produtores de queijo na Quinta do Anjo
Contacto com os profissionais da Escola Superior de Tecnologia no Barreiro
Contacto com os reformados, Almada
Contacto com os reformados no Centro de Convívio de reformados e pensionistas do Gaio-Rosário
Contacto com os reformados, Pinhal Novo
Contacto com a Sesibal
Contacto com a Setúbal pesca
Contacto com os trabalhadores dos armazéns gerais da Câmara Municipal de Palmela
Contacto com os trabalhadores da BorgWarner
Contacto com os trabalhadores da Câmara Municipal Moita nos Paços do Concelho
Contacto com os trabalhadores da Câmara Municipal Moita no Matão
Contacto com os trabalhadores da Carl Zeiss, Setúbal
Contacto com os trabalhadores da empresa Coca-Cola Portugal, Azeitão
Contacto com os trabalhadores da empresa Fisipec Fibras Sintéticas de Portugal SA
Contacto com os trabalhadores da empresa Navigator
Contacto com os trabalhadores da Unidade de Cuidados Continuados e Integrados, Alhos Vedros
Contacto com os trabalhadores dos serviços centrais da Câmara Municipal do Seixal
Contacto com os trabalhadores dos serviços operacionais da Câmara Municipal Seixal – Cucena
Contacto com os trabalhadores e com organizações representativas dos trabalhadores na empresa Montalva Izidoro, Montijo
Contacto com os trabalhadores e organizações representativas dos trabalhadores da Volkswagen Autoeuropa, Palmela
Contacto com os trabalhadores e organizações representativas dos trabalhadores do IPG
Contacto com os trabalhadores e organizações representativas dos trabalhadores na empresa Hanon Systems Portugal, Palmela
Contacto com os trabalhadores e população no Allegro Shopping, Setúbal
Contacto com os trabalhadores e utentes do IEFP da Cruz de Pau
Contacto com os trabalhadores na empresa Borgwarner, Paio Pires
Contacto com os trabalhadores na empresa SAPEC Química SA
Contacto com os trabalhadores na empresa Serlimawash Lavandaria industrial SA, Montijo
Contacto com os trabalhadores na Visteon Corporation, Palmela
Contacto com os trabalhadores nas oficinas Poçoilos
Contacto com os trabalhadores no Auchan Alegro
Contacto com os trabalhadores da recolha de resíduos da AMARSUL, Setúbal
Contacto com os utentes na estação dos comboios no Foguetreiro
Contacto com os trabalhadores Lisnave, Setúbal
Contactos com a população, Almada
Contacto com o comércio local nos Bairros 2A e 2B, Barreiro
Contacto com mulheres na zona de bares, Seixal
Contacto com mulheres no centro da Vila, Alcochete
Contacto com mulheres no terminal dos autocarros de Sesimbra
Contacto com a população, Montijo
Contacto com a população, Praias do Sado
Contacto com a população na urbanização Bombeiros do Barreiro
Contacto com os trabalhadores da Aduos Portugal, Barreiro
Contactos com a população, Palmela
Contactos com a população, Laranjeiro
Contactos no mercado de Azeitão
Contactos na zona SFAL, Barreiro
Debate na Escola Emídio Navarro, Almada
Contacto com os trabalhadores na BorgWarner, Seixal
Contacto com mulheres no Barreiro
Contactos no Terminal do Seixal da Transtejo
Encontro "À conversa com agentes culturais", Almada
Encontro com instituições que trabalham com cidadãos com deficiência, Setúbal
Encontro com a população, Almada
Jantar com agricultores, Poceirão
Jantar com o movimento associativo popular, Baixa da Banheira
Jantar e contacto com os Bombeiros Mistos no Seixal
Jantar com agricultores, Montijo
Percurso MST no Pragal
Participação na sessão "Democracia em Acção" na Escola Profissional de Setúbal
Reunião com a Administração do Porto de Sines
Reunião com a Associação de Agricultores da Península de Setúbal, Poceirão
Reunião com a Associação de Oficiais das Forças Armadas, Trafaria
Reunião com a Bivalmar, Setúbal
Reunião com a Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, Almada
Reunião com a Confederação das Micro, Pequenas e Médias Empresas, Seixal
Reunião com a plataforma "Aeroporto no Montijo Não", Barreiro
Reunião com a plataforma "Não vendam a Braamcamp", Barreiro
Reunião com a Sesibal, Setúbal
Reunião com a Setúbal Pesca, Setúbal
Sessão na Escola Profissional de Setúbal
Sessão no auditório da Câmara Municipal do Seixal "O papel da União Europeia na implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento local", Seixal
Sessão no auditório da Junta Freguesia do Feijó "O que a Europa está a fazer pelo ambiente", Almada
Sessão pública com reformados, Pinhal Novo
Sessão pública sobre a terceira travessia do Tejo, Barreiro
Sessão pública sobre o novo aeroporto, Alcochete
Sessão pública sobre turnos ritmos de trabalho na Quinta do Anjo

Sessão pública sobre o Desenvolvimento da Península de Setúbal, Setúbal
Tribuna pública sobre Aumento do custo de vida, salários e rendimentos, Setúbal
Tribuna pública sobre crianças e pais com direitos, Charneca da Caparica
Tribuna pública sobre o Direito à Saúde, Barreiro
Tribuna pública sobre salários e direitos junto à portaria na empresa Lisnave-estaleiros navais SA
Tribuna pública sobre transportes junto ao terminal de transportes no Pragal em Almada
Tribuna pública sobre transportes no terminal do Barreiro
Tribuna pública sobre situação política actual e propostas do PCP no Laranjeiro
Visita ao Centro de Emprego do Seixal
Visita à Moita do Ribatejo
Visita a Palmela
Visita a Setúbal
Visita à Siderurgia Nacional, Seixal
Visita a Vacaria, Montijo
Visita ao Museu do Trabalho, Setúbal
Visita ao Arsenal do Alfeite, Almada
Visita ao Convento de Jesus, Setúbal
Visita à Associação de Vitivinicultores da Península de Setúbal

VIANA DO CASTELO

Almoço-convívio em Arcos de Valdevez
Almoço na ESES – Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Almoço-convívio em Vilar de Mouros
Contacto com estudantes da Escola Superior de Enfermagem
Contacto com estudantes da ESTG
Contacto com pescadores, Vila Praia de Âncora
Contacto com pescadores, Darque
Contacto com pescadores na saída para o mar, Viana Castelo
Contacto com a população, Caminha
Contacto com a população, Darque
Contacto com a população, Ponte de Lima
Contacto com a população, Viana do Castelo
Contacto com a população, Vilar de Mouros
Contacto com a população na Feira dos Arcos
Contacto com a população na feira e centro de Monção
Contacto com reformados, Darque
Contacto com os trabalhadores da Coindu
Contacto com os trabalhadores da Fly
Contacto com os trabalhadores da Lear
Contacto com os trabalhadores da Mephisto
Contacto com os trabalhadores da Uchiama
Contacto com os trabalhadores da ZF, Vila Nova de Cerveira
Contacto com os trabalhadores das Pedreiras em Ponte de Lima
Contacto com os trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo
Contacto com os trabalhadores na Browing
Contactos com os vendedores e a população no Feirão
Contactos no Centro Histórico de Viana Castelo
Contactos no Hospital de Viana do Castelo
Contacto com os pescadores em Caminha sobre eólicas
Contacto com os pescadores e trabalhadores, Viana do Castelo
Contacto com a população comércio local, Vila Nova de Cerveira

Contacto com a população na Feira de Melgaço
Contacto com a população na Feira de Paredes de Coura
Contacto com a população na Feira de Valença
Contacto com a população na Feira do Fumeiro, Ponte da Barca
Contacto com os trabalhadores da ZF, Ponte de Lima
Contacto com os trabalhadores das pedreiras, Ponte de Lima
Contacto com os utentes do Centro de Saúde e do Hospital, Ponte de Lima
Contacto com os utentes no Centro de Saúde de Viana do Castelo
Encontro com a Associação de Reformados de Viana do Castelo e contacto com utentes
Encontro com a Viana Pesca, Viana Castelo
Mesa redonda com o Movimento Associativo, Caminha
Reunião com a Administração da ULSAM - Hospital de Santa Luzia Viana Castelo
Reunião com a Associação de Agricultores de Viana Castelo
Reunião com a Associação de Pescadores Profissionais e desportivos de Vila Praia de Âncora
Reunião com a Associação Empresarial em Viana Castelo
Reunião com a Comissão Protecção Crianças e Jovens de Ponte de Lima
Reunião com o Gabinete de Atendimento à Família de Ponte de Lima
Reunião com os técnicos de radiologia, Viana Castelo
Reunião com a União dos Sindicatos de Viana do Castelo
Sessão Online sobre o Dia Internacional da Mulher
Sessão "Passado presente e futuro da UE e sustentabilidade ambiental" na Escola Básica e Secundária de Vila Praia de Âncora
Tribuna pública sobre situação política actual e propostas do PCP em Caminha
Tribuna pública sobre mobilidade na estação da CP em Viana do Castelo
Visita à Escola Superior Agrária e reunião com direcção, Viana Castelo
Visita a exploração leiteira do Fontão, Ponte de Lima
Visita a Vacaria, Ponte Lima
Visita ao Mercado de Viana do Castelo

VILA REAL

Contacto com o comércio local, Peso da Régua
Contacto com a população e comerciantes, Mogadouro
Contacto com a população e os comerciantes, Santa Marta de Penaguião
Contacto com a população e os comerciantes, Vila Pouca de Aguiar
Contacto com a população e os comerciantes, Vila Real
Contacto com a população e os comerciantes na Feira de Chaves
Contacto com a população e os comerciantes na Feira do Peso da Régua
Contacto com a população e os comerciantes nas Caldas
Contacto com a população e os comerciantes no Euronet, Boticas
Contacto com a população e os comerciantes, Pinhão
Contacto com a população e os comércio local, Alfândega da Fé
Contacto com a população, Campeã

Contacto com os trabalhadores ADIN Águas do Interior Norte, Peso da Régua
Contacto com os trabalhadores agrícolas, Peso da Régua
Contacto com os trabalhadores da Continental
Contacto com os trabalhadores da Câmara Municipal de Chaves
Contacto com os trabalhadores e utentes no Centro de Saúde de Sabrosa
Contacto com os trabalhadores e utentes no Hospital de Chaves
Contacto com os trabalhadores e utentes no Hospital de Vila Real
Contacto com os trabalhadores na Adega Cooperativa de Santa Marta de Penaguião
Contacto com os trabalhadores na empresa Eco Ambiente, Chaves
Contacto com os trabalhadores na empresa FCC Environment Portugal SA
Contacto com os trabalhadores nas Varandas do Douro
Contacto com os trabalhadores no estaleiro da Câmara Municipal de Santa Marta Penaguião
Contacto com os trabalhadores das oficinas municipais de Chaves
Contacto com os trabalhadores Shopping em Vila Real
Contacto com a população e comércio local, Vila Real
Contacto com a população na Feira Vila Pouca de Aguiar
Contacto com a população no mercado e feira de Chaves
Contacto com os trabalhadores da Câmara Municipal de Vila Real
Contacto com os trabalhadores da Varandas do Sousa
Contacto com os trabalhadores nas oficinas da Câmara Municipal de Chaves
Encontro com dirigentes da Filandorra - Teatro do Nordeste
Encontro com os trabalhadores do McDonalds em Vila Real
Reunião com a Associação de Agricultores e Pastores do Norte, Vila Real
Reunião com a Associação empresarial NERVIR, Vila Real
Reunião com a Escola Profissional do Rodo
Reunião com o Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, Vila Real
Reunião com a União dos Sindicatos de Vila Real
Sessão pública sobre a situação política actual propostas do PCP em Curalhas, Chaves
Sessão pública sobre a situação política actual e as propostas do PCP em Vila Pouca de Aguiar
Sessão pública sobre Habitação, Vila Real
Sessão pública sobre o aumento do custo de vida, Vila Real
Sessão da Youth Academy, Vila Real
Visita ao Mercado Municipal de Peso da Régua

VISEU
Arruada e tribuna pública sobre o aumento do custo de vida no Rossio, Viseu
Contacto com os comerciantes no centro de Mangualde
Contacto com os comerciantes no centro de Lamego
Contacto com os comerciantes no centro de Moimenta da Beira
Contacto com os comerciantes no centro de São Pedro do Sul
Contacto com os comerciantes no centro de Tondela
Contacto com jovens nos Bares da Sé, Viseu
Contacto com a população e os feirantes na feira de Lamego
Contacto com a população em Avões, Lamego
Contacto com a população na Lapa do Lobo, Nelas
Contacto com os trabalhadores da Brose Sistemas de fechaduras para automóveis, Tondela
Contacto com os trabalhadores dos serviços municipalizados de água e saneamento em Viseu
Contacto com os trabalhadores na central de camionagem, Viseu
Contacto com os trabalhadores na empresa CBI Industrias Vestuário SA, Mangualde
Contacto com os trabalhadores na empresa EuroRalex, Carregal do Sal
Contacto com os trabalhadores na empresa Faurecia Automotive Seating, Vouzela
Contacto com os trabalhadores na empresa Goucam
Contacto com os trabalhadores na empresa Labialfarma
Contacto com os trabalhadores na empresa Queijos Paiva, Lamego
Contacto com os trabalhadores na empresa Stellantis, Mangualde
Contacto com os trabalhadores na Escola Secundária Viriato
Contacto com os trabalhadores nas oficinas da Câmara Municipal de Viseu
Contacto com os trabalhadores nas oficinas da Câmara Municipal de São Pedro do Sul
Contacto com os trabalhadores no Hospital São Teotónio, Centro Hospitalar Tondela Viseu EP
Contacto com os trabalhadores PSA, Mangualde
Contacto com utentes do Centro de Saúde e do Hospital de Tondela
Contacto com utentes no Centro Saúde de Satão
Contacto com utentes no Hospital Lamego
Contacto com utentes no Hospital Viseu
Contacto com a população na central de camionagem, Viseu
Contacto com os trabalhadores da empresa GOUCAM, Coimbrões
Contacto com os trabalhadores da empresa Faurécia, Vouzela
Contacto com os trabalhadores do Fórum Viseu
Contacto com os estudantes da ESEV Instituto Politécnico de Viseu
Contacto com os feirantes e a população na Feira de Lamego
Contacto com utentes e profissionais do Hospital de Lamego
Contacto com os trabalhadores da empresa Mezio, Castro Daire
Debate sobre Serviço Nacional de Saúde em Viseu
Encontro com os trabalhadores da cultura no Café com Letras, Viseu
Encontro com os moradores no Bairro Nossa Sra. do Castelo, Mangualde
Encontro com regantes em Queimada, Armamar
Encontro com os trabalhadores da cultura
Reunião com Comissão Sindical e a Comissão de Trabalhadores da PSA Peugeot / Citroen, Mangualde
Tribuna pública sobre Direito à Habitação na Rua Formosa, Viseu
Visita ao Apiário e encontro com apicultores na Serra do Caramulo em Guardão, Tondela
Visita à cooperativa do Távora, Moimenta da Beira
Visita às festas de S. Pedro em Queimada, Armamar

GRUPOS DE VISITANTES QUE SE DESLOCARAM AO PARLAMENTO EUROPEU A CONVITE DOS DEPUTADOS DO PCP

17/04/2024

ESCOLA SECUNDÁRIA DA AMORA

17/04/2024

ESCOLA SECUNDARIA DE ALBUFEIRA

15/11/2023

TRABALHADORES / SEIXAL

14/11/2023

POPULAÇÃO DE ALVOCO DA SERRA

06/06/2023

ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

02/05/2023

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA VIDIGUEIRA

12/04/2023

GRUPO CORAL MENINOS DA TROFA e TRABALHADORES / VIANA DO CASTELO

07/12/2022

UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS PORTUGUESES

16/11/2022

ESCOLA SECUNDÁRIA DE SINTRA

06/11/2019

ESCOLA SECUNDARIA DE MONTEMOR-O-NOVO

16/10/2019

UNIVERSIDADE SENIOR D. SANCHO I / ALMADA

CONTACTOS
**GRUPO PARLAMENTAR
DO PCP NO PARLAMENTO EUROPEU**

Rua Soeiro Pereira Gomes N.º 1A
1600-196 Lisboa

E-MAIL p.europeu.lx@pcp.pt

